

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DEBORA GARCIA GASPAR

**PODER E MOEDA NO TERRITÓRIO GERMÂNICO:
DA FRAGMENTAÇÃO À UNIFICAÇÃO**

Rio de Janeiro
2010

DEBORA GARCIA GASPAR

**PODER E MOEDA NO TERRITÓRIO GERMÂNICO:
DA FRAGMENTAÇÃO À UNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós- Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Fiori

Rio de Janeiro
2010

DEBORA GARCIA GASPAR

**PODER E MOEDA NO TERRITÓRIO GERMÂNICO:
DA FRAGMENTAÇÃO À UNIFICAÇÃO**

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori (UFRJ)

Prof. Dr. Franklin Serrano (UFRJ)

Prof. Dr. Clarice Menezes Vieira (UFRRJ)

AGRADECIMENTOS

Neste espaço, gostaria de expressar meu agradecimento às pessoas que contribuíram para este trabalho, que me apoiaram durante sua confecção e que me ajudaram a trilhar o caminho que me trouxe até aqui.

Qualquer um que me conheça sabe da forte ligação que eu tenho com a minha família. Gostaria de agradecer ao meu pai, Alfredo e à minha mãe, Mara, por todo apoio às minhas decisões, mesmo quando estas me levam para longe deles, e pela confiança que sempre depositaram no meu trabalho. Devo a eles tudo o que sou, por isso este trabalho é também deles. Aos meus irmãos, Danilo e Andrea, com os quais tenho o privilégio de uma vida compartilhada.

Ao meu querido Antoine, a quem agradeço o companheirismo incondicional e a paciência nos momentos de maior dificuldade.

Ao meu orientador, José Luis Fiori, um dos responsáveis pela minha mudança para o Rio de Janeiro e minha maior influência intelectual. Suas aulas e obras foram a grande inspiração para meu tema de pesquisa.

Ao professor Maurício Médici Metri pelo entusiasmo mostrado, desde o início, pelo meu tema de pesquisa e pela imensa ajuda concedida ao logo da mesma.

Ao professor Daniel de Pinho Barreiros, pela ajuda na complicada questão da pesquisa histórica.

À professora Clarice Menezes Vieira, por ter despertado em mim o interesse em estudar Alemanha, pela vasta ajuda bibliográfica e pela participação da banca de defesa

Ao professor Andrés Ferrari, tanto pela ajuda bibliográfica como, junto com Maurício Metri, terem aberto a oportunidade para que eu expusesse a minha pesquisa em aula, aos alunos do PEPI.

Ao professor Franklin Serrano, pela lucidez de seus conselhos e também pela participação na banca de defesa.

Ao professor Alcino Câmara Neto, pelas oportunidades oferecidas desde o início do mestrado.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia, em especial, professor Carlos Aguiar de Medeiros, professor Fernando Cardim de Carvalho, e professora Jennifer Hermann. E aos professores da USP que mais me inspiraram: Rafael Villa, Miriam Dolhnikoff, Peter Demant, Nicolau Sevcenko.

Eu me sinto uma pessoa privilegiada pelas amizades que conquistei ao longo da minha vida. Gostaria, aqui, de homenagear algumas delas. Quero agradecer às minhas duas flores que estão tão longe agora, mas que me são fundamentais: Juliana Mari Sakai e Michele Gonçalves dos Ramos.

Aos meus grandes amigos da graduação Tassia Toffoli Nunes, Manuela Trindade, Fernanda Lima e Silva, Talita Capella, Raquel Saccardi, Thiago F. M., Bruno Zanetta, Éder Terrin, Douglas Gualberto Carneiro, José Henrique Bortoluci, Mariana da Veiga, Pedro Henrique Lopes Campos. E, em especial, àqueles também se aventuraram na cidade maravilhosa, os queridos Ernesto Salles Watanabe, Felipe Teixeira Gonçalves e Gabriel Locke.

Aos grandes amigos que fiz no Rio, especialmente Lívia Lima, Gabriel Dib e Irene Contreiras. Às meninas que compartilham meu lar carioca: Luiza Sidônio, Valéria Ribeiro e Clara Rocha. E também ao Bento, que foi um dos moradores.

Aos novos amigos que conheci no PEPI, Pedro da Gama, Havana Marinho, Carlos Jungstedt, Taís Borges, Numa Mazat, Luiz Fernando Pinto e Pedro Rocha Fleury.

Às meninas do Colégio Santo Antonio, eternas amigas: Natalia Galvão, Juliana Zolli e Marielly Auricchio.

À turma do Liceu: Alessandra Comenalli, Carlos Constantino, Luisa Giaquinto, Paulo Carvalho, Rafael Dantas, Tatiana Scabello e Tulio Caio. E ao “agregado” André Parra.

Aos amigos do intercâmbio, a *collocataire* Vivian Marangoni, João Brandão e Gael Dias Marques.

À medida que nos esforçamos, cada vez mais, por resolver as ambigüidades da História, acabamos eventualmente, por descobri-las em nós próprios e no próximo, tal como nos fatos supostamente mortos da História. Encontramo-nos, inevitavelmente, no meio do vaivém dos acontecimentos e desempenhamos um papel como indivíduo, não importa se muito insignificante e pequeno, naquilo que o passado virá a significar para o futuro.

Barrington Moore Jr.
(As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia)

RESUMO

A presente dissertação examina as relações entre os desenvolvimentos políticos e monetários que caracterizaram o “mosaico” político-territorial do “espaço germânico” entre os séculos XVI e XIX. As duas dimensões, política e monetária, bem como suas interrelações, são analisadas, historicamente, à luz do referencial teórico, segundo o qual a moeda e o poder político são intrinsecamente relacionados, na medida em que apenas uma autoridade soberana é capaz de criar um padrão abstrato de valor – uma unidade de conta – alterá-la e garantir o seu reconhecimento social. Esta premissa envolve confrontar as teorias e leituras históricas, segundo as quais a natureza da moeda é derivada da dinâmica dos mercados. Em termos da pesquisa histórica, isso se faz por meio de um distanciamento da dimensão da moeda como facilitadora das atividades de troca e, simultaneamente, pelo foco na associação entre os processos de concentração e centralização do poder político e a criação de padrões monetários. No que concerne o caso do território germânico, propõem-se duas formas distintas de aproximação, segundo as diferenças entre momentos históricos específicos. Entre os séculos XVI e XVIII a atenção se dirige à acumulação e centralização de poder na Prússia – em contraste com a descentralização que caracteriza o período anterior aos Acordos de Vestfália (1648) – e à definição, por parte daquele Estado, do valor de sua moeda por meio de uma reforma monetária em 1750. No século XIX, a moeda prussiana é analisada a partir do alargamento de seu escopo de validade em todo o território, seguindo os desenvolvimentos da *Zollvereinpolitik*.

Palavras-chave: cartalismo, teoria monetária, formação do Estado, Alemanha

ABSTRACT

This thesis examines the relations between the political and monetary developments, which characterized the political-territorial “mosaic” in the German space, between the sixteenth and nineteenth centuries. Both historical and monetary processes, as well as their interrelations, are examined in the light of the theoretical framework under which currencies and political power are inextricably linked. Such connectedness is observed since only a sovereign authority is able to create an abstract standard of value – a unit of account –, rewrite it and assure its social recognition. The theoretical premise involves questioning the theories and historical readings in which the nature of the currency springs from the dynamics of the markets. Regarding the historical research, this is done through a detachment from the role of money as a trading facilitator, while focusing on the association between the processes of concentration and centralization of political power and the creation of monetary standards. Concerning the case of the Germanic territory, two distinct approaches are proposed, in accordance with the differences between specific historical moments. From the sixteenth to the eighteenth centuries, the attention is directed to the accumulation and centralization of power in Prussia – in contrast with the decentralization that characterizes the period before the Agreements of Westphalia (1648) – and the definition, by that state, of the value of its currency through a currency reform in 1750. In the nineteenth century, the Prussian currency is analyzed from the point of view of the enlargement of its scope of validity throughout the territory, following the developments of the *Zollvereinpolitik*.

Keywords: chartalism, monetary history, state formation, Germany

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| <i>Figura 1: Possessões das Principais Dinastias na Europa Central</i> | 60 |
| <i>Figura 2: Uniões Alfandegárias da Confederação Germânica (1828)</i> | 93 |
| <i>Figura 3: O Zollverein (1834)</i> | 96 |
| <i>Figura 4: Principais Sistemas Monetários da Confederação Germânica (1815-1866)</i> | 106 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| <i>Tabela 1 – Principais Decretos e Éditos de Cunhagem Entre 1524 e 1621</i> | 69 |
| <i>Tabela 2 – Condições Monetárias Regionais no início do século XVIII</i> | 74 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I: MARCO TEÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE MOEDA E PODER | 22 |
| 1.1 – A leitura tradicional do papel da moeda: um caso de despolitização e ahistoricidade | 23 |
| 1.2 – As teorias creditícias e cartalistas: centralidade do crédito e do tributo | 28 |
| 1.3 – Constituição de sistemas monetários nacionais e internacionais | 36 |
| 1.4 – Conclusões e encaminhamento da pesquisa histórica | 52 |
| CAPÍTULO II: O “LEVIATÃ GERMÂNICO” NOS SÉCULOS XVII E XVIII E A REFORMA MONETÁRIA PRUSSIANA DE 1750 | 55 |
| 2.1 – Fortalecimento interno e expansão prussiana – séculos XVII à XVIII | 55 |
| 2.2 – Moedas nos Sacro Império Romano Germânico | 66 |
| CAPÍTULO III: A MOEDA NA CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA | 83 |
| 3.1 – A dinâmica comercial e tarifária na confederação – a “costura” dos espaço econômico pela Prússia. | 84 |
| 3.2 – As Convenções Monetárias e as moedas | 103 |
| 3.3 – As Guerras de Unificação e a nova moeda do Segundo Império | 113 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS E HIPÓTESES | 130 |
| REFERÊNCIAS | 135 |

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da questão monetária no “mosaico” político-territorial, que caracterizou o “espaço alemão”, abarcando um largo período compreendido entre os séculos XVI e XIX.

A idéia geral que orienta a pesquisa é a da “solidariedade originária” entre poder e capital, que tem na moeda nacional um símbolo sintético pleno de significado. Segundo Fiori, a esta solidariedade tem um marco temporal localizável historicamente:

Uma história que começa, por volta do século XIV, com poder arbitrário dos príncipes que definiam de forma soberana, o valor dos tributos que deviam ser pagos pelos seus súditos, e ao mesmo tempo, definiam o valor da moeda que cunhavam para pagamento dos seus próprios tributos. E mesmo quando circulavam outras moedas e títulos privados, dentro do seu “principado”, eles sempre eram referidos, em última instância, ao valor da moeda soberana. (FIORI, 2008).

Adotando a premissa teórica da associação originária entre poder e capital e o marco temporal e espacial da remonetização da Europa, é possível identificar um período histórico que oferece um ponto de partida para se observar e derivar conclusões acerca de tal associação:

Essa “pré-história” do “sistema mundial moderno” oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre poder dinheiro e riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do “milagre europeu”. (FIORI, 2007, p. 14)

A configuração político-territorial que caracteriza o espaço europeu até o século XI é de intensa fragmentação, a “desintegração radical” de Norbert Elias¹, acompanhada pelo quase desaparecimento da economia de mercado e do uso da moeda. A partir de então, as diversas formas de autoridade, ligadas à terra, passam a ampliar e consolidar seus domínios. Este processo muda radicalmente o mapa europeu que chega, em inícios do século XVI, com unidades políticas maiores e contíguas, sob domínio de uma autoridade política central. As grandes exceções a este processo seriam os territórios da Alemanha e da Itália, que ainda permaneceriam fragmentados até o a segunda metade do século XIX, caracterizando as chamadas unificações tardias.

¹ Elias (1993).

Ao mesmo tempo, e não coincidentemente, que estas unidades maiores e centralizadas se formam e se consolidam, têm lugar a “revolução comercial” europeia (entre os séculos XII e XIII) e a remonetização da economia. Como se verá, estes desenvolvimentos decorrem da nova configuração política que se forma neste espaço.

A monetização da tributação alterou radicalmente o processo de acumulação do poder no espaço europeu. O aumento da competição entre as unidades que iam ampliando seus territórios gerava mais guerras e conquistas que necessitavam, cada vez mais, de maiores somas para seu financiamento. A exigência cada vez maior de tributos gerava aumento de produção de forma a ampliar o excedente. Segundo Fiori:

E o pagamento de tributos em dinheiro estimulou a troca desse excedente ampliado nos mercados onde o “contribuinte” podia acumular os créditos necessários para o pagamento das dívidas na moeda soberana. Dessa maneira criou-se o círculo virtuoso entre acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente. (2007, p. 20)

Conforme cada soberano definia o valor dos tributos no espaço europeu, configurou-se a remonetização² da economia. Aqui, diferentemente de grande parte das análises históricas, esse processo está mais associado à esfera política da concentração de poder e financiamento bélico, do que à esfera do mercado, na qual opera o “jogo das trocas”, que constitui o âmbito especificamente econômico no sentido braudeliano.

* * *

Certamente, esse olhar “mais político” dado às questões monetárias reflete uma visão em que assuntos de riqueza e poder encontram-se intimamente entrelaçados e, para qual, qualquer análise ou formulação teórica que busque isolar uma esfera da outra não pode gerar um entendimento satisfatório da realidade.

Dentro desta perspectiva, a moeda tem papel central. Segundo Zelizer (1989) é difícil determinar uma definição exata para a moeda, mas reconhece que: *“Money is social in nature and it consists of complex social practices that includes power and class*

² “Nesse contexto, em que a acumulação de riqueza passou a se expressar, sobretudo, mediante acumulação de créditos (moedas), que permitem a liquidação de débitos e a aquisição de produtos e serviços, o “jogo” de compensação e de transferência de créditos ganhou, desde muito cedo, considerável importância.” (METRI, 2007, p. 107)

relationships, socially constructed meaning, and abstract representations of social value.”
(p. 44).

Assim, para proceder dentro desta perspectiva é necessário um entendimento acerca da origem e do papel da moeda diferente do que as abordagens e teorias monetárias tradicionais³ fornecem. Isto porque, essas últimas baseiam-se na idéia de que a moeda surge do próprio funcionamento dos mercados, sem associá-la com aspectos políticos. A passagem abaixo resume esta idéia:

The innate propensity to “truck and barter” is supposed to lead naturally to the development of markets with prices established through ‘higgling and haggling’. The market itself is free of social relations – one, so to say, checks ideology, power, social hierarchies and so on, at the door where one enters the market place. It is then “natural” to choose a convenient medium of exchange to facilitate such impersonal transactions.
(WRAY, 2004, p. 232)

Aqui, nota-se a ausência de um aspecto político de importância central, cuja não observância pode gerar conseqüências teóricas e analíticas fundamentais: a associação teórica e histórica entre moedas e Estados-nacionais. Uma abordagem sobre o papel da moeda que ignore – ou que tente explicar pelos mecanismos de mercado e minimização de custos – o fato de que os sistemas monetários se constituíram, historicamente, dentro da lógica de formação dos Estados-nacionais, provavelmente carece de fundamentos básicos acerca da natureza do expediente monetário.

Assim, para analisar, em perspectiva histórica, a formação de sistemas monetário nacionais faz-se necessário recorrer a alguma abordagem teórica que associe constitutivamente moeda e poder político. Essa associação é encontrada na teoria cartalista da moeda, cuja obra fundadora é a Teoria Estatal da Moeda, de Georg Knapp, publicada em 1905, que justifica teoricamente a relação, já apontada, entre moeda e tributo.

³ Denominamos aqui, sob a insígnia de “abordagem tradicional”, o conjunto de teorias que, de um lado, defendem que o valor da moeda associa-se ao valor intrínseco de seu lastro, e de outro defendem que a natureza da moeda está associada a minimização dos custos de transação advindos das trocas. Segundo a definição de Goodhart (1998), o primeiro grupo pode ser classificado como metalistas e o segundo como mengerianos. Como se tratam de dois debates relacionados, o autor os denomina sob a sigla time “M”. Ainda, segundo este autor: *“There’s little doubt that the M team has assembled the more illustrious collection of economists (plus the endorsement of Aristotle and Locke) and has expressed its analysis in and Alchian formal and elegant terms, from the earlie economists, such as Jevons (1875), and Menger (1892), Von Mises (1912), Brunner (1971) and Alchian (1977), on more recently to Kiotaky and Wright (1989, 1993), plus a host of other eminent economists”* (GOODHART, 1998, p. 408)

Knapp tem como premissa teórica a idéia de que as moedas surgem historicamente como contrapartida do pagamento de tributos, impostos pelo soberano de determinada unidade político-territorial, constituindo, portanto, um ato de poder. Pode-se dizer que está subjacente a esta idéia uma noção, que foi mais explorada por Alfred Mitchell Innes (1913), sobre a natureza da moeda. Este considera que a moeda seja uma evidência de dívida, um crédito. A associação entre estas visões constitui uma maneira de analisar as questões monetárias bastante distinta das abordagens tradicionais.

Assim, acredita-se que este é o ponto de partida teórico sobre o papel da moeda que fornece uma melhor apreensão dos processos de formação dos sistemas monetários, em linha com a formação do sistema interestatal europeu.

* * *

O caso alemão desperta interesse particular devido à unificação considerada “tardia”, no contexto europeu. Alguns de seus vizinhos haviam constituído unidades fortes e centralizadas, obras de poderosas dinastias como os Tudors e os Bourbons, mesmo antes da era dos Estados-nacionais. A Inglaterra, a França, a Espanha chegam ao século XVI com territórios contíguos e delimitados, já em processo avançado de centralização política em torno do soberano dinástico.

O território germânico provou, ao longo de vários séculos de fragmentação, ser uma importante zona de disputas: *“The German lands proved time and again to be a peacetime chessboard or a wartime arena for the competition of the European powers who were rising to modern statehood and sovereignty and fighting for influence.”* (STÜRMER, 2000, p. 1).

A despeito de constituir um território fragmentado, algumas unidades político-territoriais que compunham o “espaço alemão” passaram por processos de fortalecimento e centralização internos característicos da formação dos Estados, no sentido de atuarem como unidades autônomas no nascente sistema interestatal capitalista, em detrimento da organização política do Sacro Império e do poder efetivo do imperador.

Destacam-se nesse processo, a Prússia e a Áustria, que chegam, em meados do século XVIII, como as duas principais potências da região e como potências européias. Há, no entanto, outros atores relevantes que buscaram exercer resistência contra as pretensões expansionistas prussiana e austríaca, dentre estes têm-se: os eleitorados da Saxônia, da Bavária e de Hanover e as importantes cidades hanseáticas Frankfurt, Bremen, Hamburgo e Lübeck.

A fragmentação política refletia-se na fragmentação monetária. Até a unificação, encerrada em 1871, um mosaico de moedas, de importância e aceitação variadas, circulavam neste território. Moedas que eram emitidas pelas unidades político-territoriais, moedas emitidas em nome do imperador durante o Sacro Império Romano Germânico, moedas estrangeiras que tinham importância nas principais cidades mercantis e financeiras – todas estas conviviam neste espaço e tornavam as tentativas de regulação bastante complicadas.

Comparando com os dois Estados europeus mais avançados no processo de centralização interna, um especialista em história monetária alemã comenta:

This confusion, so inimical to trade, was in stark contrast to the relatively well-ordered and standardised currency conditions that obtained in the centralistically organised, leading economic nations in Europe, namely Great Britain and France. (HOLTFRERICH, 1999, p. 136)

O quadro de fragmentação política, associado à fragmentação monetária, forneceram a inspiração inicial a essa pesquisa. O caminho escolhido foi o de uma análise em paralelo entre os desenvolvimentos políticos centrais que caracterizaram cada período histórico no “espaço alemão” e os principais desenvolvimentos no campo monetário, e, na medida do possível, com extensão aos aspectos financeiros, tendo como norte a idéia da associação constitutiva entre moeda e poder.

A história monetária alemã apresenta suas próprias dificuldades de pesquisa e análise, nas palavras de um estudioso de história monetária, escrevendo em fins do século XIX sobre a situação monetária no Sacro Império: *“The monetary history of Germany is one of extreme confusion and intricacy. (...) The imperial edicts were disregarded, and each separate circle of the empire, or each separate prince or union of princes, left to shift or act for themselves.” (SHAW, 1896, p. 95).*

O mesmo autor complementa que, apesar das dificuldades, é possível encontrar algumas tendências gerais: *“Amid all the confusion of such a disorganised and reeling system sufficient is perceptible to indicate the broad tendency of events, and to show how closely analogous was her experience to that of Europe generally within the same period.”* (Ibid., p. 96).

Cabe abrir aqui algumas ressalvas importantes quanto ao método da pesquisa. A autora está ciente das limitações da pesquisa histórica que não tem por base fontes primárias, sobretudo quando trata de tempos mais remotos, como é o caso do primeiro período analisado. Da mesma forma, são levadas em conta as armadilhas analíticas da chamada “análise retrospectiva” em que se parte de uma condição histórica dada – no caso, a unificação política e estabelecimento da moeda única de validade em todo o Segundo Império – para, a partir desse referencial, buscar suas causas.

Quanto ao primeiro problema, de fato, ele constitui um limitante ao exercício próprio da pesquisa histórica, sobretudo devido ao fato de que se está propondo aqui uma leitura como foco na dinâmica monetária articulada com a questão do poder político, que não constitui a leitura mais usual na historiografia que trata da formação dos Estados-nacionais. No entanto, mesmo partindo de obras sobre história política e história monetária, julgou-se válido o exercício de sobreposição destas duas dimensões, sob a orientação da premissa teórica de associação constitutiva entre poder e moeda.

Já em relação ao segundo problema, considera-se o tratamento e justificativa fornecidos por Vieira (2006) em seu trabalho a respeito a formação do Estado e mercado nacionais alemães. A autora considera o método investigativo adotado – em que o Estado Nacional corresponderia a uma “unidade híbrida”, constituída simultaneamente por um poder territorial e por um mercado nacional – como uma alternativa à análise retrospectiva.

É importante destacar que a formação do Estado Alemão é, em si, um tema bastante controverso, tratado por diversas linhas historiográficas. Aqui, não se pretende investigar esse tema exaustivamente. Entretanto, visto que a formação do sistema monetário pode ser vista como parte do próprio processo de formação dos Estados-nacionais, faz-se necessário um mapeamento dos principais eventos que marcaram a dimensão política no período tratado para relacioná-los com os desdobramentos monetários.

Assim, optou-se por partir das principais conclusões do trabalho de Vieira (2006), pois a autora analisa essa questão dentro da perspectiva braudeliana e segundo o modelo de Fiori (2004) do mercado nacional como “recorte” territorial do poder político, bastante coerente com a visão monetária que a presente dissertação propõe.

Braudel elucida a questão fundamental sobre a formação dos Estados, ao afirmar que a característica primordial do processo formação dos Estados-nacionais reside no fato de que “a maturidade política precedeu a maturidade econômica”. Assim, cabe perguntar “quando, como e por que razões esses Estados adquiriram, economicamente falando, uma certa coerência interna e a faculdade de se comportar como um conjunto em relação ao resto do mundo” (BRAUDEL, 1996, p. 255).⁴

Fiori (2004) traz, dentro de uma linha propriamente da economia política internacional, o conceito chave supracitado de Estados-economias nacionais. Tais unidades caracterizam-se por um processo de formação que tem, de um lado, a dinâmica do poder político no sentido da formação de unidades territoriais centralizadas e competitivas e, de outro, a “rede de malhas irregulares” (BRAUDEL, 1996), que está na origem dos mercados nacionais. É a partir do encontro entre essas duas dimensões que as fronteiras territoriais são “recortadas”, originando o sistema de Estados-economias nacionais:

Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar num novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores. (FIORI, 2004, p. 34)

Na base desse “recorte” feito pelo poder político está o constante fenômeno da guerra. A guerra foi a força motriz da constituição do sistema de Estados europeus e compôs, junto com o “jogo das trocas”, a dinâmica essencial da formação dos Estados-economias nacionais:

Em outras palavras, o período aproximado entre os séculos XVI e XVII assistiu, como antes à forte ligação entre o poder e a riqueza, materializada especialmente pelas

⁴ Um breve comentário sobre a concepção de História de Braudel: “Considerando a fragmentação das fontes históricas, Braudel, restabelece o nexo dos acontecimentos partindo nem de vestígios fragmentários (como na história tradicional) nem de modelos de conexão chamados modelos, hipóteses ou teorias (como nas ‘ciências maduras’), mas de uma base geográfico-natural da história e das temporalidades diferenciais e de longa duração.” (AUED & CAMPANA, 2006, p. 3).

necessidades de financiamento das guerras; naquele momento, porém, produziu o fenômeno historicamente inédito de formação dos “estados-economias nacionais” (VIEIRA, 2006, p. 7)

É dentro dessa mesma lógica que este trabalho se propõe a investigar a formação do sistema monetário nacional alemão. Tendo-se em vista que a questão monetária está também associada com os processos de acumulação e centralização do poder, sendo, inclusive, um de seus instrumentos fundamentais.

Outra questão delicada é relativa ao papel e às motivações da Prússia na unificação política alemã. Não se pretende aqui defender que há qualquer tipo de linearidade secular nas ações prussianas no sentido de unificar o território alemão. No entanto, a ascensão de Prússia à posição de potência européia e o seu expansionismo territorial no século XVIII, bem como sua disputa econômica com a Áustria e outras unidades políticas germânicas, no século XIX, podem ser apontadas como condições que levaram à unificação na segunda metade daquele século.

* * *

Do ponto de vista histórico, é possível identificar duas questões principais que movem este trabalho. Em primeiro lugar, a pretensão universalizante a que se propõe a ciência econômica, em sua versão mais difundida, não é capaz de apreender particularidades espaciais ou temporais dos fenômenos históricos.⁵

Em segundo lugar, pode-se apontar que a historiografia econômica, em geral, atribui menos importância aos fenômenos e desenvolvimentos monetários em comparação a outros aspectos econômicos como a evolução da produção, da tecnologia, do volume de intercâmbio comercial. Tal fato explicita que não só a ciência econômica, mas também a historiografia econômica, assumem um pressuposto em relação à moeda: tratam-na como dado e não como parte integrante e instrumento da acumulação de poder, tendendo a pressupô-la como veículo de facilitação das trocas.

⁵ “*Modern economics did not attempt to describe the modern economic system and its historical evolution. Rather, it was claimed that all its activities could be explained in terms of concepts and theories of the highest level of generality – such as marginal utility, supply and demand and so on.*” (INGHAM, 2004, p. 174)

Quando tratada, na maioria das vezes, a história monetária é a apresentada sob o viés metalista. O problema aqui não é o fato histórico em si, mas como a informação histórica está organizada nestas análises, ou seja, com base naquilo que a teoria metalista julga adequado, sobretudo o fluxo de metais, consideração de seu valor intrínseco e sua evolução segundo a dinâmica das trocas. Por isso, pode-se dizer que a definição dos “fatos históricos” relevantes para descrever processos e fenômenos monetários está viesada em tais análises.

Isto dificulta sobremaneira a própria pesquisa histórica dentro da abordagem aqui utilizada, pois a história monetária não é tratada com o mesmo nível de profundidade e mesmo de politização que recebem outros temas econômicos.

Wray (2004) afirma que, apesar de os historiadores interessarem-se por fatos, o quadro geral adotado é, freqüentemente, o mesmo dos economistas da abordagem tradicional da moeda: *“(...) with a story told about barter being replaced by commodity money and later by paper money, albeit with less reliance on efficiency-enhancing and transactions-cost-reducing innovations as the motive force for evolution.”* (p. 224).

Assim, o exercício aqui proposto tem dois objetivos, em relação à questão da História. O primeiro é focalizar os aspectos monetários da história alemã, em proposital detrimento dos demais aspectos da história econômica, na tentativa de iluminar tão negligenciado expediente. O segundo é buscar se desprender da leitura “metalista” que grande parte da literatura de história monetária tem sobre os desenvolvimentos monetários. Por isso, dar-se-á mais importância às definições e redefinições de valores de referência dos sistemas monetários, bem como à identificação das autoridades emissoras, em detrimento dos aspectos ligados à circulação do metal.

Apesar das ressalvas levantadas contra a leitura metalista, o presente trabalho não se propõe a descobrir “verdades históricas”, mesmo porque se acredita que a construção histórica é sempre alguma forma interpretação dos eventos passados. Como diz Paul Veyne (2008), o conjunto de especulações levantadas na reflexão sobre os eventos são a descoberta de um limite, que, ainda que apreendido de maneira direta e completa, é sempre incompleta e sujeita aos documentos e indícios utilizados.

* * *

Decidiu-se pelo tratamento de dois momentos históricos distintos. O primeiro considera o período de concentração e centralização de poder dentro da unidade político-territorial da Prússia-Brandemburgo, notadamente após a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Antes da guerra, o poder político encontrava-se descentralizado, sendo que as principais “funções de Estado” estavam a cargo da nobreza. Com o fim da guerra, esse quadro passa a sofrer uma reversão no sentido da centralização política em torno do representante dinástico. Esse primeiro período se estende até as Guerras Napoleônicas.

O movimento de concentração e centralização do poder caracteriza não apenas as unidades do “espaço alemão”, mas grande parte da Europa. É a inauguração da era estatal, celebrada juridicamente pelos Acordos de Vestfália, em 1648. Nesse contexto, destaca-se o fortalecimento interno da Prússia, que inicia também um processo expansivo.

Assim, nesse primeiro momento, trabalha-se com a hipótese de que é o processo de concentração e centralização interna na Prússia, que ascende à posição de potência européia, sobretudo, após à Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que permitiu àquele Estado, personalizado em Frederico II (Frederico, o Grande), ter autonomia monetária internamente, no sentido de decidir o valor de sua moeda e as taxas de câmbio com as demais moedas e, além disso, controlar a principal unidade de conta dos Estados germânicos do norte.

O segundo momento, localizado no século XIX, no pós-Congresso de Viena (1815), compreende uma fase que pode ser caracterizada pela “expansão econômica” da Prússia no “espaço alemão”. Neste período, observam-se uma série de medidas, lideradas pela Prússia, que tiveram por conseqüência o aprofundamento da “amarração” econômica entre as unidades político-territoriais. No entanto, apesar de o elemento mais visível ser de natureza econômica, devido ao conteúdo dos acordos e à formação de zonas aduaneiras, há um movimento político subjacente, ilustrado pelas intensas negociações entre as unidades, cada qual buscando assegurar seus interesses, de acordo com a posição política de que desfrutavam nesse contexto.

Dado o caráter “internacional” das articulações políticas da Prússia com as demais unidades político-territoriais do “espaço alemão” e os desenvolvimentos monetários associados, a hipótese, nesse segundo período histórico, assume o aspecto teórico da “internacionalização monetária” da moeda prussiana às demais unidades. A idéia é que, por meio dos acordos alfandegários e comerciais que vão sendo assinados vai se formando um espaço econômico coerente, em termos braudelianos. Como o processo é liderado, politicamente, pela Prússia, sua moeda vai ganhando primazia em todo o território, como principal unidade de referência e de liquidação de débitos.

* * *

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro apresenta o tratamento da questão monetária no âmbito da teoria, apontando as limitações das teorias monetárias usuais pelo tratamento despolitizado e ahistórico. A seguir, são apresentadas outras perspectivas teóricas, que auxiliam a traçar um quadro analítico a partir do qual se possa proceder à pesquisa histórica que busca ressaltar as associações entre padrões monetários de valor e poder político. O segundo e o terceiro capítulo estão divididos conforme os dois momentos históricos supracitados.

O segundo capítulo versa sobre o processo de acumulação e concentração de poder na Prússia – sobretudo entre o final da Guerra dos Trinta Anos e as Guerras Napoleônicas, recorrendo, quando necessário, a períodos anteriores – e sobre as contrapartidas em termos da história monetária do período.

No terceiro capítulo será realizado o mesmo exercício de “sobreposição” entre desenvolvimentos políticos e monetários, mas no âmbito da Confederação Germânica, focando no movimento expansivo da Prússia. Atenta-se para o fato de que, neste segundo período, os “instrumentos” desse movimento expansivo se davam, sobretudo, por meio da “pressão” econômica exercida pela Prússia sobre as demais unidades confederadas. O capítulo cobre também as Guerras de Unificação da Alemanha, e a nova configuração monetária, decida nos primeiros anos do Segundo Reich.

CAPÍTULO 1

O MARCO TEÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE MOEDA E PODER

Neste capítulo será apresentado o quadro teórico que envolve a questão da relação constitutiva entre moeda e poder político. O objetivo aqui é trilhar um caminho, no campo estritamente teórico, que permita delimitar tanto uma visão analítica como uma estratégia para a pesquisa histórica a ser realizada em etapa posterior. A idéia é, então, reunir argumentos da pesquisa teórica, de forma a sustentar a hipótese de que a determinação de um padrão monetário de valor, em determinado território, pressupõe alguma forma de acumulação e centralização de poder prévia. A partir da determinação de uma autoridade política, seja qual for a sua natureza, pode-se falar na ação política no sentido da extração de riqueza daqueles que estão confinados sob seu domínio político e econômico.

Para tanto, faz-se necessário, em primeiro lugar, desvelar brevemente os principais pontos da trajetória do que se denominou por leitura “tradicional” do papel da moeda, a fim de contrariar a associação constitutiva entre moeda e mercado, que marca profundamente tal leitura. As principais características que devem ser reveladas são a despolitização e baixa aderência histórica destas abordagens. Este é o objetivo da primeira seção deste capítulo.

A seguir, são apresentadas alternativas teóricas à abordagem tradicional, que, diferentemente das linhas keynesiana e marxista, no que tange à questão monetária, apresentam uma real ruptura com a associação moeda/mercado. As teorias creditícia e estatal da moeda atacam o ponto central comum às teorias monetárias que, em suas diversas vertentes, fundamentam as principais escolas de ciência econômica. A inversão da evolução moeda/crédito e a centralidade do tributo como fundamento da principal comunidade de pagamentos, que determina o próprio valor da moeda, geram um entendimento distinto do papel da mesma, tanto para a leitura histórica quanto para a teoria econômica.

A terceira seção deste capítulo trata da constituição de sistemas monetários nacionais e internacionais, em consistência com os objetivos da pretendida pesquisa histórica e com as premissas teóricas levantadas, sobretudo, da precedência da autoridade política soberana em relação à determinação do padrão monetário de valor vigente em seu domínio e da associação entre as hierarquias política e hierarquias monetárias.

1.1 – A leitura tradicional do papel da moeda: um caso de despolitização e ahistoricidade

Money has not been generated by law. In its origin it is a social, and not a state institution. Sanction by the authority of the state is a notion alien to it.

Carl Merger
(The Origins of Money)

Tanto a Economia quanto a História assumem, em geral, a moeda como fato histórico, cuja serventia se dá no sentido de promover e facilitar as trocas em lugar da forma não-monetária de troca, o escambo. Constitui-se, portanto, no “veículo de circulação da riqueza”.

Uma das primeiras tentativas de teorizar a origem da moeda pode ser encontrada em Aristóteles: “*For him, money, though it had come to serve other functions, originated as a medium of exchange.*” (BELL & HENRY, 2001, p. 3). A história estilizada⁶ da moeda, dentro da abordagem tradicional, associa tanto sua origem quanto sua evolução aos ganhos privados decorrentes de sua utilização nas relações de troca, estritamente no âmbito do mercado. Assim, a princípio, teriam sido utilizados alguns tipos de materiais, tais como conchas e sal, que eram ao mesmo tempo mercadoria – pois preservavam sua utilidade e valor específicos –, e meio de troca entre outras mercadorias.

Explicitam-se assim dois lados do processo de troca, na presença de uma moeda-mercadoria: o agente deve primeiramente adquirir o meio de troca, através da venda do excedente de sua produção, para obter a moeda-mercadoria utilizada em determinado espaço; em posse do meio de troca, o agente pode adquirir o bem que lhe interessa.

Ainda, dentro da lógica da minimização dos custos privados, a moeda teria evoluído na direção dos metais preciosos devido a características que outros tipos de mercadoria não apresentam, como sua divisibilidade, os processos físicos que o metal suporta, e a sua durabilidade. Com a definição da composição metálica das moedas, foi possível

⁶ O artigo paradigmático que oferece a história estilizada do surgimento e desenvolvimento da moeda é “*The Origins of Money*” de Carl Menger (1872). O essencial do artigo será apresentado mais adiante nesta mesma seção.

estabelecer um padrão geral de valor, que, como se supõe, estava baseado no valor intrínseco do metal. Nessa etapa da evolução, no entanto, havia a necessidade de um processo contínuo de cunhagem, que ficou a cargo das autoridades centrais dentro das unidades políticas.⁷ O passo seguinte foi o desenvolvimento de instrumentos que representavam o estoque de metal precioso e tinham a função de facilitar ainda mais as trocas. Surgem então o papel-moeda, as notas bancária e as letras de câmbio.⁸

Assim, evidencia-se a suposição fundamental das abordagens tradicionais sobre origem e desenvolvimento da moeda: que esta surge no âmbito estrito do mercado e que o processo que levou a formas mais sofisticadas do expediente monetário associa-se à facilitação das trocas e diminuição dos custos envolvidos. Dessa forma, fica estabelecida uma precedência lógica e temporal da moeda como meio de troca em relação à sua função como padrão de valor (unidade de conta) e às posteriores formas creditícias que a moeda assume. Nas palavras de Ingham (2004): *“Money of account is taken for granted in the commodity theory, which assumes that the primeval market produces a transaction cost-efficient medium of exchange that becomes the standard of value and money of account.”* (p. 181).

Nessa história estilizada, observa-se também o papel que cabe à autoridade política em relação à moeda vigente em seu território: zelar por seu conteúdo metálico, tornar sua identificação o mais simples possível e, associadamente, evitar falsificações.

A contribuição que alguns autores fornecem sobre o tema das origens da moeda é pouco fundamentada nos fatos, cabendo mais num esquema puramente lógico e gerando sequências estilizadas de pouca aderência histórica. A dissertação não se propõe a investigar as origens da moeda, nem mesmo a analisar exaustivamente o quadro teórico que envolve essa questão em particular. Há um profícuo debate que envolve historiadores econômicos, sociólogos, antropólogos, e que busca resgatar as origens históricas da moeda.⁹

⁷ “Para tanto, a autoridade central deveria comprometer-se a cunhar moedas com tais especificidades e zelar por elas, além de estampá-las com seus brasões de modo a tornar mais fácil sua identificação e dificultar sua falsificação.” (METRI, 2008, p. 5)

⁸ “Estes eram vistos como instrumentos de auxílio ao meio de troca, pois funcionavam como substitutos provisórios das moedas metálicas, de modo a permitir a realização, com maior segurança, das transações que envolviam elevadas somas.” (Ibid., p. 6)

⁹ Por exemplo, Michael Hudson estuda o caso da Mesopotâmia e John F. Henry o caso do Egito, na tentativa de investigar arqueologicamente as origens da moeda. Ambos os artigos estão publicados em Wray (2004).

Cabe aqui, no entanto, expor uma importante e influente escola que se dedicou a investigar as origens da moeda de modo a comprovar que o surgimento da moeda está relacionado à busca dos agentes por interesses privados no contexto do livre mercado, como a que já foi apresentada de forma esquemática. O principal nome a ser citado é o de Carl Menger, considerado o “pai” da Escola Austríaca de Economia.

Segundo Ingham, a história conjuntural mengeriana é desenvolvida a partir do uso racional da mercadoria mais *tradable* como meio de troca que maximiza as possibilidades de comércio. A partir da percepção de que moedas e papéis não eram totalmente conversíveis em objetos concretos, Menger enuncia o seguinte “enigma”:

But that every economic unit in a nation should be ready to exchange his goods for little metal disks apparently useless as such, or for documents representing the latter, is a procedure so opposed to the ordinary course of things... (1892, p. 1)

Assim, Menger desenvolve sua argumentação sob a forma de história estilizada sobre como os agentes percebem as possibilidades de ganho decorrentes do uso de um meio de troca amplamente aceito e como isso surge, primeiramente, como um *insight* para, posteriormente, tornar-se uma prática regular na economia.¹⁰ Há um inexorável processo de diferenciação da mercadoria utilizada como meio de troca das demais até chegar à utilização dos metais, devido à percepção de suas características vantajosas. Menger distingue claramente moeda e poder soberano, no entanto, afirma que:

(...) by state recognition and state regulation, this social institution of money has been perfected and adjusted to the manifold and varying needs of an evolving commerce, just as customary rights have been perfected and adjusted by statute law. (Ibid., p. 251)

Dessa forma, reafirma a origem da moeda como social, espontânea e descolada do poder político. O “ajustamento” da moeda ao poder é posterior à sua criação e se dá com a finalidade de facilitar o comércio, estabelecendo padrões e paridades e evitando fraudes.¹¹

¹⁰ Sobre a *genesis* de tal meio de troca “*It lies in the economic interest of each trafficking individual to exchange less saleable for more saleable commodities. But the willing acceptance of the medium of exchange presupposes already a knowledge of these interest on the part of those economic subjects who are expected to accept in exchange for their wares a commodity which in and by itself is perhaps entirely useless to them*” (Ibid., p. 248)

¹¹ Em um interessante e irônico resumo sobre a origem da moeda dentro da tradição mengeriana, Randall Wray dá uma resposta à questão “*What is money?*”: “*We all know the traditional answers to this question.*”

Mesmo considerando escolas econômicas heterodoxas, em sua abordagem da questão monetária, não é possível encontrar, no plano teórico, um vínculo direto entre a moeda e o poder político. O debate que caracterizou a ciência econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial opõe as escolas monetarista e keynesiana, ambas localizando a questão monetária no âmbito exclusivamente econômico.

Ressalta-se que alguns autores, sobretudo ligados à tradição keynesiana, identificam a relação entre moeda e poder como dimensão histórica. No entanto, tais autores não avançam na questão do tratamento simultâneo das dimensões histórica e teórica no que se refere à relação entre poder e moeda, como pretende fazer a Teoria Estatal da Moeda. Dentre aqueles há autores ligados à tradição pós-Keynesiana, dos quais destaca-se Charles Goodhart (1998). Pode-se situar também dentro de tais características o historiador Charles Kindleberger (1993).

Sem o objetivo de esgotar a exposição desse debate, cabe ressaltar uma diferença fundamental no que tange o papel da autoridade política. Na tradição keynesiana, o governo tem papel central na sustentação do crescimento econômico, bem como do nível de emprego, já que se assume que o mercado por si só não é capaz de assegurar tais condições. Já na linha monetarista, a intervenção do Estado ativamente na economia gera efeitos perversos ao impedir que o mercado gere as soluções ótimas que geraria se deixado livre para operar.

A abordagem keynesiana fornece uma visão da questão monetária mais realista e sofisticada que a monetarista, para a qual a moeda é neutra, ou seja, não é capaz de gerar efeitos nas variáveis reais da economia, como produto e emprego. Além disso, os agentes só têm interesse em dispô-la para a aquisição de bens e serviços, e não a retêm para além desta função. No entanto, as análises monetárias ligadas à tradição keynesiana – ainda que

Our homogenous-globule-of-desire forefathers were inconvenienced by barter until they spontaneously hit upon the idea of using tobacco, fur, huge rocks, landmarks, and wives as media of exchange. Over time, greater efficiency was obtained as homo economicus coined precious metals, and market efficiency was enhanced by free banks, which substituted paper money backed by precious metal reserves. All would have been fine and dandy except that evil governments came along, monopolizing the mints, creating central banks that debased the currency, and interfering with the invisible hand of the market; This finally resulted in an abandonment of commodity money, substitution of a fiat money, and central banks induced inflation. If only we could return to that Peter Pan Never-Land (laissez-faire), free of Captain Hook and the Crocodile (central bank and government), with private supplied free bank money greasing the mighty wheels of entrepreneurial commerce” (WRAY, 2000, p. 42)

neguem a neutralidade da moeda no processo econômico, diferenciem as funções de unidade de conta e meio de troca da moeda¹² e introduzam o poder político como capaz de influenciar preferência por meio de políticas econômicas – estão longe de constituir um olhar que vincule teoricamente a moeda ao poder político, de forma historicamente fundamentada.

Pode-se argumentar, também, que existe uma circularidade em parte do pensamento monetário keynesiano. Segundo Crespo e Cardoso (2009):

Para alguns autores, a demanda por moeda se fundamenta na incerteza própria dos sistemas econômicos contemporâneos. A moeda seria um refúgio contra a incerteza (Davidson, 1978). Mas estes autores também assumem, como Keynes, que o tipo de incerteza característico destas economias decorre do fato de que as mesmas são “economias monetárias de produção”, i.e., a moeda se explica pela presença de incerteza e a incerteza pela presença de moeda. (p. 7)¹³

Assim, vê-se que o principal e dominante debate da ciência econômica, em relação à moeda, não questiona o fato desta ser tratada, teoricamente, como “bem público”, constituindo-se “numa espécie de linguagem, numa técnica cuja utilização está à disposição de qualquer indivíduo.” (METRI, 2010, p. 2) – e não como instrumento de poder capaz de definir hierarquias. Também não atribui precedência lógico-temporal à autoridade política na definição de padrões monetários, ao contrário, defende “que sua gestão requer apenas um soberano lúcido, seja para não interferir no mercado, seja para corrigir rotas de crises econômicas” (Ibid., p. 12). Pode-se dizer, portanto, que a moeda está despolitizada nestas abordagens.

A tradição marxista tão pouco oferece uma alternativa satisfatória. Em suas obras, Marx apresenta uma visão ambígua do papel da moeda, ora ressalta seu caráter de mercadoria, como equivalente geral, ora sua funcionalidade ao pagamento de tributos. Marx chega a

¹² Na obra *Treatise on Money*, Keynes traça a distinção entre moeda em si e moeda de conta. Sobre a moeda de conta, que é aquela em que preços, débitos e poder de compra são expressos: “*A money of account comes to existence along with debts, which are contracts for deferred payment, and price lists, which are offers of contracts for sale or purchase. Such debts and price lists, whether they are recorded by word of mouth or by book entry on baked bricks or paper documents, can only be expressed in terms of money of account*” (KEYNES, 1979, p. 3). Já a moeda em si é aquela pela qual “*debt contracts and price contracts are discharged, and in the shape of which a store of general purchasing power is held*” (KEYNES, 1979, p. 3)

¹³ Tymoigne vê consistência entre as linhas cartalista e pós-keynesiana: “*There is no reason to assume that the Chartal or Token or Creditary approach of money is inconsistent with the Post Keynesian school of thought. Uncertainty implies that economic units want to keep in stock some liquid assets. The most liquid assets are the money-things but their liquidity depends, among other things (institutional factors and convention being to of them), on their scarcity.*” (2005, p. 12)

levantar, inclusive, a questão da dívida pública, mas em seu esquema teórico, estes pontos não são considerados.¹⁴

Apesar das alternativas, as teorias de cunho monetarista forneceram o quadro teórico e metodológico dentro do qual se desenvolveu a ciência econômica e a teoria monetária associada, que considera a moeda como meio de troca ‘neutro’. Sua evolução deu-se no sentido do aprofundamento da formalização abstrata, descolada da evolução histórica. Ainda segundo Inghan (2004):

This was accomplished at various levels of abstraction – from Walra’s abstract notion of the numeraire as a standard commodity to Menger’s conjectural history of the origins of money out of most tradable commodity on a barter economy. (p. 174)

Como foi visto, os enfoques tradicionais sobre a moeda não a vinculam diretamente à questão do poder político, seja dentro de unidades políticas delimitadas ou entre unidades políticas, entre os príncipes. Esse alheamento do caráter político intrínseco da moeda gera consequências em termos analíticos, pois compromete a apreensão dos fenômenos histórico que envolvem moedas.

1.2 – As teorias creditícias e cartalista: centralidade do crédito e do tributo

There can be no doubt that all the coins were tokens and that the weight or composition was not regarded as a matter of importance. What was importante was the name or distinguishing mark of the issuer, which is never absent.

Alfred Mitchel Innes
(What is Money)

A seção anterior buscou mostrar os principais pressupostos que embasam a visão tradicional acerca da natureza e do papel da moeda no sistema econômico, bem como a história estilizada sobre seu surgimento e desenvolvimento, que corrobora tal visão. Em termos científicos, a supremacia da visão tradicional pode resultar em problemas epistemológicos e metodológicos, tanto na ciência econômica que dela decorre, como no

¹⁴ Para uma discussão sobre o papel da moeda em Marx ver White (1996). Para uma visão que defende uma teoria monetária em Marx ver Brunhoff (1978).

encaminhamento da pesquisa histórico-econômica, pois ou exclui importantes elementos da análise, sobretudo os de natureza política, ou não esgota as implicações daí decorrentes.

Há, no entanto, autores e correntes teóricas que privilegiam a moeda enquanto instrumento de poder por sua capacidade de definir hierarquias. A idéia geral é que o mercado não é capaz, por si só, de determinar padrões monetários de valor. Tal determinação carece de um poder político estabelecido que garanta o padrão vigente, ou seja, a unidade de conta que vale em determinado espaço. Assim, a moeda se mostra como um elemento que não comporta analiticamente o descolamento entre as dimensões política e econômica. Nas palavras de Polanyi (1944): *"it was precisely in the matter of currency (that it was impossible to separate) ... the political and economic spheres."* (p. 196).

1.2.1 – Teorias Debt-based

O corpo teórico que mais aprofundou a questão de poder e moeda é conhecido por *debt-based* e incorpora o poder político num quadro social e histórico das origens do dinheiro. O poder dos governantes de ordenar alguns pagamentos como impostos e multas, bem como o poder de determinar em qual unidade esses “passivos” deveriam ser denominados e os meios pelos quais tais determinações eram impostas, deram origem às relações monetárias primordiais.¹⁵

O ponto central das teorias *debt based*, que, simultaneamente, marca uma ruptura fundamental com as teorias tradicionais, é o foco e a precedência lógico-histórica concedida à função de “unidade de conta” da moeda. Como se verá adiante, é a partir dessa função que as questões monetárias imbricam-se mais fundamentalmente com as questões de poder. Aqui, têm-se duas considerações principais. Primeiramente, no que tange ao quadro investigativo das origens da moeda¹⁶, estas teorias alternativas partem do pressuposto de que a moeda surge como “evidência de dívida” entre os agentes, no sentido próprio de ser a contratação da promessa de um pagamento em data futura.

¹⁵ “Rather than originating with private with private individuals trucking and bartering, money was created as a medium to denominate and pay obligations to the large public institutions.” (HUDSON, 2004, p. 122)

¹⁶ “While many economists (and historians and anthropologists) would prefer to trace the evolution of the money as medium of exchange, our primary interest is in the unit of account function of money. Our alternative history will locate the origin of money in credit and debt relations, with the unit of account emphasized as the numeraire in which they are measured. (...) the medium of exchange function and the market are de-emphasized as the source of money’s origins; indeed, credits and debits can exist without markets and without a medium of exchange” (TYMOIGNE & WRAY, 2006, p. 1)

Assim, há diversas linhas de pesquisa históricas¹⁷ que buscam evidências de que a origem da utilização do expediente monetário está, de alguma forma, ligada a relações sociais de crédito e débito. No âmbito da unidade política, a moeda marca a separação de uma pessoa ou classe que tem a capacidade de extrair riqueza dos demais.

Em segundo lugar, há uma questão teórica fundamental que marca essa abordagem da moeda: no sistema econômico, tanto os preços das mercadorias como as dívidas são expressos em termos de uma unidade de conta, ou seja, “ (...) esta [a unidade de conta] se constitui no meio com base no qual os débitos são mensurados e registrados, assim como na forma através da qual o poder de compra e os preços revelam-se, exprimem-se, fazem-se conhecidos, públicos.” (METRI, 2009, p. 9).

Assim, não há expressão de preços ou valores de dívidas sem que haja um padrão abstrato de medida: a função de unidade de conta da moeda, a que tais valores estão referidos. É justamente nesse ponto que é necessário, analiticamente, localizar o agente responsável por determinar tal padrão abstrato de valor, que é, ao mesmo tempo, quem pode alterá-lo. Assim, “Esta função da moeda [de unidade de conta] é instituída pela autoridade, e a faz uma legítima ‘criatura do Estado’ (LERNER, 1947), no sentido de ser um fruto do poder legítimo e soberano do ‘Príncipe’.” (CRESPO & CARDOSO, 2009: 6).

Nesse sentido, a função da moeda como meio de troca torna-se não apenas secundária, como logicamente decorrente da função de unidade de conta¹⁸. Nas palavras de Keynes: “*Money proper in the full sense of the term can only exist in relation to a money of account.*” (1930, p. 3).

Uma das primeiras teorizações da moeda como símbolo da relação débito/crédito pode ser encontrada nos artigos de Michel Innes¹⁹ de 1913 e 1914. Partindo da rejeição da história

¹⁷ Para exemplos de pesquisas históricas ver: Para um exemplo de pesquisa no campo da numismática (ciência que estuda as origens da moeda) ver Grierson (1997)

¹⁸ “O meio de pagamento precisa se expressar em termos de uma unidade de conta para que seja capaz de liquidar, quando de sua entrega, contratos de dívida e de preços, além de se constituir na forma pela qual se pode assegurar poder de compra. Já a unidade de conta não depende do meio de troca para cumprir suas funções mais elementares; permite a própria efetivação de transações com base exclusivamente em registros de débitos e crédito, isto é, no reconhecimento comum das dívidas assumidas e sua compensação a partir de uma comunidade de pagamentos.” (METRI, 2009, p. 9)

¹⁹ “*To our knowledge, the work of Innes was not recovered until mid 1990s, when his 1913 article began to be referenced by Post-Keynesian monetary theorists.*” (WRAY & BELL, 2004, p. 3)

típica da moeda evoluindo de moeda-mercadoria para moeda-crédito, Innes argumentou que o valor das moedas não era determinado pelo seu conteúdo metálico. Assim, Innes constrói uma argumentação fundamentada na antecedência histórica do uso do crédito em relação ao uso da moeda como meio de pagamento à vista, invertendo, portanto, o sentido da evolução, na leitura tradicional, o que leva à “... *much different take on markets, on money and on credit relations.*” (WRAY & BELL, 2004, p. 7).

Para Innes, a visão errônea da evolução da moeda advinha de um erro anterior acerca do que é a própria natureza do ato de compra e venda. O erro seria vê-lo como a troca de bens ou serviços pelo meio de troca, enquanto que, para o autor, a transação deveria ser entendida como uma relação de débito e crédito, em que a mercadoria é trocada por crédito, no sentido de um contrato de recebimento futuro. Se houver alguma forma de reconhecimento das dívidas assumidas, o próprio meio de troca concreto (sonante) torna-se dispensável para a efetivação da transação. Conclui, assim, que toda moeda é evidência de dívida e, portanto, constitui-se em crédito em sua essência.

Há duas críticas principais que podem ser tecidas em relação à teoria creditícia de Innes, dentro do próprio paradigma *debt-based*. Em primeiro lugar, Innes deriva sua concepção sobre o caráter abstrato e universal da moeda daquilo que denomina por “lei primitiva do comércio”. Esta lei é definida por “*the constant creation of credits and debts and their extinction: by being cancelled against one another, forms the whole mechanism of commerce.*” (INNES, 1913 citado em WRAY, 2004, p. 239).

Aqui, pode-se dizer, na linha de Ingham²⁰, que Innes acaba incorrendo em um erro universalizante na mesma medida que a teoria ortodoxa, apesar de ser clara a sua preocupação com a natureza social da origem e evolução da moeda. Aqui, seria necessária uma saída menos no formato de “lei universal primitiva”, como fez Innes, e mais no sentido da apreensão da particularidade de cada momento histórico na evolução da natureza e desdobramentos da moeda. Pode-se dizer, no entanto, que a teorização de Innes

²⁰ Sobre o processo de evolução da moeda: “*This was a complex process that involved social and political transformation. It cannot simply be seen as an expression of the ‘primitive law of commerce’. Innes tends to oversimplify the complex social and political changes that have structured the evolution of money since Hamurabi’s Day. In a similar analytical manner to his opponents in economic orthodoxy, Innes fails to acknowledge the historical specificity of capitalist credit theory.*” (INGHAM, 2004, p. 185)

aponta para na direção do reencontro, ainda que incompleto, entre teoria monetária e História.

Outra crítica trata da suposta ausência de uma análise sobre os processos de hierarquização monetária, a partir da aceitabilidade que diferentes moedas gozam num mesmo sistema econômico. Segundo Metri (2008): “Ao focar a capacidade de se criar poder de compra dentro de uma economia, Innes imputou pouca importância a alguma distinção que possa existir entre as obrigações emitidas pelo poder soberano e as dos agentes privados.” (p. 18). No entanto, segundo o mesmo autor, não se pode afirmar que a teoria de Innes consista num modelo de crédito puro²¹. Isto porque Innes reconhece que o valor da moeda depende do seu alcance e da confiança junto ao público, portanto, está diretamente associado a seu emissor, o que gera hierarquias entre diferentes moedas de acordo com este emissor.

Aqui, há uma questão fundamental: Innes não nega a existência de hierarquia entre moedas, a partir de determinadas características que o emissor lhes imprime. No entanto, para os efeitos da tese da dissertação, em que a associação entre moeda e poder se dá a partir da precedência deste em relação àquela, nota-se que o sentido da causalidade está invertido na análise de Innes, pois é a avaliação do mercado que define tal hierarquia²².

1.2.2 – Cartalismo

A teoria mais consistente com as evidências históricas e teóricas que orientam esta dissertação é conhecida como Cartalista, tendo se desenvolvido em oposição às teorias segundo as quais as origens da moeda associam-se às ineficiências do sistema de escambo. Pode-se dizer que a abordagem Cartalista insere-se no movimento intelectual alemão conhecido como Segunda Escola Histórica, da qual Georg Knapp era um dos membros mais influentes. Sobre tal escola, cabe ressaltar que:

The German Historical School has been described as a criticism of British classical economics. In opposition to the universally valid economic theory, it asserted that

²¹ “O modelo de crédito puro é o caso limite em que a moeda de emissão pública não detém importância alguma, podendo os bancos e demais instituições privadas criarem crédito sem qualquer restrição, como as causadas pela perda de reservas (moeda emitida pelo governo)” (METRI, 2007, p. 29)

²² “(...) tal hierarquia é definida com base na avaliação do mercado no que diz respeito à qualidade das dívidas emitidas pelo mais diferentes agentes econômicos. Não considerou que a decisão relevante é o que o soberano aceita como pagamento de tributo e não o que os agentes dos mercados aceitam e avaliam de acordo com a reputação ou credibilidade do emissor.” (Ibid., p. 22)

economic principles should be inductively derived through the study of historical facts of different countries. (SHIONOYA, 2001, p. 7)²³

Assim, vê-se que Knapp estava, à sua época, no centro da crítica mais fundamental ao “economicismo” fundamentado na tradição anglo-escocesa. Por um lado, Knapp considerava teoricamente o sistema monetário como parte da ciência política e, de fato, em sua teoria, a questão do poder tem posição central. Por outro, questionava o apartamento entre a ciência econômica e a História, no sentido da derivação de leis universais aplicáveis à qualquer época e qualquer lugar.

Na obra “A Teoria Estatal da Moeda”, principal obra de Knapp, está explicitado que o Estado tem papel central no estabelecimento e desenvolvimento do padrão monetário utilizado em seu território. Resumidamente, a teoria de Knapp sugere que a moeda, como unidade de conta e meio de pagamento, assenta-se no poder do Estado de obrigar determinados agentes da economia a tornarem-se seus devedores, e também, no poder de especificar o que é a “coisa” que será aceita no pagamento destes débitos, que consistem, sobretudo, em tributos. Assim, a moeda origina-se da imposição de débitos que dependem da existência de uma autoridade independente da sociedade como um todo.²⁴ (BELL & HENRY, 2001).

O conceito primordial depreendido da teoria estatal da moeda, que aqui interessa, é a “validade por anúncio” da moeda, ou seja, o fato de que seu reconhecimento e aceitação na sociedade dependem do “anúncio” feito pelo poder. Assim a unidade de valor de que a moeda é dotada não depende de determinações técnicas, mas históricas.

Esse conjunto de características do meio de pagamentos elencados por Knapp recebeu a denominação, de sua própria autoria: “cartal”, que se relaciona ao fato de serem unidades de conta que têm sua validade e reconhecimento definidos por leis e estatutos. Segundo

²³ O debate sobre os métodos perdeu espaço no pós- Segunda Guerra. Igualmente o debate sobre as origens estatais da moeda perdeu importância, de forma a beirar seu esquecimento, quando o keynesianismo das décadas de 1960 e 1970, “... *in which interest money was reduced to debate about the slopes of the LM curve and the forces that would equilibrate money demand and money supply. Theories of money became increasingly simplistic and silly with the rise of New Classical, Real Business Cycle and even New Keynesian approaches to macroeconomics*” (WRAY & BELL, 2003, p. 3)

²⁴ Em outras palavras: “A abordagem cartalista da moeda é aquela que explica esta criação pela capacidade do Estado de estabelecer uma unidade de conta para a economia e de determinar o meio de pagamento, referente a esta unidade de conta, que terá a capacidade de encerrar todos os débitos da economia, isto é, aquele que será aceito por todos os agentes da economia em posição de credor” (AGGIO & ROCHA, 2009, p. 4)

Knapp: *“Charlity, then, is simply the use in accordance with proclamation of certain means of payment having a visible shape.”* (2003, p. 35).

Assim, deve-se reter, sobretudo, que a escolha de um meio de pagamento geral, sua correspondência com a unidade de valor e a manutenção desta unidade no tempo ou a condição de conversibilidade consistem em *“a free act of the State’s authority”*. Assume-se, desta forma, que a existência de um sistema monetário de pagamentos depende do poder soberano do Estado²⁵. Assim, há precedência lógico-histórica entre acumulação de poder e a instituição de um sistema monetário de pagamentos.

Completando o que foi dito acima, a localização do “agente responsável” pela determinação e alteração do padrão abstrato de valor (a unidade de conta) associa-se aos processos de acumulação de centralização do poder, que, historicamente, alinham-se aos processos de formação dos Estados-Nacionais. Por isso, para Knapp, que escreve já em uma fase de Estados-nacionais consolidados, a associação entre tais unidades políticas soberanas e determinação de padrões monetários é praticamente infalível. Para os efeitos do interesse da dissertação, na teoria knappiana, a seguinte passagem é resumidamente notória:

De um ponto de vista geral, Knapp pôs ao centro de sua teoria monetária a dimensão do poder. O decisivo para a criação de um padrão monetário de valor é a capacidade de o poder soberano impor a condição de devedor de tributos ao conjunto da coletividade sobre a qual exerce poder e dominação. Sua decisão relevante é sobre qual evidência de dívida aceita em seus guichês para recebimento de impostos e usa em seus pagamentos. Dessa forma, cria a mais importante comunidade de pagamentos dentro do seu território, garantindo a si o poder de escrever e, de tempos em tempos, reescrever a unidade de conta, quando lhe é conveniente. Ademais, tal feito lhe assegura o poder de determinar o reconhecimento social do meio de pagamento. Com efeito, hierarquiza o sistema monetário válido em seu território político, em cuja base está a sua moeda. (METRI, 2008, p. 40)

Dessa forma, depreende-se desta teoria, que a investigação teórica sobre as questões monetárias deve partir não do estudo abstrato dos mercados e seu funcionamento, mas dos processos de concentração de poder que são responsáveis pela criação dos sistemas tributários em cada território soberano, a partir do qual a moeda tem sua referência primordial, e também pela definição de hierarquias²⁶ entre diferentes sistemas monetários.

²⁵ Knapp utiliza a categoria Estado, mas a idéia se aplica a qualquer tipo de autoridade que domine os instrumentos de coerção e violência física.

²⁶ *“Recall that money represents a promise/IOU and that these promises can be created by anyone. The*

Ainda, é aí que se encontra o cruzamento originário entre moeda e poder que está na raiz da tese que embasa a presente dissertação.

Em relação aos sistemas monetários nacionais, que em termos histórico é o foco do interesse da dissertação, Knapp apresenta uma visão sobre como se hierarquiza o sistema monetário de determinado espaço econômico nacional, que difere da mera constatação da circunstância legal de curso forçado do meio de pagamento que é emitido pelo poder soberano. Para que o sistema monetário de um Estado tenha uso e aceitação generalizados é necessário mais do que apenas o fato de ser aquela moeda a emitida pelo Estado. É a decisão do Estado quanto ao recebimento dos tributos, multas e outros débitos da sociedade que define o sistema monetário nacional:

*We keep most closely to the facts if we take our test, that the money is accepted in payment made to the State's offices. Then all means by which a payment can be made to the State form part of the monetary system. On this base it is not the issue, but the acceptance, as we call it, which is decisive. **States acceptance delimits the monetary system.** By the expression 'State-acceptation' is to be understood only the acceptance at State pay offices where the State is the recipient. (KNAPP, 2003, p. 95) [Grifo meu]²⁷*

A teoria cartalista tem sido resgatada, mais recentemente, por alguns autores, sobretudo de linhagem pós-keynesiana²⁸. O conjunto dessas teorias recebeu a denominação de neocartalismo. (WRAY, 1998; 2004; BELL, 1998; GOODHART, 1998; TCHERNEVA, 2006). Além da teorização sobre a natureza e origem da moeda, estes autores apresentam análises em termos de política econômica, dentro deste arcabouço.²⁹

'secret' to turning these promises into money is getting other individuals or institutions to accept them. Therefore, the 'hierarchy of money' can be thought of as a multi-tiered pyramid where the tiers represent promises with differing degrees of acceptability. Apex is the most acceptable or 'ultimate' promise." (BELL 2001, p. 158)

²⁷ Tal posição é corroborada por Keynes na seguinte passagem: "*Knapp accepts as 'Money' – rightly I think – anything which the State undertakes to accept at its pay-offices, whether or not it is declared legal-tender between citizens*" (KEYNES citado em CRESPO & CARDOSO, 2009, p. 10). Para uma crítica ao neocartalismo ver Febrero (2008). Ressalta-se que o referido autor não rejeita totalmente os preceitos cartalistas "*Summing up, Neo-Chartalists are right when they claim that the source of money's value is to be found on the state's declaration of what it accepts at its public pay offices if, and only if, the state issues its own money when it makes payments and levies the populace with taxes.*" (p. 12)

²⁸ "Utilizando uma teoria creditícia da moeda, estes autores definem que mesmo a moeda do Estado é creditícia (WRAY, 2004), ou simplesmente que moeda é crédito (BELL, 2001), de forma que quando o governo gasta gera um débito com o setor privado que é eliminado quando este paga um tributo, levando ao limite a proposição de Knapp." (AGGIO & ROCHA, 2009, p. 8)

²⁹ Segundo Aggio e Rocha (2009), sobre este movimento intelectual: "O retorno cartalista ocorre para se opor às teorias de neutralidade da moeda em um primeiro momento pelo artigo de Goodhart, no qual defende que as teorias da moeda construídas na hipótese de diminuição de custos de transação não podem embasar o estabelecimento de uniões monetárias entre nações, uma vez que a perda de soberania da política monetária não seria justificada. Em um segundo momento alguns autores pós keynesianos, partindo do artigo de

O principal nome a ser citado é o de Randall Wray, que é responsável pelo resgate dos textos de Innes e busca uma compatibilização teórica entre as visões creditícia e estatal da moeda. Segundo Wray, o enfoque neocartalista parte do reconhecimento de que não importa o tenha acontecido no passado longínquo, a situação virtualmente universal de hoje é que cada Estado-nacional estabelece a unidade de conta a ser utilizada dentro dos limites de suas fronteiras. Segundo Metri (2007):

Em suma, o centro da proposta sugerida por Randall Wray está na articulação de três pontos: i) a perspectiva histórica apontada por Innes; ii) a hierarquia monetária, em cujo topo está a moeda aceita no pagamento de tributos como sugerido por Knapp; e iii) o papel do poder soberano nos assuntos monetários, como também observado por Knapp. (p. 50)

Assim, o argumento central de Wray, para os interesses da dissertação, encontra-se na seguinte passagem:

(...) it is believed that the state (or any other authority able to impose an obligation – what we will describe as ‘sovereign power’) imposes an obligation in the form of a generalized, social unit of account – a money – used for measuring the obligation. (2004, p. 242)

É, portanto, prerrogativa do poder soberano definir o padrão abstrato que serve de medida às obrigações, por ele impostas, a uma população.

1.3 – Constituição de sistemas monetários nacionais e internacionais

(...) if money served an only economic purpose, it is unlikely that it would have been traditionally organised largely along national lines.

Gilbert & Helleiner
(Nation-States and Money)

1.3.1 – Guerras, Estados e Moedas

Segundo Fiori (2004), a reconstrução histórica e lógica do Estado-nacional se dá no momento em que o poder político se encontra com o mercado e “recorta” as fronteiras, gerando o que o autor denomina por “Estado-economia nacional”. O quadro amplo em que tal encontro se dá é o do relacionamento entre o que Braudel chama de “jogo das trocas” e

Goodhart, passam a utilizar a teoria cartalista dentro do seu arcabouço que pressupõe uma economia creditícia e de criação endógena de moeda.” (p. 4)

o que Fiori, em analogia direta, chama de “jogo das guerras”. Ainda, Fiori defende que as relações entre os dois “jogos” são bastante anteriores ao surgimento do sistema inter-estatal europeu, inserindo-se no marco temporal do “longo século XIV”³⁰.

Há uma série de questões teóricas sobre a associação entre riqueza e poder que está na origem da formação do sistema de Estados europeu e que tem na guerra³¹, e no financiamento da mesma, um papel central. Assim, não há como analisar de forma descolada os processos de formação dos mercados e dos Estados-nacionais, bem como as relações que estes estabelecem entre si. Dentro da perspectiva teórica de economia política internacional de Fiori, podemos levantar três pontos principais, inter-relacionados, no que tange ao presente tema.

Primeiramente, tem-se a questão teórica relativa à origem da concentração e acumulação do poder, que tem na acumulação da riqueza um instrumento fundamental e na guerra um fenômeno de importância central.³² Segundo Metri (2007):

A hipótese metodológica chave funda-se no reconhecimento de que a acumulação de poder tem dinâmica própria, isto é, de que *poder* é um objetivo em si mesmo, inclusive quando uma unidade política soberana logra alcançar posição de destaque e de liderança em relação aos seus competidores. Para tanto, *riqueza* constitui-se no mais importante meio através do qual o poder busca obter seus objetivos. (p. 5) [Grifo do autor]

No período de formação do sistema inter-estatal europeu, o “objetivo” que esteve sempre presente foi a auto-preservação das unidades que iam se constituindo. Por isso, o fenômeno da guerra é central e constante, não somente em termos de guerras efetivas, mas também da permanente preparação para a mesma, que exige um fluxo contínuo e concentrado de riqueza nas mãos do “Príncipe”. Deve-se ressaltar que o que se denominou por auto-preservação engloba a dimensão expansionista das unidades políticas, pois a competição

³⁰ Expressão cunhada por Peter Spufford em “*Money and its used in Medieval Europe*”. Compreende um período localizado entre meados do século XI e meados do século XIII.

³¹ “A guerra foi a força ou a energia que impeliu e alimentou a expansão territorial das primeiras ‘unidades imperiais’ de fala Braudel. Além disto, foi ela que criou as primeiras hierarquias de poder entre as unidades que saíram vitoriosas desta luta, dentro do território europeu. A guerra foi condição básica de sobrevivência de cada uma destas unidades e, ao mesmo tempo, foi a força destrutiva que as aproximou e unificou, integrando-as, primeiro, em várias sub- regiões e, depois, dentro de um mesmo sistema unificado de competição e poder. Por isto, toda e qualquer unidade que se inclua neste sistema e tenha pretensões de ‘não cair’, está sempre obrigada a expandir o seu poder, de forma permanente, porque a guerra é uma possibilidade constante, e um componente essencial do cálculo estratégico de todas as unidades do sistema.” (FIORI, 2004, p. 27)

³² Para uma exposição detalhada deste ponto ver Fiori (2004).

entre as mesmas engendra uma lógica de auto-afirmação contínua.³³ Fiori resume o argumento:

Em síntese, as primeiras “economias nacionais” nasceram como uma estratégia de guerra defensiva dos primeiros Estados territoriais europeus e depois se transformaram numa imposição do sistema político interestatal, cuja regra número um era a continuidade e a intensificação permanente da competição político-militar entre seus Estados-membros. (2004, p. 67)

Em segundo lugar, há a questão da formação dos Estados-economias nacionais, a partir do recorte territorial que engloba atividades econômicas subordinadas a um poder político. Este processo histórico está intimamente associado à premissa teórica da acumulação e concentração de poder como motores do sistema político competitivo. Charles Tilly, Norbert Elias e Fernand Braudel são exemplos de autores que se debruçaram sobre esse tema, por meio de pesquisa histórica sobre como territórios fragmentados foram, ao longo de vários séculos e tendo a guerra como pano de fundo, formando espaços coerentes, tanto politicamente – pela ampliação da soberania e controle sobre os meios de coerção e violência – como economicamente, pela formação dos mercados nacionais. A idéia central é que tais unidades – Estados-economia nacionais – são um recorte territorial feito pelo poder político em associação com o sistema econômico a ele subordinado.

Finalmente, pode-se falar da questão propriamente monetária, dada a relevância que tal instrumento recebe dentro desta visão. A moeda é vista, acima de tudo, como um instrumento de poder a serviço da autoridade soberana, seja dentro do território em que esta define seu valor, seja pela hierarquia a que a moeda corresponde no plano internacional. Há, também, uma associação direta entre moeda e o “fazer guerra” (*warfare*), na medida em que constituiu a principal forma de financiamento da mesma. Para Kindleberger: “*Financial history cannot escape dealing with war. War is a hothouse and places enormous strain on resources, with finance is used to mobilize. Financial innovation occurs in wartime.*” (1993, p. 07).

Essa necessidade de “auto-financiamento” está na origem da monetização da tributação

³³ As palavras de Elias resumem esse argumento: “A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe, cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência. (...) o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio.” (ELIAS, citado em FIORI, 2005, p. 61)

que ocorreu ao longo da Idade Média na Europa. Constitui-se, portanto, na contrapartida histórica da associação teórica, entre moeda e tributo. Esta, no entanto, é uma associação pouco explorada pela historiografia.³⁴

A moeda, ou melhor, a monetização da riqueza, relaciona-se diretamente com a disputa pelo poder político. Fiori aponta o surgimento das “moedas estatais” – definida como aquelas “aceitas pelo poder político como pagamento dos impostos e das dívidas dos soberanos.” (2004, p. 29) – como “um verdadeiro ponto de inflexão na história da Europa”, seguindo a constatação de Elias (1993):

O ritmo que repetidamente ameaçou provocar a dissolução dos grandes monopólios de poder foi modificado e acabou se rompendo apenas na medida em que a moeda e não mais a terra tornou-se a forma predominante de riqueza. Só então é que os grandes monopólios podem se fragmentar e sofrem uma lenta transformação centralizante... (ELIAS citado em FIORI, 2004, p. 30)

Tilly agrega estes elementos, que são desde a origem complementares, na seguinte passagem:

A criação de forças armadas por um governante gerou uma estrutura de estado duradoura. E isso aconteceu não só porque o exército se tornou uma organização expressiva dentro do estado, mas também porque a sua criação e manutenção induziram a instalação de organizações complementares: tesouros, serviços de coleta de impostos e muitas outras. (1996, p. 127)³⁵

Tymoigne, autor no chamado neocartalismo, também tece comentários sobre a relação histórica entre poder, guerras e definição de padrões monetário de valor:

*During the Middle Ages, the global political instability and the myriad of small centers of power made the central authorities less powerful. (...) In this case, gold coins helped the financing of the spending of the king; either for current spending at national and international levels or for the payment of mercenaries to pursue wars. The local value of the gold coins was, however, not defined by the content of gold **but proclaimed by the king***

³⁴ Nas palavras de Metri: “Do que geralmente não se trata quando se investiga as razões da ascensão da moeda a uma centralidade antes detida pela terra na sociedade medieval europeia, são as relações constitutivas e originárias entre as moedas e os poderes políticos soberanos; entre os mecanismos de tributação-monetização e os desafios daqueles que comandavam uma das mais custosas e lucrativas atividades econômicas, as guerras. Em outras palavras, do que se fala muito pouco é que as moedas reapareceram “coincidentemente” ao centro e no exato instante em que se deflagrou o processo de acumulação de poder e de fortalecimento da autoridade central.” (2007, p. 74) [Grifo do autor]

³⁵ A seguir, o mesmo autor exemplifica a constatação acima, com o exemplo da própria Prússia: “O principal organismo de arrecadação de impostos da monarquia prussiana recebeu o nome de comissariado Geral da Guerra.” (1996, p. 127)

at a face value superior to the intrinsic value. In addition to being able to stamp and proclaim the face value of their own coins, the most powerful seigniors could also define the unit of account. Some of these units of account were largely used inside and outside the territory of dominance of their creators because of the recognize power of the latter— this power including the capacity to enforce taxes, fines, fees, tributes, etc. (2005, p. 8)
[Grifo meu]

Dessa forma, Tymoigne corrobora a tese de que a descentralização política, característica, da Idade Média, gerava fragmentação monetária e que apenas os “Príncipes” mais poderosos eram capazes de definir unidades de conta. E até, em algumas situações, de estender a validade dessa unidade para outras unidades político-territoriais.

Assim, tem-se que o pano de fundo da análise aqui exposta está baseado na visão da associação entre poder e riqueza e que é desta perspectiva que devem ser apreendidos os processos de formação dos Estados-economias nacionais, como unidade básica do sistema interestatal originado na Europa. Como o foco aqui é a moeda, o caso alemão é analisado no âmbito da formação de seu sistema monetário, em proposital detrimento dos diversos outros aspectos da economia nacional alemã.³⁶

1.3.2 – Sistemas monetários na abordagem tradicional - AMO

A teoria econômica de linha ortodoxa apresenta uma abordagem sobre os processos de constituição de sistemas monetários nacionais, bem como, em período mais recente, sobre o fenômeno da unificação monetária. Esta abordagem é conhecida por teoria da Área Monetária Ótima (AMO) e parte da mesma lógica da minimização dos custos das trocas comerciais, que caracteriza as teorias monetárias tradicionais. Primeiramente desenvolvida por Robert Mundell, na década de 1960, a AMO tem sido, mais recentemente, aplicada aos novos espaços monetários, como uniões monetárias e países dolarizados, que antes detinham moeda própria.

A AMO é uma extensão natural da abordagem tradicional da moeda para o domínio geográfico-espacial (GOODHART, 1998, p. 409)³⁷. O mesmo autor resume:

³⁶ Para um resumo das principais complicações envolvidas na teorização da formação dos Estados e mercados nacionais, focando o caso alemão, ver Vieira (2006).

³⁷ No artigo em questão, o autor preocupa-se com o tratamento teórico adequado à zona do euro, já que constitui um sistema monetário sem autoridade soberana. Trata-se de uma crítica à forma como a abordagem monetarista da moeda encaminha a questão das uniões monetárias, por meio do paradigma das “áreas monetárias ótimas”.

If the origin of money is to be seen in terms of private sector market evolution, whose function is to minimise transactions costs, then the evolution of a number of separate currencies in differing geographical areas should analogously, be analysed in terms of private sector market evolution, whose function would have been to minimise some set of (micro-level) transaction and (macro-level) adjustment costs. (Ibid., p. 409).

Assim, a AMO utiliza os pressupostos da teoria monetária ortodoxa (monetarista) para explicar a distribuição espacial de diferentes moedas no mundo. A idéia central é que áreas geográficas que formam sistemas econômicos internamente consistentes e coerentes, em termos de estrutura produtiva, tendem a desenvolver um meio-de-troca uniforme, por meio de um processo de minimização dos custos de transação (INGHAM, 2004, p. 32).

A idéia é, portanto, de uma comparação entre a redução dos custos de transação e os custos relacionados às dificuldades de ajustamentos. Dessa comparação resulta a escolha por adotar, ou não, determinado padrão monetário em determinada área geográfica, bem como escolhas por expansão destas áreas.³⁸

A ausência de consideração acerca do papel do Estado no paradigma da AMO, bem como seu caráter marcadamente técnico, resulta em que tal teoria não apresente uma explicação para o fato de que os sistemas monetários sejam, ao menos no que tange a sua constituição histórica, coincidentes com os limites territoriais dos Estados soberanos³⁹. Segundo Ingham (2004): *“From this orthodox viewpoint, monetary space is no more than a reflection or representation of transnational or ‘market’ space, as it is conceptualized in ‘real’ analysis.”* (p. 33).

Dessa forma, a perspectiva adotada pela AMO desconsidera os aspectos políticos da construção de espaços monetários, adotando uma visão estritamente economicista, baseada no princípio do comportamento racional e maximizador dos agentes.

³⁸ Os referidos custos de ajustamento são, segundo Goodhart (1998): *“The standard titany of factors affecting OCA’s [Optimum Currency Area] then follows, such as size, openness, labour market, flexibility, concentration or diversity of production, nature of and specificity of shocks (whether symmetric or asymmetric), etc.”* (p. 420)

³⁹ *“Under M-form OCA theory, there should be a divorce between currency areas and the boundaries of sovereign states. Most subsequent OCA applied research has, however, simply taken for granted the initial starting concordance of sovereign governments and currencies, and then applied standard tenets of OCA theory to the question of monetary union between such countries; but that ignores the ‘political economy’ factors that made currency areas coincident with countries in the first place...”*(GOODHART, 1998, p. 420)

Para contrapor-se à AMO, e à leitura metalista/mengeriana da moeda (M-team), Goodhart apresenta uma associação teórica entre a abordagem cartalista da moeda (C-team) e a constituição de sistemas monetários nacionais, internacionais e supra-nacionais. O autor constata que “(...) *the key issue is the (political) relationship between control over money and sovereign power.*” (Ibid., p. 425). Segundo o mesmo, a teoria cartalista conecta intimamente a moeda à “*stable existence of fiscal functions of governments in any area*”, por isto “*the sovereign government of that area is predicted to maintain its single currency within the area’s boundaries.*” (Ibid., p. 420).

O autor atenta para o fato de que não é apenas o sistema monetário que pressupõe um sistema político organizado, mas também a própria existência do “epifenômeno” dos mercados organizados, no âmbito do setor privado, pressupõe “(...) *the maintenance of law and order, the form and enforcement of contracts, and the whole infrastructure of regulation within society...*” (Ibid., p. 418).

Assim, o autor estabelece uma relação entre fortalecimento do governo e qualidade da moeda, pois apenas quando um governo forte é estabelecido é que as autoridades podem oferecer ao público: horizonte de longo prazo em relação ao valor da moeda, e controle necessário para estabelecer cunhagem de qualidade.

Sobre os processos de enfraquecimento ou fragmentação de governos e suas conseqüências em termos monetários: “*With governments being weaker and less secure, their currencies became of lower quality, more likely to be debased, and less acceptable in commerce...*” (Ibid., p. 415).

Vê-se, portanto, que, apesar de aceitar os pressupostos da teoria cartalista da moeda e criticar fortemente a abordagem tradicional (time M), Goodhart acaba por incorrer no mesmo sentido de causalidade que Innes, pois sua explicação para a correlação histórica entre fortalecimento da autoridade central e fortalecimento da moeda, por esta emitida, baseia-se na “aceitabilidade” da mesma junto ao público.

No entanto, o autor atenta para a importância fundamental da relação entre criação da moeda e sistema de taxaço. Para tanto, cita dois autores que aprofundam este tema:

“Government monopoly in issuing currency can thus be understood as part of the tax system.” (SELGIN & WHITE, citado em GOODHART, 1998, p. 416).

Conclui-se, então, que o essencial deste artigo, sobretudo para os efeitos da presente dissertação, reside na aproximação entre teoria cartalista e os processos históricos de constituição dos sistemas monetários nacionais, uma vez que é feita uma associação teórica entre a unificação política de um território e a constituição de um sistema monetário único, a partir de uma situação prévia caracterizada pela multiplicidade de moedas referentes a diferentes unidades de poder.⁴⁰ Além disso, o autor tece uma forte crítica ao paradigma dominante neste campo (AMO), concluindo, finalmente, que os fatores explicativos elencados pelos arautos desta teoria são, fundamentalmente, características dos Estados-nacionais – e poder-se-ia dizer dos Estados-economias nacionais – constituídos ao longo dos séculos.

A capacidade de tributação – cobrança de impostos e definição da forma sob a qual estes serão pagos – de uma autoridade sobre seus súditos em determinada área territorial, define uma hierarquia neste espaço, no qual a moeda emitida pela autoridade (moeda-estatal), encontra-se no topo.⁴¹ No entanto, este olhar quase obsessivo sobre o sistema tributário pode ser expandido para outras formas pelas quais uma moeda alcança supremacia, em determinado sistema econômico. Este argumento será utilizado mais adiante, quando da análise da internacionalização da moeda.

1.3.3 – Sistemas monetários nacionais em perspectiva histórica

Apesar dos autores supracitados atentarem para as relações entre poder e moeda, pode-se afirmar que, em geral, teóricos da formação do Estado dirigem pouca atenção às associações viscerais entre estas duas dimensões:

⁴⁰ *“The C-form theory predicts that the fragmentation of sovereignty Will lead to a fragmentation into separate currencies, and, per contra, that unification into an effective federal state Will lead to the unification of previously separated currencies”* (GOODHART, 1998, p. 423)

⁴¹ Crespo & Cardoso (2010) propõem uma explicação simplificada para a relação entre tributo e moeda, segundo o cartalismo: “A resposta do cartalismo pode ser formulada em termos simples do seguinte modo: o meio de pagamento (moeda) nacional é aceito pela autoridade estatal para o pagamento de impostos. Para operacionar esta obrigação, o Estado cria uma unidade de conta social. E dado que o Estado é o único agente capaz de impor obrigações pela força, tal unidade necessariamente é demandada por todo aquele obrigado a pagar tributo o qual inevitavelmente tem que vender algum produto em troca de determinada quantidade da moeda aceita pelo Estado. Assim, a moeda estatal vira universalmente aceita.” (p. 4)

To be sure, some preeminent scholars in this area – including Anthony Giddens (1985), Gianfranco Poggi (1978) and Eric Hobsbawm (1992) – have mentioned in passing that the emergence of national currencies took place alongside that of the nation-state, but they have not explored this association to any extent. (GILBERT & HELLEINER, 1999, p. 3)

Assim, procede-se aqui à análise de um grupo de autores que estudam os processos de constituição dos sistemas monetários nacionais, dentro de um viés tanto histórico, buscando fundamentação nos fatos do passado, como político, na medida em que conectam tais processos com a própria formação dos Estados-nacionais, ou seja, incorporam a dinâmica de acumulação e centralização do poder que está na origem da formação dos mesmos. Esta exposição visa levantar elementos que permitam proceder à análise histórica, objeto dos próximos capítulos.

Eric Helleiner (2003a) traz o conceito de “moeda territorial”, para explicar a formação dos sistemas monetários nacionais. O autor incorpora o elemento da ação política na formação de tais “moedas territoriais”. O autor identifica o século XIX como o período em que esse tipo específico de moeda surgiu, ou seja, cerca de três séculos depois do que se considera como o início do período de formação dos Estados-nacionais na Europa.

Segundo o autor, há três características básicas que afastam as moedas do modelo de “moeda territorial”: “(...) *foreign currencies often circulated alongside domestic currencies, low denomination⁴² form of money were not well integrated into the official monetary system, and official domestically issued currency itself was far from homogenous.*” (p. 19).

Há duas precondições para a emergência deste tipo de moeda: a centralização e fortalecimento da autoridade estatal, que a tornou apta a assumir o controle da emissão e administração do dinheiro; e o aumento da “infra-estrutura” estatal, no sentido de alcançar a totalidade do território e penetrar, mais diretamente, na sociedade.

⁴² Por *low denomination form of money*, Helleiner refere-se à “*fiduciary coins made of cooper, bronze, or other base metal. This coins were often issued by local merchants or towns and were not easily convertible into officially sanctioned higher-denomination metallic coins both because of their uncertain value and because their circulation was often limited to small geographical area*” (HELLEINER, 2003a, p. 23)

Helleiner identifica este processo de “nacionalização” das moedas como fenômeno do século XIX, pois o associa a necessidades dos Estados-nacionais⁴³ que passaram a tomar medidas no sentido da constituição do que vieram a ser as moedas territoriais.

Conclui, assim, que a moeda territorial surgiu apenas quando as autoridades públicas começaram a transformar as três características supracitadas, no século XIX. O autor defende que a construção de moedas territoriais foi um processo político intenso, que envolveu lutas internas e internacionais sobre questões como “*the nature of state-building, the construction of national identities, the proper scale of markets, and the implementation of competing macroeconomic policies.*” (Ibid., p. 2).

Nota-se que Helleiner aponta para o elo fundamental entre moeda e poder político soberano que está na base da formação dos Estados-economias nacionais nos termos de Fiori. O autor, junto com Gilbert, também ressalta a ausência de perspectiva histórica também nas análises monetárias, afirmando que tal literatura assume, em geral, que “*territorially homogeneous and exclusive national currencies are a ‘natural’ way of organising money.*” (HELLEINER & GILBERT, 1999, p. 2). Assim, os autores clamam pela leitura das moedas nacionais como um “fenômeno histórico”.

No entanto, não fica claro em que medida seu conceito de moeda territorial é útil para a pesquisa da formação dos sistemas monetários nacionais, visto que, os elementos por ele elencados, que caracterizam este tipo de moeda, podem ser vistos como parte do processo de formação das moedas nacionais, mas não de mudança da natureza do expediente monetário, que se baseia na relação crédito-débito que ele cria e no vínculo direto com a autoridade emissora.

O próprio autor tece suas reservas em relação à teoria cartalista. Se, por um lado, aceita o pressuposto do papel central do Estado na evolução da moeda, de outro: “*I argue that this history [das origens da prática de organizar a moeda na base ‘um país, uma moeda’] also highlights how the reasons for state intervention in the monetary realm are more complicated than Chartalist theory acknowledges.*” (HELLEINER, 2003b, p. 77)

⁴³ Dentre tais necessidades, o autor aponta: “*(...) a complex mix of motives related to fiscal needs, transaction costs in both the public and the private sector, macroeconomics goals and identity formation.*” (HELLEINER, 2003b, p. 87)

Pode-se dizer, então, que sua teorização pode tornar nebulosa a premissa teórica, aqui estabelecida, de que uma moeda sempre tem o respaldo do poder político da autoridade que a emite e isso não é apenas no século XIX, mas remonta à remonetização da Europa na Idade Média⁴⁴.

Também segundo Kathleen Mcnamara (2002; 2004), a constituição de sistemas monetários nacionais está intrinsecamente ligada ao processo de formação dos Estados-nacionais. Segundo McNamara: “*Monetary consolidation and the creation of a national currency has been a component part of the state building process, although few of the authors central to the state-building literature have explicitly focused on this policy area*” (p. 132). Por *state-building*, a autora entende a consolidação e institucionalização internas do poder político e a capacidade de implementação de políticas dentro de uma área geográfica limitada e sobre sua população. (MCNAMARA, 2004, p. 6).

A autora levanta dois elementos fundamentais que potencialmente “empurram” na direção do *statebuilding*: a guerra e toda a mobilização a ela associada; e as interações entre a dinâmica da evolução do capitalismo e formação dos Estados-nacionais. Sobre a guerra:

The requirements for effective mobilization for war have proved a comprehensive spur to the development of the modern state, as state bureaucracy increases to meet the demands of war, revenue extraction deepens, and governments become involved in a wide array of activities within the economy. (PORTER, 1994, citado em MCNAMARA, 2004, p. 7)

Sobre o segundo elemento apontado, McNamara afirma que há diversos enfoques possíveis a serem considerados, como: a necessidade de maior regulação dos mercados devido ao aumento da volatilidade que decorre da maior integração e complexidade da economia; a necessidade de intermediar conflitos de classe, entre capital e trabalho ou entre os capitalistas.

A seguir, no entanto, o argumento acima é atenuado, no sentido de que não seja tomado como regra geral⁴⁵. Assim, nem todas as guerras e nem toda integração de mercado levam, necessariamente, ao *statebuilding*. Mas isso não desprovê de importância os “*twin roles of*

⁴⁴ Ver Metri (2007).

⁴⁵ “*The process of state building has historically been attenuated, open ended, and circuitous, with different groups using different justifications for political centralization at different times, without consensus on the desirability of an overarching and explicit design.*” (2004, p. 7)

war and capitalist development” como motores do desenvolvimento das moedas nacionais, ressaltando seu papel na formação dos Estados-nacionais.

O argumento da autora acerca da relação entre formação do Estado e advento da moeda nacional desdobra-se em duas partes: como a moeda nacional pode impulsionar as capacidades administrativa e burocrática, e como pode moldar a identidade nacional (2004, p. 8). Assim, de um lado, há centralização da capacidade de implementar políticas, e com, isso o poder move-se para o nível nacional, juntamente com os instrumentos necessários para seu uso efetivo:

In particular, a national currency can play a key role in the development of a national fiscal system. Once a paper currency is created and delinked from traditional metallic standards, it loosens the ties on government spending. The ability to run deficits and issue national public debt greatly enhances the capacities of states, and a national currency makes it easier both to raise and organize public debt, as well as tax more effectively. (Ibid., p. 10)

De outro lado, a moeda única tem impactos na criação da “identidade nacional”⁴⁶. Este último elemento, apesar de sua relevância é de importância secundária na análise proposta neste trabalho.

Dessa forma, depreende-se da análise de McNamara os elos fundamentais entre moeda e guerra e entre moeda e interação da dinâmica capitalista com a formação dos Estados-nacionais – ou, como diríamos, entre moeda e formação dos Estados-economias nacionais – que serão os eixos fundamentais na pesquisa histórica. Como crítica, pode ser apontado que a autora identifica como um momento histórico a passagem de moeda lastreada para não lastreada, e que isso teria aumentado a capacidade de auto-financiamento dos governantes. Dentro da premissa teórica adotada, não faz sentido focar no lastro material da moeda.

Metri (2009) apresenta, sob o ponto de vista knappiano, a dinâmica fundamental para o domínio de determinado padrão monetário de valor sobre um território e seus súditos.

⁴⁶ Encontramos argumento semelhante em Helleiner (1998) e Cohen (1998). Segundo este último: “*Currencies have a powerful symbolic value, and leaders may promote the consolidation of monetary authority so as to encourage a sense of collectivity or community*” (...) (1998, 34). (citado em MCNAMARA 2004, p. 10). Ainda, segundo a autora: “*Money is unique among government activities because it creates a tangible link between citizens and the state, and its daily and universal use reminds its users that they are part of a collectivity, promoting a shared identity in the same way a common language might.*” (2004, p. 10)

Segundo o autor “De um ponto de vista histórico, tal poder de impor a condição de devedor de tributos sobre a coletividade foi decisivo e assenta-se no domínio dos instrumentos de violência e coerção física” (p. 14).

Assim, seguindo abordagem cartalista, Metri estabelece uma associação entre o poder soberano e o estabelecimento de padrões monetários de valor. Para tanto, o autor (i) combate as teorias monetárias tradicionais, que derivam a origem e natureza da moeda da dinâmica das trocas, ou seja, do desenvolvimento dos mercados, (ii) parte das noções de que a função fundamental da moeda é de unidade de conta e de que a moeda constitui uma evidência de dívida⁴⁷; (iii) associa a criação de padrões abstratos de valor à definição de tributos e, por entender estes últimos como atos de poder do soberano sobre seus súditos, relaciona a criação de padrões monetários aos processos de acumulação e concentração de poder.

Em suma, o poder político consolidado, ao definir a aceitação das notas bancárias nos pagamentos de tributos, consolida a hierarquia monetária existente em qualquer sistema monetário, em cujo topo estão a unidade de conta por ele escrita e o meio de pagamento aceito em seus guichês e por ele utilizado para seus gastos. (Ibid., p. 14)

Assim, há precedência lógico-temporal entre os processos de acumulação e centralização do poder e a constituição de um sistema de pagamentos baseado num padrão abstrato de valor, ao qual toda moeda e preço do sistema econômico têm referência. Isso porque o autor acredita que a criação desse padrão abstrato esteja diretamente relacionada à atividade de tributação, que constitui um ato político da autoridade sobre os tributados, no sentido destes proverem os meios de financiamento daquela. Além disso, trata-se de um processo que, uma vez em funcionamento, se auto-alimenta na direção da crescente monopolização dos meios de coerção sobre a população tributada pela autoridade política⁴⁸.

1.3.4 – A “internacionalização” monetária

⁴⁷ “(...) esta [a unidade de conta] se constitui no meio com base no qual os débitos são mensurados e registrados, assim como na forma através da qual o poder de compra e os preços revelam-se, exprimem-se, fazem-se conhecidos, públicos” (METRI, 2009, p. 9)

⁴⁸ “Se a constituição do monopólio da violência, por um lado, foi criando as oportunidades e condições para a disseminação e desenvolvimento dos instrumentos de tributação, por outro, de modo inverso e complementar, o desenvolvimento da prática da tributação na direção dos instrumentos monetários, assim como sua difusão sobre a coletividade, permitiu que a autoridade seguisse aumentando seu controle efetivo sobre os meios de coerção e violência física, na direção da sua monopolização.” (METRI, 2007, p. 90)

Viu-se, na subseção anterior, alguns caminhos para a apreensão teórica do processo de formação dos sistemas monetários nacionais. No entanto, a definição interna de uma hierarquia monetária – que tem no topo a moeda estatal – não esgota os instrumentos teóricos necessários para proceder à análise histórica à qual o presente estudo se propõe.

O território alemão fragmentado formava um mosaico de unidades político-territoriais que operavam em diversos padrões monetários de valor. Assim, faz-se necessária uma análise da relação que as moedas emitidas por autoridades distintas estabelecem entre si e quais são os fatores que, por fim, logram reunir diferentes unidades políticas sob um mesmo sistema monetário.

Há um grupo de autores que tem, recentemente, tratado do tema da internacionalização da moeda, bem como da dinâmica que as diferentes moedas estabelecem entre si, gerando hierarquia também no plano internacional, ou entre quaisquer unidades soberanas de poder, não necessariamente estatais. Estes autores, já mencionados em outras seções deste capítulo, fornecem meios para a teorização da internacionalização da moeda, que se baseia numa extensão da teoria estatal knappiana.

Ressalta-se que mesmo autores cartalistas, às vezes, perdem de vista a questão da relação entre hierarquias política e monetária no plano internacional. Um exemplo é Tymoigne que aceita que o valor da moeda é determinado pelo conteúdo intrínseco do metal quando se trata de operações fora do espaço de dominação da autoridade emissora: *“Of course, outside the territory of dominance of their issuers, the value of money-things could fall to their gold content.”* (2005, p. 9).

Fiori apresenta o argumento da associação entre moeda e poder no plano internacional de forma categórica:

(...) a administração da moeda tem papel decisivo, tanto na competição intercapitalista como na luta por poder e hegemônias internacionais. Cada sistema ou regime monetário internacional representa ‘síntese’ transitória da correlação de forças entre os agentes privados e poderes políticos e é verdadeira radiografia do grau de soberania econômica de cada Estado Nacional. (FIORI, 2001, citado em METRI, 2007, p. 3)

Metri (2009) apresenta o pressuposto teórico de que o conjunto das unidades político-territoriais apresenta uma hierarquia em termos de distribuição de poder, que se reflete na relação entre suas respectivas moedas⁴⁹:

Poder-se-ia imaginar, então, que, no conjunto das unidades político-territoriais, não haveria preeminência de uma moeda específica, cuja validade perpassasse os diferentes espaços de poder ali presentes, já que, por definição, tais unidades são soberanas. No entanto, porque estas unidades encontram-se hierarquizadas, há também uma ordenação monetária. De uma hierarquia político-econômica “internacional” passasse a outra no âmbito monetário “internacional”, cujo significado principal é o alargamento do espaço de circulação de uma moeda específica, que, no limite, se impõe a todo conjunto. Trata-se, em outras palavras, do processo de “internacionalização” de uma moeda “nacional”. (METRI, 2009, p. 15)

Metri elenca três formas pelas quais esse processo se dá: 1) Pela expansão direta do espaço de dominação de determinada unidade político-territorial, com ampliação do alcance dos instrumentos de tributação e a associada expansão do espaço de validade de sua moeda (conquista territorial, colonização); 2) Por meio de acordos comerciais, financeiros e de investimento, uma vez que estes “implicam a ‘escolha’ de uma moeda específica como a de referência e, com efeito, o alargamento do seu espaço de circulação”⁵⁰; 3) Pela capacidade de dominação das “mais importantes zonas de acumulação acelerada de riqueza em escala global”⁵¹, que compele as demais unidades políticas a operarem com base na moeda do poder expansivo, sob o risco serem excluídos das “zonas de acumulação acelerada de riqueza”. Este terceiro ponto associa-se a constituição das moedas internacionais.

Segundo Ingham (2004), mesmo antes da era estatal na Europa, as moedas referiam-se à autoridade que as emitia e a circulação daquelas estava fundamentada na capacidade de estas de cobrar um tributo de grande relevância econômica, impor castigos aos seus vizinho e criar obrigações financeiras denominadas em suas moedas.

Crespo & Cardoso (2010) corroboram o argumento da internacionalização da moeda afirmando que “As relação entre as moedas nacionais é essencialmente competitiva e

⁴⁹ Nota-se que esta visão pressupõe uma visão bastante politizada do sistema internacional, sobressaltando seu caráter competitivo, conflitivo e permanentemente hierarquizado, ou seja, de acordo com as premissas teóricas que já foram apresentadas.

⁵⁰ Na conceitualização de Hilferding seria o equivalente a “territórios econômicos supranacionais”.

⁵¹ Exemplos de tais zonas de acumulação acelerada são, segundo o autor: rotas e entrepostos comerciais, áreas de produção estratégica, mercados consumidores, fontes de matérias-primas, centros financeiros e de investimento, etc.

anárquica” (p. 10). No artigo referido, os autores preocupam-se com a hierarquia entre moeda em um contexto estatal, mas a lógica do argumento pode ser estendida para o caso de quaisquer unidades político-territoriais inseridas em um sistema de disputa de poder, como o caso alemão pré-unificação.

Para explicar como uma moeda logra expandir sua esfera de supremacia para além da fronteira territorial sob domínio da autoridade que a emite, os autores trabalham com o conceito de “refluxo”, levantado por Tymoigne (2005). A idéia é que a aceitação de qualquer obrigação monetária está associada ao “refluxo” que o emissor possa gerar sobre a mesma, independentemente desta obrigação ser pública ou privada. Este refluxo refere-se a uma “recobrança” dos meios de pagamento emitidos, no momentos em que estes sejam requeridos, ou seja, à capacidade do emissor de tornar escasso tais meios.

Dessa forma, para além de a fato da moeda ser demandada para o pagamento de tributos, quando um Estado emite moeda, outras formas de “refluxo” podem ser geradas por meio de impostos, colocação de títulos da dívida pública, promovendo exportações. Ainda, não é necessário supor que a moeda é demandada somente para pagar tributos: “É suficiente que o Estado conte o **poder necessário** para gerar uma demanda por ela [sua moeda] que seja transferível em forma geral” (CRESPO e CARDOSO, 2010, p. 14) [Grifo meu]

O autores acrescentam, ainda, que a hierarquia monetária está fortemente associada a distribuição de poder no sistema político. Assim, tal hierarquia “(...) vai sendo modificada ao ritmo das guerras e das mudanças geopolíticas” (p. 11).

Nota-se, a partir das análises apresentadas, que a guerra toma espaço central na determinação do padrão monetário vigente em determinado território, na medida em que define novas configurações de poder à qual a moeda está intimamente associada. Seja pela conquista territorial ou colonial, do qual se extrai diretamente os tributos da população submetida, ou por outras formas de ampliação do espaço de atuação da moeda decorrente de mudanças geopolíticas, a guerra é um fenômeno definidor da hierarquia monetária vigente num sistema político.

Como se verá, a ampliação do escopo de validade de uma moeda como padrão abstrato de valor, em um espaço além das fronteiras territoriais da autoridade emissora, não é um

processo derivado apenas do cálculo das demais unidades, quanto aos benefícios da entrada em um padrão monetário. Há uma dimensão compulsória a ser ressaltada, que é devida à hierarquia política vigente em tal espaço.

1.4 – Conclusões e encaminhamento da pesquisa histórica

Pode-se elencar, aqui, alguns pontos importantes decorrentes do mapeamento teórico realizado neste primeiro capítulo.

A abordagem tradicional da natureza e papel da moeda gera uma visão despolitizada e ahistórica da mesma. Dentro deste arcabouço, a moeda surge no âmbito estrito do mercado e seu papel, em qualquer época histórica, é o de facilitar as trocas. Viu-se que tal visão apresenta problemas de consistência teórica, bem como de aderência aos fatos.

Acredita-se, contrariamente, que a origem da moeda relaciona-se ao poder político de uma autoridade que a emite e que respalda seu valor. Assim, há precedência lógico-temporal entre os processos de acumulação/centralização do poder e definição de um padrão monetário de valor válido em determinado espaço econômico. Em relação à natureza da moeda, defende-se que está definida por uma relação débito/crédito, e que, desta forma, toda moeda é evidência de dívida, toda moeda é crédito.

Em termos teóricos, pode-se dizer que a autoridade emissora é responsável pela definição da função de unidade de conta da moeda, ou seja, do padrão abstrato ao qual toda moeda utilizada em determinado sistema econômico tem sua referência básica. É dentro desta perspectiva que é apreendido o surgimento dos sistemas monetários nacionais, em associação direta com os processos de formação dos Estados-economias nacionais, na clave fioriana.

Para analisar o caso alemão, decidiu-se pela incorporação teórica de uma análise sobre o processo de internacionalização da moeda. Dada a configuração político-territorial do território alemão e a dinâmica que se estabelece entre as unidades políticas, à época da Confederação Germânica (1815 – 1866), julgou-se insuficiente o instrumental teórico restrito ao âmbito interno das unidades políticas. Para tanto, foram apresentados autores que buscam estender a perspectiva knappiana da moeda estatal para o âmbito internacional.

Das três formas pelas quais uma moeda “nacional” se “internacionaliza”, levantadas por Metri (2009), as duas primeiras aplicam-se diretamente ao caso alemão. A primeira, trata da incorporação direta de territórios sob domínio da autoridade política, ou seja, da ampliação do espaço de tributação exclusivo. A segunda trata do alargamento do espaço de circulação de uma moeda, por meio de acordos econômicos. O aumento do espaço de circulação faz com que tal moeda “escolhida” se torne uma moeda de referência, evidenciando, assim, a hierarquia política entre as unidades acordadas.

Outro conceito importante é de “refluxo” no sentido da capacidade da autoridade emissora de garantir retorno da moeda emitida quando bem queira. O refluxo pode ser gerado mediante impostos, colocação de títulos da dívida pública, promovendo exportações, entre outros.

Finalmente, incorpora-se a questão do fenômeno da guerra como: (i) parte constitutiva do processo de formação dos Estados-economias nacionais, na medida em que constitui um imperativo do comportamento dos Estados e que seu financiamento está associado à monetização da economia; e (ii) como “catalisadora”⁵² do processo de definição do padrão monetário de valor válido em determinado território, graças à capacidade que a guerra tem de redefinir hierarquias

Assim, a pista fornecida para a pesquisa histórica proposta indica um caminho que pode ser dividido em duas partes: 1) a investigação sobre a dinâmica expansiva dos centros de poder no território alemão fragmentado e a capacidade dos mesmos de “escrever” um padrão de valor abstrato; 2) a investigação da dinâmica da hierarquia entre as diferentes moedas, no sentido da capacidade das autoridades emissoras garantirem o retorno da moeda emitida quando bem queiram. Nesse sentido, cabe também analisar, além da capacidade tributária, outras dinâmicas econômicas, como tarifária e a comercial⁵³. Esta

⁵² Sobre o papel da guerra em geral e o caso americano, em particular: *“In line with the broader literature on statebuilding, the US case suggests the role of war is a key catalyst to a single currency, and ultimately political development, particularly if accompanied by the creation of fiscal capacities at the federal level”* (MCNAMARA, 2004, p. 19). [Grifo meu]

⁵³ Aqui não se está aceitando o pressuposto da moeda primordialmente como meio de troca, pois a importância da dinâmica comercial para a definição do padrão monetário de valor associa-se, sobremaneira, ao acordos firmados entre unidades políticas, que, por sua vez, denotam uma configuração de poder entre as mesmas.

segunda parte, portanto, encaixa-se teoricamente dentro de uma análise de “internacionalização”, apresentada acima.

CAPÍTULO 2

O “LEVIATÃ GERMÂNICO” NOS SÉCULOS XVII E XVIII E A REFORMA MONETÁRIA PRUSSIANA DE 1750

Neste capítulo serão analisadas as principais articulações entre poder e definição de padrões abstratos de valor, no período situado entre o final da Guerra dos Trinta Anos e as Guerras Napoleônicas. A primeira seção tem o objetivo de situar historicamente as principais evoluções políticas que marcaram o processo de acumulação e concentração de poder na Prússia, embora se saiba que este processo também foi verificado em outras unidades germânicas. Será dada, também, atenção especial aos movimentos políticos e de conflitos entre as principais unidades político-territoriais. Os principais elementos que caracterizam essa dinâmica servirão, mais adiante, como guia básico de onde se buscará extrair as principais contrapartidas em termos monetários. A idéia é verificar como as principais moedas respondem ao “jogo de poder” em que estão envolvidas as respectivas autoridades emissoras.

Assim, na segunda seção, busca-se apresentar um quadro geral da dinâmica monetária do Sacro Império, pois se acredita que o processo que levou à relação fundamental entre moeda e poder origina-se nos processos de acumulação e centralização de poder, que têm início na Idade Média, e as associadas necessidades de preparação constante para guerra e capacidade de tributação, processo que ocorreram não apenas no território alemão, mas em grande parte do espaço europeu. A idéia é traçar um primeiro quadro da dinâmica da hierarquia monetária do território, para, no capítulo seguinte, analisar a questão monetária no âmbito da Confederação.

2.1 – Fortalecimento interno e expansão prussiana – séculos XVII e XVIII

Os historiadores às vezes se referem à unificação da Alemanha como a expansão da Prússia, não apenas porque a unificação foi conquistada pela força das armas prussianas, mas também porque grande parte do sistema monárquico prussiano foi transferido, de forma efetiva, para o segundo Reich Alemão.

Roderic Stackelberg

Como já foi dito, em outras passagens do trabalho, a perspectiva adotada aqui sobre a formação do Estado alemão segue a linha de Fiori (2004), bem como as relacionadas pistas fornecidas por Braudel (1985; 1996), trabalhadas por Vieira (2006).

O período analisado concentra-se entre a Paz de Vestfália, que marca o fim da Guerra dos Trinta Anos até a dissolução do Sacro Império, em 1806, em meio às Guerras Napoleônicas. A referência ao Leviatã hobbesiano⁵⁴ tem por objetivo ilustrar a idéia de que se estão processando naquele território fenômenos semelhantes aos que originaram os primeiros Estados europeus.

2.1.1 – Acumulação e concentração de poder do Estado Hohenlenzollern

Os territórios germânicos estiveram, ao longo de vários séculos, ligados sob a formação do Sacro Império Romano Germânico. A estrutura política do Sacro Império era bastante complexa: *“The Empire was an elective monarchy, headed by an emperor to whom, in theory, almost 2500 inferior authorities who exercised actual governmental powers over the German people were directly responsible”* (GAGLIARDO, 1991, p. 2).⁵⁵

A atribuição de poderes em torno da figura do imperador era bastante restrita. A provisão de receitas tributárias estava longe de constituir um montante suficiente para *“establish a civil service or an army under the direct and undivided command of the emperor.”* (Ibid.,

⁵⁴ Referência ao título do livro sobre centralização da autoridade central nos Estados Unidos, de Richard Bense *Yankee Leviathan: The Origins of Central State Authority in America, 1859-1877*, 1990, New York: Cambridge University Press.

⁵⁵ *“Some 2000 of these authorities were Imperial Knights whose tiny, scattered enclaves comprised not much more than 250 square miles of land. The remainder -- almost 400 -- were divided among some 136 ecclesiastical and 173 secular lords, as well as 85 Free or Imperial Cities. ¹The Imperial Knights were not entitled to representation in the imperial diet, the legislative body of the Empire, but all the others, known as 'estates' of the Empire, were entitled; and were placed for voting purposes there in one of three councils. The first, the Council of Electors, was composed of the seven princes who elected the emperor by majority vote: the archbishops of Mainz, Trier and Cologne, the king of Bohemia, the duke of Saxony, the margrave of Brandenburg and the Count Palatine of the Rhine. The second, the Council of Princes, consisted of all the other ecclesiastical and secular lords. The third embraced the Imperial Cities. The three councils deliberated and voted separately on legislation, then resolved their differences, if any, informally; if two of the three agreed, the legislation was presented to the emperor for his approval, after receiving which it became law, binding all members of the Empire to its observance.”* (GAGLIARDO, 1991, p. 2)

p. 3).⁵⁶ Gooch resume a situação: “*Thus the Empire was a phantom, its machinery rotten and crumbling, its head a mere honorary president.*” (1948, p. 39).

Stürmer comenta algumas atribuições do Império, relativizando seu caráter “fantasmagórico” levantado por Gooch: “*The ancient Reich, while it lasted was unable to organise attack, but was strong in deffence. It kept old bonds of loyalty, oversaw the coinage and constituted a system of equilibrium whithin the emerging European balance of power.*” (2000, p. 12) [Grifo meu].

Por outro lado, havia uma estrutura real de poder que caracterizava grande parte dos Estados germânicos. O *Standenstaat* era caracterizado pela “descentralização do poder político e seu parcelamento entre as diferentes Ordens ou Estamentos tradicionais, ou seja, a Nobreza, as Cidades Livres e o Clero” (VIEIRA, 2006, p. 16). Assim, no contexto político germânico, a autoridade e soberania do governante de cada território eram constantemente desafiadas pelos Estamentos.

A Prússia também estava organizada sob o *Standenstaat*. Além do quadro de descentralização política, os territórios que formavam a Prússia, à época da Paz de Vestfália, estavam dividido em duas porções: “a Oriental (denominada ‘Prússia Ducal’ ou ‘Ducado da Prússia’), sob posse da Dinastia Hohenzollern como feudo do Rei da Polônia; e a Ocidental, ou o ‘Reino da Prússia’, parte do Reino da Polônia” (Ibid., p. 13)⁵⁷. A dinastia que controlava esse território era a dos Hohenzollern, que possuía um voto na eleição imperial, mas, em meados do século XVII, sua importância no contexto político da Europa Central ainda era reduzida. A dinastia austríaca dos Habsburgos era a mais poderosa do Império, e deteve, quase completamente, o controle das eleições imperiais de 1439 até sua dissolução em 1806.

⁵⁶ “*An Imperial Army (Reichsarmee) did indeed exist -- on occasion -- but it was only a motley collection of territorial units raised and paid for by the individual princes, theoretically on the basis of a quota system voted by the diet, but in reality, usually, only at the whim of individual rulers. Created only in time of general peril, its existence was always short; the only standing armies were in the territories.*” (GAGLIARDO, 1991, p. 3).

⁵⁷ Nessa época nome Prússia não designava todas as possessões Hohenzollern, teria sido apenas “em função de uma ‘manobra’ diplomática de Frederico I (1688-1713), então Margrave do território do Brandemburgo e Eleitor do Sacro Império Romano, que o nome passaria a estar associado, a partir de inícios do século XVIII, a todas as possessões da Dinastia Hohenzollern” (VIERA, 2006, p. 13). Margrave pode ser traduzido como “Conde de Marca” e marca a designação da autoridade do Margraviado que está associado a territórios localizados na fronteira do Império.

No território da Prússia-Brandemburgo, neste período, o Estamento relevante era a Nobreza, uma vez que tanto as Cidades Livres quanto o Clero haviam perdido força política ao longo dos séculos XV e XVI. Assim, neste território, no contexto político do *Standestaat*, a Nobreza sobrepunha-se ao do Eleitor. Esta situação trazia conseqüências na direção contrária da centralização política em torno no “Príncipe”. Segundo Anderson (1989), sobre a Prússia na primeira metade do século XVII:

Um enraizado sistema de Estados, sob o domínio da nobreza, vetou o desenvolvimento de um exército permanente e, virtualmente, de qualquer política externa, fazendo do Eleitorado um dos mais nítidos exemplos de um *Standestaat* descentralizado na Alemanha da Reforma. (p. 238)⁵⁸

Uma das principais explicações para tal quadro político salienta a relação financeira que se estabeleceu entre os Estamentos e a autoridade legal. Segundo Vieira:

Em termos fiscais, pelo menos até o século XVII, o princípio que orientava o *Standestaat*, tanto do Brandemburgo como dos territórios do Império em geral, era o de que as Casas Principescas, ou os Governantes Territoriais, deveriam ‘viver por sua própria conta’, ou seja, se sustentar, como qualquer outro membro da Nobreza, a partir dos recursos gerados em seus domínios diretos. (2006, p. 17) [Grifo da autora]⁵⁹

Devido à essa forma de financiamento – e à prática de penhora de propriedades e direitos – os Estamentos, sobretudo a Nobreza no caso do Brandemburgo, adquiriam dos representantes legais propriedades e funções de autoridade por concessão de direitos. Assim, importantes funções como as de polícia e justiça, a coleta de impostos e as taxas e pedágios passaram para o controle da Nobreza que, por sua vez, detinha a soberania *de facto* e ainda era a principal fonte de crédito dos representantes legais, impulsionando ainda mais seu poder.

Assim, o importante para os efeitos da dissertação é salientar que, até meados do século XVII, a situação dos territórios sob possessão da dinastia Hohenzollern, assim como a de

⁵⁸ Citado em Vieira (2006, p. 16)

⁵⁹ “Tais recursos eram gerados especialmente por lucros das atividades econômicas, especialmente agrícolas, conduzidas no interior daqueles domínios, ou por rendas, monetárias ou em espécie, pagas diretamente por suas populações camponesas. No caso dos Governantes Territoriais, podiam ser complementados ainda por rendas advindas de certas prerrogativas e privilégios associados à soberania (os chamados *regalia*), tais como a mineração, a caça, o monopólio sobre a distribuição de certos produtos, o controle sobre o tráfego nas estradas, o direito de impor tributos sobre os judeus, e outros. A instituição de taxas adicionais, em princípio, era uma prerrogativa dos Estamentos que estes reservavam apenas para objetivos específicos, em geral militares, e por períodos limitados.” (Ibid., p. 17)

grande parte dos territórios germânicos, é de poder efetivo do governante bastante restrito. Ao mesmo tempo funções centrais para processo de acumulação de centralização do poder como as financeiras, ficavam a cargo da Nobreza. Este quadro gerava o que Fay (1964) denominou de “*disastrous dualism in finance*”, inclusive gerando situações em que os Estamentos possuíam tropas próprias e decidiam sobre política externa, à despeito do governante. Tais condições colocavam a Prússia na “contra-mão” do processo de centralização política, fundamental à análise monetária que embasa este trabalho.

As condições acima descritas passam a modificar-se a partir de 1648, não apenas no que diz respeito ao Estado Hohenzollern, mas também à grande parte dos Estados Dinásticos. A Prússia, em particular, passa a realizar dois importantes processos relacionados: a centralização de poder dentro dos territórios em torno do representante dinástico e a expansão territorial. A configuração política do território germânico em 1648 está ilustrada, adiante, na figura 1.

Alguns historiadores Blackbourn (1998), Anderson (1989) defendem a idéia de que esse fenômeno não foi uma particularidade dos Estados germânicos, mas estava inserido num movimento maior em direção ao que se tornaria o Absolutismo Europeu no período seguinte. Outra linha saliente, em relação ao Estado Hohenzollern, sua dinâmica interna, no sentido da necessidade de ligar territórios dispersos, o que teria gerado um movimento no sentido da aquisição ou conquista de territórios que separavam seus domínios e da centralização política (Haffner, 1998).

Estas evoluções no sentido da centralização estão, também, intimamente ligadas à questão da guerra:

War almost inevitably leads to a great increase in the activity and power of the prince or the central government. Military efficiency necessitates increased taxes; and increased taxes mean new methods, new officials, and more centralized administrative institutions. So it happened that the Thirty Years' War, and especially the Northern War, aided the Great Elector in building up a more unified administration and in establishing his absolutism at the expense of the Estates. (FAY, 1964, citado em VIEIRA, 2006, p. 21)

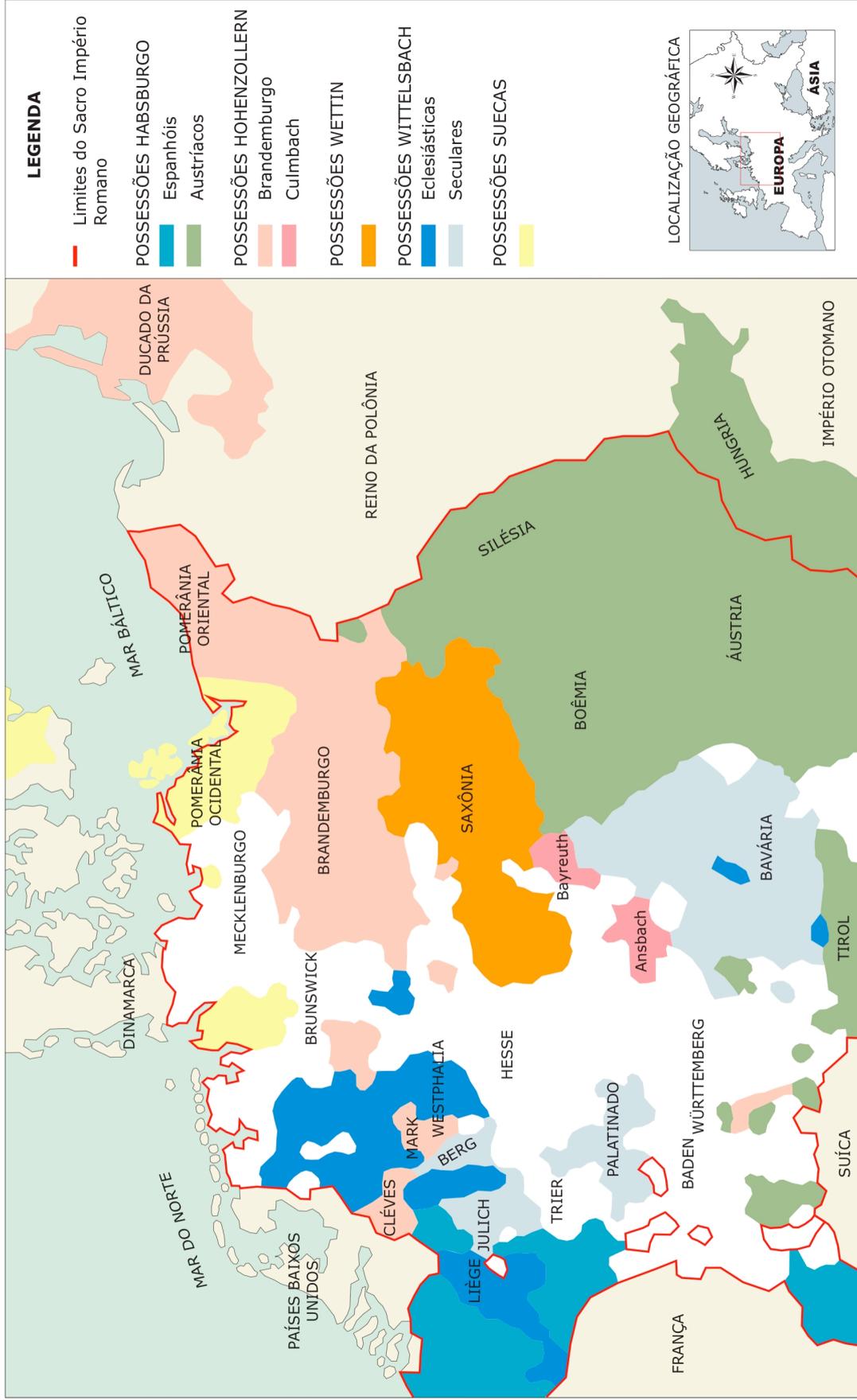


FIGURA 1 - Possesões das Principais Dinastias da Europa Central (1648)

Fonte: VIEIRA (2006)

Assim, associa-se o movimento inicial de centralização do Estado Hohenzollern à Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e às Guerras Nórdicas (1655-60 e 1700-21). A Guerra dos Trinta Anos marca um momento importante no fortalecimento das unidades político-territoriais, vis-à-vis o poder imperial. A resolução sobre a prerrogativa que cada príncipe teria sobre as questões religiosas de seu domínio, tinha sua dimensão política, na medida que promovia maior autonomia das unidades. A questão bélica, no entanto, manteve-se uma constante para a Prússia, já que esteve envolvida diretamente em quase todos os conflitos militares europeus, desde a Guerra dos Trinta Anos, até a dissolução do Sacro Império, em 1806.

A situação da Prússia no contexto europeu era delicada. Segundo Vieira, ao longo do século XVIII, o Estado prussiano encontrava-se pressionado por diversas frentes. O Estado Hohenzollern encontrava-se ameaçado pelo Reino da Suécia, em fins de sua etapa expansionista; pelos Habsburgos, sobretudo em função da disputa em torno da Silésia; pelo Reino da Polônia, que até meados do século XVIII ainda ocupava importantes porções do território prussiano; pela Rússia, que passa a exercer pressão na frente oriental, deixada pela Suécia e Polônia; pela França, que entra em sua fase expansionista; pela Inglaterra, que tinha grande interesse econômico na região e dispunha de forte presença no território germânico, sobretudo pela ligação dinástica com Hanover; e, finalmente, por dinastias internas ao Sacro Império que disputavam o poder em seu interior, como os Wittelsbach, da Bavária, e os Wettin, da Saxônia. Assim, resume a autora:

Em resumo, além de estar no centro das disputas européias, tendo que defender (e eventualmente disputar) um conjunto de territórios não contíguos frente a inúmeros vizinhos, atestadamente mais fortes, mais poderosos e belicosos, a conjuntura sem precedentes de despopulação no interior de suas possessões enfraquecia sobremaneira a situação financeira da Dinastia. Se um exército forte era, portanto, uma contingência, apenas um novo arranjo de forças internas, ou a superação do *Standestaat*, sobretudo no Brandemburgo, poderia viabilizá-lo. (VIEIRA, 2006, p. 24)

Esta conjuntura de fatores teria gerado uma “espiral financeira-militar-expansionista” que se baseou na construção de um aparelho burocrático associado ao representante dinástico, e não mais aos Estamentos, na manutenção de um exército permanente e na ampliação dos poderes provincianos a todas as possessões dinásticas.

Um elemento de importância fundamental foi o processo de regularização das taxas e impostos, que antes eram coletados para fins específicos e por períodos delimitados e passam a ser permanentes. Tal processo de regularização resguarda laços fundamentais com as guerras da segunda metade do século XVII e a associada necessidade de financiamento contínuo.

Assim, entre a Paz de Vestfália e a dissolução do Sacro Império, a Prússia passa por um duplo processo: de centralização do poder do representante dinástico e de expansão territorial, que se deu por meio de manobras militares e diplomáticas que estavam relacionadas às próprias disputas intra-europeias. A principal consequência destes processos foi a ascensão da Prússia à posição central no contexto europeu, o que teve por consequência a geração do eixo principal de disputas intra-alemãs, o conflito com a Áustria.⁶⁰

Nesse processo de fortalecimento interno e expansão, a Prússia esteve envolvida em diversas guerras. Na Primeira Guerra Nórdica (1655-1660), os Hohenzollern conquistam, pelo tratado de Oliva (1660) a libertação da suserania da Prússia em relação à Polônia. Tal evento é considerado de extrema importância, pela historiografia, no sentido do *state-building* prussiano. Na Segunda Guerra Nórdica (1700-1721), a Prússia anexa a porção ocidental da Pomerânia.

Dois anos após o fim da Segunda Guerra Nórdica, Frederico Guilherme I dá mais um passo em direção à centralização e à racionalização do Estado prussiano. Em 1723 é criado um órgão central que fundia diversas atividades estatais, o *General-Direktorium*.

Em 1740, tem início a Primeira Guerra Silesiana que envolveu a Áustria e a Prússia e teve início com a invasão dos Hohenzollern, na figura de Frederico II, do território Habsburgo da Silésia. A guerra termina em 1742, com a aquisição da posse sobre aquele território. No mesmo ano, a maioria dos Estados europeus envolve-se na Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), que tem início com a Sanção Pragmática relativa à sucessão da

⁶⁰ Em resumo, portanto, o que se assiste no período entre meados do século XVII e fins do século XVIII é a “escalada” de uma unidade política, a Prússia, à arena central do ‘jogo das guerras’ do espaço da Europa Centro-Oriental. (...) Este “jogo” não levou, como naquele caso, à formação de um ou alguns “estados-economias nacionais” unificados até fins do século XVIII, porém delineou com maior clareza quais seriam os candidatos prováveis a assumir aquela forma. Em fins do século XVIII, o “jogo das guerras” da Europa “alemã” transformara-se, pela expansão do Estado Hohenzollern, na disputa entre a Áustria e a Prússia. (Ibid., p. 44)

coroa austríaca. Na ausência de um herdeiro varão, Carlos VI tenta uma manobra, por meio de sanção, para levar Maria Teresa ao trono dos domínios Habsburgos. A Prússia e outros Estados, não reconhecem a Sanção, dando início ao conflito.

Ainda no contexto da Guerra de Sucessão Austríaca, ocorre a Segunda Guerra Silesiana (1744-1745). A Áustria vinha se fortalecendo em sua Guerra de Sucessão e Frederico II, temendo a perda do território recém-adquirido, entra novamente em guerra contra a Áustria. Novamente, é assinado um acordo de paz que garante o domínio Hohezollern sobre a Silésia.

Uma guerra de grande importância na história prussiana e europeia é a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que tem início com o ataque e ocupação da Saxônia por Frederico II. Esta guerra envolveu diversas potências europeias, opondo a França e a Áustria e seus aliados (Saxônia, Suécia, Rússia, Espanha) à Inglaterra, Portugal, Prússia e Hanover. A guerra teria sido desencadeada por diversos fatores, sendo que, em relação à Prússia, havia a preocupação das potências europeias com o crescente prestígio e poderio de Frederico, o Grande e, ainda, as disputas entre Áustria e Prússia pela posse da Silésia.

Conseqüentemente, os ingleses aliaram-se, em 1756, à Prússia para assegurar a defesa de Hanover de uma tomada de posse pelos franceses.⁶¹ A resposta dos franceses foi contrair uma aliança com a Áustria, a que se juntou em seguida a Rússia.

Não houve alteração de território significativa como decorrência da Guerra, mas houve duas conseqüências fundamentais: a garantia definitiva sobre a Silésia e a ascensão da Prússia ao conjunto das grandes potências europeias: “(...) *by winning Silesia and proving his ability to retain it, he destroyed the old German constitution and raised Prussia to a position of virtual equality with Austria.*” (GRAIG, 1968, citado em VIEIRA, 2006, p. 40).

⁶¹ Esta guerra tem importância na história das guerras europeias, pois marca o momento conhecido como Revolução Diplomática, em que se identifica a reformulação do sistema tradicional de alianças entre as Estados europeus. A revolução se dá a partir da quebra das alianças tradicionais que opunham Inglaterra e Áustria à França e Prússia. A aliança dos ingleses com a Prússia foi arquitetada, sobretudo, como forma a proteger Hanover eleitoral, possessão dinástica dos ingleses no continente. A Áustria mostrava-se pouco disposta a proteger Hanover de uma possível invasão francesa ou prussiana. Considera-se que, a partir de então, a política externa dos Estados não mais seguia princípios, baseados nas alianças tradicionais, mas apenas seus interesses. A própria aliança em torno da França e Áustria, não partilhava um interesse comum, mas cada qual com seu interesse opunha-se à Prússia.

Em 1777 tem início a Guerra de Sucessão Bávara, em que, novamente, enfrentaram-se a Prússia e a Áustria. O imperador Habsburgo ocupa o território da Boêmia, alegando sucessão dinástica, após a extinção do ramo principal da Dinastia Wittelsbach. Frederico II, temendo a expansão austríaca sobre a Bavária, declara guerra à Áustria. Com o fim do conflito, em 1779, a Prússia obteve os principados francônios de Bavária e Áustria ficou com uma parte da Baixa Bavária.

Dessa forma, vê-se que o processo de centralização política prussiano, ao longo dos séculos XVII e XVIII, está associado ao constante fenômeno da guerra, seja no sentido da expansão ou da garantia de controle de territórios conquistados. É tendo como pano de fundo este quadro, que se pretende investigar a questão monetária mais adiante.⁶²

2.1.2 – O Império e as Guerras Napoleônicas

As Guerras Napoleônicas mudaram drasticamente o cenário político europeu, e, particularmente, o do território germânico. Durante o domínio francês, importantes mudanças políticas operaram naquele espaço, como a secularização das terras dos principados eclesiásticos, a absorção de unidades políticas menores e o fortalecimento dos Estados do sul, organizados sob a Confederação do Reno em 1806.

O novo arranjo entre os Estados sulinos era, acima de tudo, uma aliança militar, responsável pelo provimento de soldados ao exército francês, quando solicitado, e estava sob controle direto de Napoleão Bonaparte. A Confederação do Reno foi criada pelo Tratado de Pressburg, após a vitória francesa sobre a Áustria e a Rússia, na batalha de Austerlitz. Com a derrota austríaca, o imperador Habsburgo Francisco II entrega seu título e o Sacro Império é declarado dissolvido. Sobre a Confederação do Reno, que se extingue em 1813, comenta Kitchen:

The southern and southwestern states profited the most of these changes. Bavaria, Baden, and Württemberg were greatly strengthened as a counterweight to Prussia and Austria, but

⁶² “É dessa forma que da metade do século XVII ao final do século XVIII a Prússia ergue-se como um dos principais Estados europeus calcada numa forma particular de Estado – o Estado de polícia...” (BRAGA, 1999, p. 195). A historiografia trabalha com o conceito de Cameralismo para se referir ao Estado prussiano: “Para os Cameralistas, enquanto antecessores dos economistas ‘nacionalistas’ do século XIX, a construção do poder nacional implicava um Estado dinástico organizado...” (BRAGA, 1999: 195). O autor cita Veblen para explicar para que se direcionava a organização estatal: “(...) para defesa e ataque e proteção zelosa de suas fronteiras.” (VEBLEN, 1942, citado em BRAGA, 1999, p. 195).

such power, as they had resulted from their dependence on France. Clearly, the empire was now doomed (2006, p. 9)

Neste contexto de profundas mudanças, destaca-se a série de reformas promovidas pela Prússia, entre 1806 e 1814, como reação ao enfraquecimento que as guerras e a ocupação francesa geraram neste Estado. Em 1806, com a derrota militar para exército napoleônico e a imposição do Tratado de Tilsit, a Prússia perde grande parte dos ganhos territoriais obtidos nos anos anteriores e todas as suas possessões ocidentais.

A Prússia elaborou um plano de reformas, mas a maioria não foi implementada devido ao triunfo da reação sobre as alas reformistas em 1813. Destaca-se, no entanto, a reestruturação do sistema administrativo e burocrático do Estado: *“The absolutist state gave way to bureaucratic governance.”* (Ibid., p. 15).

No nível local a Prússia foi dividida em distritos (*Regierungsbezirke*), cada qual com uma administração (*Regierung*). A Prússia formava, dessa forma, um Estado Federativo, em que cada um dos distritos gozava de certo grau de autonomia, sob governo do Presidente Distrital. Os distritos eram divididos em sub-áreas e possuíam uma Assembléia consultiva formada pelas três classes (nobreza, burguesia e campesinato).

A grande inovação administrativa foi a supressão de todos os órgãos de caráter provinciano. Em 1806, foi abolido o Diretório Geral e substituído por um Ministério de Estado (*Staatministerium*), que continha cinco ministérios: da Guerra, das Relações Internacionais, do Interior, das Finanças Públicas e da Justiça. Um Conselho de Estado substituiu o *Cabinetministerium* e era formado pelos príncipes reais, Presidentes de Províncias, Comandantes dos Corpos Militares e outros membros apontados pelo rei.

O poder judiciário foi separado do executivo, sendo composto por três Cortes: Locais, Provincianas e Superiores. A organização militar, por sua vez, foi mantida separada e independente da burocracia central.⁶³

⁶³ “(...) cada Província conteria um Corpo Militar sob comando de um General, cada Distrito Governamental, uma Divisão, e cada Área, um Regimento.” (VIEIRA, 2006, p. 84)

Sobre a posição política da Prússia ao final da Guerra de Libertação contra Napoleão, iniciada em 1813, comenta Kitchen:

Prussia's role in Germany was thus strengthened, while Austria concentrated more on the Tyrol and Italy. (...) Prussia thus emerged as the big winner, although this was not apparent at the time, since Austria political influence was greater. (Ibid., p. 27).

Vê-se, portanto, mais uma vez, a relação que a questão da guerra guarda com a centralização política, neste momento, figurada pelas reformas no sentido do maior controle administrativo e militar no território. Tem-se como consequência imediata dos anos napoleônicos no espaço alemão, o fortalecimento do poder da Prússia na região.

2.2 – Moedas nos Sacro Império Romano Germânico

The lack of coercive power in the central authority – in the Emperor himself – was as conspicuously displayed in the monetary ordinances of the Empire as in the political sphere.

William Arthur Shaw
(The History of Currency, 1252-1894)

Esta seção tem o objetivo de examinar, em perspectiva histórica, a questão da moeda no Sacro Império, à luz das premissas teóricas apresentadas no primeiro capítulo, no que diz respeito à interação entre processo de centralização de poder com definição de hierarquia política e a criação de sistemas monetários de pagamento, por sua vez também hierarquizados. Aqui será tratado o primeiro momento da análise proposta, que compreende um período entre os séculos XVI e XVIII.

A idéia é fornecer um panorama bem geral, pois, se levada a fundo, para cada unidade político-territorial, essa seria uma pesquisa por si só.⁶⁴ O que se busca é mapear os principais sistemas monetários vigentes, as respectivas autoridades emissoras e o escopo de validade das principais moedas.

⁶⁴ Para entender as origens dos principais sistemas monetários vigentes, ter-se-ia que investigar os processos de acumulação e concentração de poder que estão por trás de cada autoridade emissora, como foi apresentado para o caso da Prússia. Não faz parte do escopo deste trabalho uma pesquisa tão aprofundada e específica como essa, que apresenta suas próprias dificuldades.

No território Germânico, durante o Sacro Império, no período pós-Vestfália, as unidades político-territoriais eram politicamente soberanas. Assim, é de se esperar que cada uma delas detivesse a capacidade de tributar sua população, donde a autoridade extrai a fonte de seu sustento. De acordo com as premissas teóricas adotadas, espera-se também que, cada uma daquelas unidades apresentasse uma moeda que fosse referência à todo seu sistema de preços (unidade de conta) diretamente relacionada com seu Príncipe.

O quadro monetário do Sacro Império é, no entanto, mais complexo e, por isso mais difícil de mapear. Havia uma quantidade muito grande de moedas circulando, inclusive moedas de territórios não germânicos. Alguns Estados pequenos, ainda que soberanos, operavam no sistema monetário de outros e, por outro lado, as poderosas cidades hanseáticas emitiam moeda que muitas vezes exercia função de referência de preços para transações além de seus muros.

Dessa forma, nota-se a dificuldade em mapear as moedas circulantes, bem como estipular quais realmente serviam como unidade de conta, ou seja, traçar o quadro completo da hierarquia monetária. No entanto, a literatura de história monetária acessível permite verificar os principais sistemas monetários vigentes, o que, na visão aqui adotada, está intimamente relacionado com a configuração de poder entre as unidades político-territoriais e, muitas vezes, com outros Estados europeus.

Como a pesquisa posterior, no âmbito da Confederação Germânica, recairá sobre a moeda prussiana, julgou-se importante mapear o quadro da dinâmica monetária do Sacro Império, sobretudo após a Paz de Vestfália (1648), justamente no período em que a Prússia inicia o processo de acumulação e centralização de poder em torno de seu representante dinástico, como apresentado na seção anterior.

Viu-se também que este processo esteve associado à concentração da arrecadação tributária nas mãos do Príncipe, tanto pela retirada dessa atribuição do controle da nobreza como pela regularização das cobranças. Assim, dada a importância desse período, será apresentado, brevemente, um quadro geral da situação monetária no Sacro Império e seus principais desenvolvimentos, afim de contextualizar historicamente as condições de partida para a análise monetária no século XIX.

2.2.1 – A moeda entre os séculos XVI e XVIII

Segundo Holtfrerich, na Idade Média e início da Idade Moderna, a responsabilidade formal de cunhagem da moeda do Império era prerrogativa do imperador que concedia às cidades, individualmente, o privilégio de cunhagem⁶⁵.

A primeira moeda que funcionou como principal unidade de conta no território germânico, notadamente nos Estados do sul, foi o florim. As primeiras tentativas de regulação de cunhagem, entre territórios individuais na região foram realizadas a partir do florim e datam de meados do século XIV.

A moeda de troca mais freqüente baseada no florim era a *Rheinischer Gulden* (florim renano), era de ouro e começou a ser cunhada, em 1354, pelos principados eclesiásticos de Colônia, Trier e Mainz. Em 1357, o arcebispo de Colônia, o duque de Jülich e as cidades de Colônia e Aachen concluíram o Acordo de Cunhagem Renano, que regulava, entre outras coisas “(...) *the minting of the popular Rhenish gold gulden.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 62).

Em 1385-6, tratados entre Colônia, Trier e Mainz lançaram as fundações da União de Cunhagem Renana: “(...) *a standard currency area to which Frankfurt also acceded. The treaties governed which coins should be valid in the territories concerned, fixed exchange rates, and laid down the guidelines for minting.*” (Ibid., 1999, p. 62).

Segundo Munro (2005), a *Rheinischer Gulden* teria ganhado notoriedade como unidade de conta durante o século XV e “*As it was used in the treasurers accounts of various towns of the Low Countries (adjacent to the Rhineland) in the 15th century...*” (MUNRO, 2005, p. 17).

Teria, assim, se tornado uma moeda importante nas transações “internacionais” da época: “*Like the Florentine gulden before it, the Rhenish gulden was used for international trading transacions and, as a result, spread throughout Europe. It was the accounting unit in which high-value commodities were measured.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 63).

⁶⁵ Tem-se como exemplo o caso de Frankfurt: “*Frankfurt, for example, received the right to mint small coins in 1346. The right to mint silver coins followed in 1428, and in 1555 the city was granted full right of coinage – in other words it could keep the revenue therefrom.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 61)

Durante o Sacro Império, houve diversas tentativas de estabelecer um sistema monetário uniforme para todas as unidades do Império, sobretudo por meio de leis e convenções. No século XVI, por exemplo, houve uma seqüência de três decretos imperiais que versavam sobre a cunhagem de moeda, os dois primeiros promulgados pelo imperador Carlos V, o primeiro datando de 1524.

Entre 1524 e 1621, uma série de ordenanças, decretos e éditos foram promulgados: *“The new regulations covering the whole Reich consisted mainly in a series of currency orders that the emperor enacted jointly with the imperial estates.”* (Ibid., 1999, p. 63).⁶⁶

No entanto, o que acabou prevalecendo foi a capacidade de cunhagem da própria moeda para cada território imperial, incluindo territórios eclesiásticos e cidades livres. As ordenanças não eram respeitadas: *“The ordinance remained dead letter, and the monetary disorder only increased.”* (SHAW, 1896, p. 96). Assim, na segunda metade do século XVIII, um grande número de moedas distintas, a maioria com base na prata, circulava no território do império. O quadro abaixo ilustra as tentativas de regulação da cunhagem:

TABELA 1 – PRINCIPAIS DECRETOS E ÉDITOS DE CUNHAGEM ENTRE 1524 E 1621

| Data | Decreto ou Édito | Medida |
|------|--|---|
| 1524 | Primeiro Decreto de Cunhagem Imperial, de Carlos V, em Esslingen. | Prescreveu uma moeda de prata, a <i>Reichsguldiner</i> ⁶⁷ |
| 1551 | Segundo Decreto de Cunhagem Imperial, de Carlos V, em Augsburg (Permaneceu inoperante como o de 1524). | Fixou a <i>Reichsguldiner</i> em 72 <i>Kreuzer</i> |
| 1559 | Decreto de Cunhagem de Ferdinand I (Segundo Decreto de Augsburg) | Criou a <i>Reichsgulden</i> (florim imperial), fim da cunhagem da <i>Reichsguldiner</i> ⁶⁸ |

⁶⁶ Sobre a forma de implementação da regulação, no caso da cidade de Frankfurt: *“To implement those orders, the emperor was permitted to send inspectors to the Frankfurt Fairs and into other Reichsstädt [Estados Imperiais] to monitor the circulation of currency”* (Ibid., 1999: 64).

⁶⁷ De acordo com Holtfrerich (1999), a *Reichsguldiner* foi a antecessora do *Reichsthaler*.

⁶⁸ *“The main aim of the second Augsburg Currency Decree (1559) was to get rid of the discrepancy between accounting coinage and the actual rate of coinage in circulation. The accounting gulden, for example, was to be minted as a Reichsgulden with a value of 60 kreuzer. Minting the Reichsguldiner was discontinued...”* (Ibid., p. 64).

| | | |
|------|--|---|
| 1566 | Decreto Imperial no <i>Reichssabschied</i> , em Augsburg | Criação do <i>Reichsthaler</i> |
| 1621 | Édito do Duque Christian de Brunswick-Lunenburg | Decretou o <i>Reichsthaler</i> em circulação (<i>Speziestaler</i>) à 8 <i>Reichsthaler</i> (unidade de conta) |

Os decretos imperais provaram-se infrutíferos, sobre o primeiro, o de Esslinger: “(...) *the detailed provisions were never widely accepted; only the fixing of the basic coinage weight was to endure.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 64). O que prevalecia era a capacidade cunhagem de cada unidade política ou convenções de cunhagem menores, sobretudo entre unidades contíguas, como os Círculos. Sobre estas últimas: “*There is an endless series of these and they render the history of german currency a perfect jungle of intricacies*” (Ibid., p. 98).

2.2.1 – Os três sistemas monetários principais

Apesar do cenário caótico, já no século XVII, pode-se identificar a prevalência de três “sistemas monetários”: o sistema do florim (cuja divisão era feita em *Kreuzer*⁶⁹) que era o sistema dos estados do sul, inclusive da Áustria, onde circulava o florim austríaco; o sistema do *thaler* (normalmente subdividido em *Groschen*), que valia majoritariamente nos Estados do Norte; e as cidades livres operavam em um terceiro sistema, o do *Schilling* e, ao longo do século XVII, o marco⁷⁰ emitido por Hamburgo foi ganhando espaço nos grandes centros comerciais das cidades-livres.

Cabe ressaltar que estes três “sistemas” conviviam com outras moedas menores circulantes no Império, e que o câmbio entre todas elas variava continuamente. Além disso, moedas sob mesma denominação eram emitidas por autoridades distintas⁷¹ e as subdivisões das

⁶⁹ O Kreuzer, subdivisão do florim, já tinha se tornado uma moeda de baixa denominação comum no sul durante a primeira metade do século XVI.

⁷⁰ O marco até início do século XIX era uma unidade de medida e não uma moeda em si. A medição usual era chamada de “Cologne mark fine”: “*The basic coinage standard was that, in southern Germany (including the Free City of Frankfurt), one Cologne Mark fine of silver was to be used to mint 24 gulden, the equivalent in Prussia being 14 taler.*” (Ibid., p. 134)

⁷¹ “*In the Northern states the currency was typically called Thaler. Irrespective of similarities in the name, each state minted its own currency, and initially currencies did not have legal-tender status outside of a given state. The currencies were linked to silver by the currency unit expressed in equivalent to a certain quantity of silver weighted in Cologne Mark. Comparability of coins even of the same denomination, like Gulden, was difficult because the mints in different states had different coinage fees. This meant that the net silver weight of Gulden from different states would actually differ.*” (KELLER & SHIEU, 2007, p. 13)

moedas principais também circulavam como moeda efetiva, gerando ainda mais dificuldades no mapeamento da dinâmica monetária⁷².

A situação monetária gerava dificuldades nas transações, pois para efetua-las era necessário, primeiramente, estabelecer o valor em alguma das moedas principais. Segundo Pierenkemper & Tilly “... *traders who had to make the use of this coins had to first ascertain the gulden or taler value of the coins belonging to each system, and then to negotiate the appropriated gulden-taler exchange rate.*” (2004, p. 35).

O sistema do florim era predominante no sul e, como visto, havia sido a primeira moeda a constituir uma unidade de conta importante, cunhada em território alemão, ainda no século XIV. No século XVI o florim cunhado em nome do imperador passou a ser a *Reichsgulden* (florim imperial), por meio do Terceiro Decreto Imperial de Copenhague, de 1559. Ainda, outras regiões também emitiam o florim, porém com valor calculado em *thalers*.

Nessa época, o florim se tornara uma moeda-de-conta pura (1 florim equivalia a 60 *Kreuzer*), pela qual os negócios se referenciavam: “*Contemporary entries in gulden (fl.) usually refer to this accounting gulden. It’s value against the Kreuzer remained constant. As a result, its value became detached from the actual gold gulden in circulation.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 64).⁷³

O sistema do florim começa a perder espaço ao longo do século XVI, sendo finalmente suplantado pelo sistema do *thaler*, a partir da cunhagem do *Reichsthaler*, em 1566, após o insucesso do Decreto Imperial de 1559.⁷⁴ O florim volta a ser cunhado, mais tarde, mas como moeda de prata, não de ouro, e é reconhecida como moeda legal no Império. Como se verá adiante, o sistema do florim passa por uma clivagem importante em 1748, gerando dois sistemas-florim distintos.

⁷² “*But the greatest confusion arose in connection with the small change that was minted as subdivisions of the taler (mainly groschen and pfennig) and gulden (mainly kreuzer and heller).*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 134).

⁷³ O autor completa com a observação de que o florim como moeda de troca foi sendo gradualmente suplantado pelo ducado veneziano e pela *Reichsguldiner* (antecessora do *thaler*). Ainda, devido ao preço crescente do ouro, a cotação do florim de ouro não durou por muito tempo.

⁷⁴ “*Whereas south German mints began to turn out the new ‘gulden taler’ others (in the Habsburg Low Countries, for example) refused to mint the Reichsgulden and demanded recognition for the taler. Moreover, the kreuzer was unsuccessful in northern parts of the Reich, where the groshen continued to be the most widely used small coin.*” (Ibid., p. 64).

O sistema do *thaler* abarcava diversas moedas emitidas sob este nome, cunhadas por diversas autoridades, sendo que algumas dessas moedas serviam como unidade de conta no norte. Em 1566, foi criado, por meio de um Decreto Imperial, o *Reischsthaler*⁷⁵, cunhado à 1/9 do marco de Colônia, e, a partir de então, tornou-se a moeda oficial do Império a principal unidade de conta às quais se referiam as moedas dos Estados no norte. O Decreto⁷⁶ é promulgado no contexto de declínio da *Reichsgulden* e demanda de alguns estados por aceitação dos *thaler* do norte.

Ainda segundo Holtfrerich (1999), por volta de 1600, o *Reichsthaler* também começou a estabelecer-se como unidade de conta no norte da Alemanha, conforme valor das moedas em circulação (“*Speziestaler*”) descolava-se do valor nominal.⁷⁷ (p. 65). Ao mesmo tempo e de forma associada o florim perde importância:

In the wake of this development, the Rhenish-Electorate gold guld and the imperial gold gulden both became less important and were supplanted by silver taler from various places of Germany (initially traded at one to one), including the reichstaler, which the currency decree of 1524 had recognized as legal tender throughout the Reich and which at 1566 Diet of Speyer had its silver content specified (“Reichsspeziestaler”) and been put forward as the German currency standard. (Ibid., p. 65).

Com a Guerra dos Trinta Anos, a regulação tornou-se mais complicada, sobretudo após um período inflacionário, em que a historiografia aponta como principal causa a prática do aviltamento⁷⁸, sobretudo devido aos gastos de guerra. A partir de 1622, os territórios começaram a tomar, individualmente, medidas para restaurar uma certa ordem na cunhagem.

⁷⁵ Na maioria dos Estados em que o *Reichsthaler* era a principal unidade de conta, a subdivisão usual era 288 *Pfennig*, com denominações intermediárias como *Groschen* ou *Gutegroschen* (valendo 12 *Pfennig*) e o *Mariengroschen*, valendo 8 *Pfennig*.

⁷⁶ “The lack of unity led to the passage of a new currency decree in the Augsburg Reichsabschied of 1566, in which the taler, which was mainly current in north Germany, was admitted as a “Reichstaler” and the rate fixed at 68 Kreuzer. The standard was set at nine taler of fine Cologne Mark. The 1566 Reichsabschied established the taler as a silver coinage throughout the Reich, and the reichstaler became Germany leading currency.” (Ibid., p. 64)

⁷⁷ Assim, os *Speziesthalers* ou *gemünzte thaler* (taler cunhado) circulavam efetivamente como moedas, enquanto o *Reichsthaler* era a referência da unidade de conta usada para cotar preços, receitas e taxas de câmbio.

⁷⁸ “The business community paid in the recognized imperial or foreign gold coins, having first debased such coins by trimming the edges (“kippen”) and re-issued them at full face value as a result of imprecise weighing (“wippen”). These illegal practices in turn led to increased inflation in Germany in the period 1618-1623, which became known as the ‘Kipper-und-Wipperzeit’.” (Ibid., p. 66)

Em 1623⁷⁹ o *Reichsthaler* foi estabilizado em 1/9 do marco de Colônia e a taxa de câmbio com o florim em 1,5. Estas e outras definições de valores mantiveram-se o padrão de cunhagem desde sua publicação até o fim da Guerra dos Trinta Anos, período considerado “*practically a blank for the monetary history of Germany.*” (SHAW, 1896, p. 106).

Del Mar, no entanto, afirma que houve tratados monetários durante o período da guerra, mas que não foram implementados⁸⁰. Ainda segundo Shaw, os registros indicam que as reclamações e demandas por parte das unidades imperiais, acerca da baixa denominação de algumas moedas, voltam ser ouvidas apenas em 1665. Segundo Holtfrerich (1999), após 1623 até o final da Guerra, as condições monetárias no Império mantiveram-se relativamente estáveis.

Mesmo tendo referência no *Reichsthaler*, o Estados mantiveram a prática de cunhar suas moedas, sobretudo outros tipos de *thalers* em nome do governante territorial.

Ainda, o *Reichsthaler* teria tido papel importante como padrão monetário na transferência de dinheiro⁸¹ via notas de câmbio. Importantes praças como Estocolmo, Copenhague, Antuérpia e Amsterdã o teriam adotado como unidade de referência, por meio da qual se definia o valor do *rijksdaalders*⁸² (Países Baixos) e do *rigsdalers* (Dinamarca).

O terceiro sistema principal era baseado no *shilling* que no século XVIII era uma moeda regional emitida por Hamburgo e Lübeck (cotada em 1/3 do *Reichsthaler*), Bremen (1/2 do *Reichsthaler*) e em Berlim (1/6 do *Reichsthaler*). Ao longo do século XVII, o *shilling* das cidades-livres foi sendo substituído pelo marco. De acordo com informação extraída da *Marteau Platform of Research in Economic History*, apenas o *Marck Lübisch*, emitido por Lübeck era suficientemente independente para servir como unidade de conta. Nas três regiões em que o marco operava, o *Reichsthaler* era a unidade de conta mais comum.

⁷⁹ As definições foram acordadas no quadro de uma delegação para tratar do assunto da cunhagem: “*In 1623 a great Mint deputation from all the circles was held, and in accordance with its representations the new imperial basis was established, which remained in force until the conclusion of the period of which we treaty here. By that basis the mark of silver was coined into 9 Reichsthalers 2 groschen. The thaler was fixed at 90 kreutzers, and the ducat at 2 florins 20 kreutzers. This disposition remained the Mint Law all over the weary disastrous period of the Thirty Year’s War.*” (SHAW, 1896, p. 106)

⁸⁰ “*Though many valuable treaties on money had been written in the interval (...), they were consigned to obscurity.*” (2000, p. 349)

⁸¹ Extraído da *Marteau Platform of Research in Economic History*.

⁸² O *rijksdaalder* (dólar nacional, em holandês) era uma moeda holandesa, cunhada pela primeira vez pelas Províncias Unidas no final do século XVI, durante a Revolta Holandesa contra o Império Espanhol.

Além dos três sistemas principais, havia as condições monetárias mais locais, detalhadas no quadro que segue (tabela 2), que se refere ao período entre fins do século XVII e início do século XVIII.

TABELA 2 – CONDIÇÕES MONETÁRIAS REGIONAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XVIII.

| Região/cidade | Moedas utilizadas | Conversões |
|---------------------------|--|---|
| Bavária | Os súditos de Munique calculavam com base no florim, <i>Kreutzer</i> e <i>Pfennige</i> . As autoridades coletoras de impostos bávaras ainda operavam com base no <i>schwartz Mütze</i> . | 1 <i>Pfund Pfennige</i> valia 240 <i>schwartz Pfennige</i> e valia 1 florim e 1 <i>Schilling</i> . |
| Berlin | Berlin emitia seu marco, o <i>Berliner Marck</i> , e operava no sistema do <i>Reichsthaler</i> | 1 <i>Marck</i> de Berlin valia 1/6 <i>Reischthaler</i> ou 1/90 <i>Schillinge</i> . |
| Brabant | Emitia o <i>Pattacon</i> , ou <i>Albertusthaler</i> , operava nos sistemas flamengo e do <i>Reichsthaler</i> . | |
| Brunswick/ Hanover | Moedas emitidas em Brunswick circulavam in Lunenberg, Hanover. Somas eram dadas em <i>Thaler</i> , <i>Mariengroschen</i> e <i>Pfennige</i> . Era uma região influenciada pelos sistemas monetários holandês e inglês. | 1 <i>Mariengroschen</i> equivalia a 1/36 <i>Thaler</i> ou 8 <i>Pfennig</i> . |
| Bremen | Bremen emitia seus próprios marcos, mas os cálculos eram também realizados em <i>Reichsthaler</i> , <i>Groten</i> e <i>Schwaren</i> . Também influenciada por sistemas monetários estrangeiros. | 1 <i>Marck Bremish</i> valia 1/2 <i>Thaler</i> . |
| Colônia | Cálculos eram realizados em <i>Reichsthaler</i> , <i>Albus</i> e <i>Heller</i> . | 1 <i>thaler</i> de Colônia valia 1.5 <i>Reichsthaler</i> . |
| Francônia | Cálculos eram realizados em preferencialmente em florins, ou em <i>Reischthaler</i> . | |
| Frankfurt | Cálculos era realizados em <i>Reichsgulden</i> , <i>Kreutzer</i> e <i>Pfennige</i> ou em <i>Reichsthaler</i> , <i>Kreutzer</i> e <i>Pfennige</i> . | |
| Hamburgo-Lübeck | Hamburgo e Lübeck dividiam o <i>Lübisch Marck</i> . Somas eram dadas em <i>Reichsthaler</i> , <i>Lübische Marck</i> , <i>Lübische Schillinge</i> e <i>Pfennige</i> . Uma segunda moeda teve interferência como padrão internacional de referência, o <i>Flemmische Pfund</i> . | O <i>Lübisch Marck</i> equivalia à 1/3 <i>Reichsthaler</i> e à 16 <i>Schillinge Lübisch</i> . 1 <i>Schilling Flemmische</i> à 6 <i>Schillinge Lübisch</i> . |

| | | |
|---------------------------|--|---|
| Lunenburg | Lunenburg emitia sua moeda, a <i>Lunenburgergulden</i> , que convivia com o florim, <i>Schillinge</i> e o <i>Reichsthaler</i> , subdivido em <i>Marien-Groschen</i> e <i>Pfennige</i> . | A <i>Lunenburgergulden</i> valia 2/3 do <i>Reichsthaler</i> , 48 <i>Schillinge</i> ou 216 <i>Pfennige</i> . |
| Saxônia | A moeda saxônica (<i>guter Groschen</i>) era utilizada em Leipzig, Naumburg e outros territórios da Saxônia e Meissen, a região operava com base no <i>Reichsthaler</i> . | 1 <i>guter Groschen</i> valia 1/24 <i>Reichsthaler</i> ou 12 <i>gute Pfennig</i> . |
| Silésia | A região emitia o <i>KayserGroschen</i> , o <i>Zhal Thaler</i> e a <i>Gulden Schlesich</i> (florim silésio). Operava com base no <i>Reichsthaler</i> e, em algumas partes, no florim. | O <i>KayserGroschen</i> valia 1/30 <i>Reichsthaler</i> ou 3 <i>Schillinge</i> . O <i>Zhal Thaler</i> valia 1/24 <i>Reichsthaler</i> . |
| Schleswig-Holstein | Coexistiam os sistemas do <i>Lübisch Marck</i> e um sistema dinamarquês, o <i>Danishlink</i> . | |
| Estrasburgo | Estrasburgo emitia o <i>Strassburger Pfennig</i> e o <i>Strassburger Heller</i> . Operava com outras moedas como <i>Reichsthaler</i> , <i>Rheinischergulden</i> e outras, principalmente moedas francesas. | 1 <i>Strassburger Pfennig</i> valia 2 <i>Straßburger Heller</i> e 1/10 <i>Reichsthaler</i> . |
| Ulm | Operava com moedas do sul e também com o <i>Reichsthaler</i> . | |
| Viena | Emitia a <i>Wiengulden</i> . Operava com base no florim. | 1 <i>Wiengulden</i> valia 8 <i>Schillinge</i> ou 20 <i>Kayser-Groschen</i> ou 240 <i>Pfennige</i> |

Fontes: *Marteau Platform of Research in Economic History* e *Schön* (1992)

A tabela 2 mostra, de maneira esquemática, os principais dados acerca das principais moedas de referência e de circulação no século XVIII⁸³. Há pelo menos quatro pontos importantes a serem extraído destas informações: (i) Os Estados do norte têm sua referência básica no *thaler*, enquanto os Estados do sul operam majoritariamente no sistema do florim; (ii) Alguns Estados intermediários operam nos dois sistemas e as cidades livres possuíam também moedas fortes no contexto alemão (Lübeck, Hamburgo, Bremen); (iii) As regiões que detinham ligações estreitas com as potências estrangeiras eram influenciadas por seus sistemas monetários⁸⁴; (iv) É notória a referência para cálculo de que goza o *Reichsthaler*, em inícios do século XVIII, o que é um indício de que se tratava da mais importante unidade de conta do Sacro Império, seguida do florim dos Estados do sul.

⁸⁴ Por exemplo, a região da Holanda-espanhola (Brabant) estava fortemente ligada ao sistema holandês, a região de Luxemburgo era ligada ao sistema monetário francês, bem como a região da Borgonha.

2.2.2 – A Reforma Monetária Prussiana de 1750

O cenário monetário do pós-Guerra dos Trinta Anos também foi marcado por uma série de acordos de cunhagem. Estes, no entanto, eram realizados entre as autoridades locais, sobretudo entre os Príncipes-eleitores e, posteriormente sancionados pelo imperador, ou seja, não eram mais implementados por meio de decretos imperiais como antes da guerra.

A estabilidade alcançada no período da Guerra fora de curta duração, e em 1650 já havia um cenário de caos semelhante ao de 1618-1623. Em 1665, três distritos imperiais do sul restabeleceram o valor do *Reichsthaler* de acordo com o padrão de 9-*thaler*, à 1 florim e 36 *Kreuzer*. Dois anos depois, a medida foi sancionada pelo imperador.

No norte e na região central, o acordo de 1665 enfrentou oposição, que se concretizou no Acordo de Cunhagem, de Zinna (*Zinna Münzrezess*), em 1667. Neste, os eleitores da Saxônia e do Brandemburgo e a casa de Brunswick-Lunenburg foram partes importantes e foi decretado um novo padrão para o *thaler* (10,5 do marco de Colônia). No entanto, o acordo não teve aceitação:

Zinna coins were variously valued in different territories, and different territories even minted coins in accordance with another standard. (...) The result was an enormous confusion of different coinages, made even worse by increased introduction of foreign types of money – the French écu, for instance. (HOLTFRERICH, 1999, p. 98)

Em 1669 e 1680 houve acordos de cunhagem menores. Em 1690, foi realizado o Acordo de Cunhagem Leipzig que introduziu um novo padrão monetário com o *thaler* cotado à 1/12 e o florim à 1/18 do marco de Colônia. O acordo foi efetivado entre as mesmas partes signatárias de Zinna. Em 1693, o padrão de Leipzig foi adotado pelo imperador e um mandato imperial fixou o valor do *Reichsthaler* em 120 *Kreuzer* ou 2 florins: “*That value was widely accepted throughout the Reich*” (Ibid., p. 98).

A medida, no entanto, não colocou fim à confusão monetária, inclusive havendo falta de meio circulante para transações. Algumas medidas de inserção de moedas de ouro⁸⁵ foram tomadas, mas não resolveram o problema.

⁸⁵ “*Attempts were made to remedy the shortage by introducing new gold coins (the Bavarian “Karolin” for example). Another recourse was to admit foreign coins (tariffing). One type that became common was the French louis d’or. But the most important gold coins remained the ducat, originally Venetian, but now minted in various countries.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 98).

Salienta-se, também, a peculiaridade do momento histórico em que estas tentativas de regulação monetária são acordadas. Grande parte da Europa passava por um período de fortalecimento das autoridades político-territoriais, com sustentação jurídica nos acordos de Vestfália. Na Alemanha fragmentada, este processo se dava em detrimento do imperador do Sacro Império, por isso se observa que as iniciativas de regulação partem mais das autoridades das unidades político-territoriais mais importantes do que de decretos imperiais.

Em 1738, o uso do *Reichsthaler* foi estendido para todo o Sacro Império, reafirmando o padrão de Leipzig (1690), exceto para as cidades de Hamburgo e Lübeck. O acordo também não obteve aceitação.⁸⁶

Nesse contexto, em 1750, a Prússia implementa, individualmente, uma reforma monetária e passa a cunhar seu *thaler* com novo valor nominal, à 1/14 do marco de Colônia (não em 1/12 que era o valor do *thaler* imperial no período)⁸⁷: “(...) in Frederick the Great’s Prussia, for example, the Graumann Currency Reform of 1750 brought in a new standard, the 14-taler foot, and Prussia’s currency was effectively stabilised.” (Ibid., p. 98).

O mapeamento do escopo do *Reichsthaler* até o fim do Sacro Império tem diversas complicações. Para os interesses da dissertação, a principal delas é a diferenciação entre os *thaler*, sendo que havia moedas de mesmo nome emitidas pelo imperador e por diversas unidades político-territoriais. Assim, considera-se como um ponto importante o início da cunhagem do *Reichsthaler* prussiano com novo valor nominal, a partir de 1750, cunhando com uma nova taxa, em relação à medida usual do marco de Colônia.

A reforma implementada por Frederico II se dá num momento histórico importante da Prússia. Ela havia experimentado um século de reformas internas que direcionavam a centralização do poder nas mãos do representante dinástico e já havia iniciado a expansão territorial que marca grande parte do século XVIII. Notadamente, o reinado de Frederico II

⁸⁶ “So far as silver coinage was concerned, the 1566 standard had proved unsuitable. Consequently, an attempt was made in 1738 to introduce a new standard throughout the Reich. In that year, the Leipzig standard was adopted as the imperial standard. However it failed to win acceptance...” (Ibid., p. 98).

⁸⁷ Esta mudança foi implementada por Philipp Graumann e o sistema de 14 *thalers* para 1 marco ficou conhecido como “*Graumannscher Fuß*”.

é conhecido pela ascensão da Prússia ao “clube” das grande potências européias.⁸⁸ No entanto, mesmo após a reforma, havia diferenças nos valores dos *thalers* emitidos pelos diferentes territórios sob domínio dos Hohenzollern, e por outros Estados. A moeda prussiana somente foi unificada em 1821⁸⁹.

2.2.4 – A moeda da Áustria

O que interessa sobre a situação monetária na Áustria, em meados do século XVIII, é verificar os arranjos que esta tenta implementar, no contexto de crescimento e consolidação do poder político da Prússia. A questão da moeda será, a partir de então, um dos pontos de embate entre Áustria e Prússia, no quadro da disputa entre as duas potências.

A Áustria havia, inicialmente, aderido ao padrão de 1566. Em 1748, Francisco I da Áustria, promulga um novo padrão entre florim (20) e thaler (10), baseado no marco de Colônia, estabelecendo um novo “padrão-thaler”. O câmbio entre o thaler e o florim foi, assim, estabelecido em 1:2.

Em 1753 foi realizada a mais importante Convenção de Cunhagem do século XVIII, a Convenção de Viena. Foi inicialmente acordada entre a Áustria e o Eleitorado da Bavária e depois seguida por outros Estados. Nesta convenção foi criado o *Convetionsthaler*, como redefinição do *Speciesthaler*. A nova moeda de troca foi fixada em 1,33 *thaler*; 1,5 florins nos Estados do Norte e 2 florins nos Estados do Sul.

No ano seguinte, no entanto, o Eleitorado da Bavária cancelou o acordo e o padrão 20-florins não foi aceito. O Eleitorado desvalorizou sua moeda para um padrão 24-florins. Assim, ocorreu a principal clivagem do padrão-florim, entre o florim austríaco e o florim bávaro, que ficou conhecido como padrão-florim do sul (“*south German gulden*”). Segundo Holtfreich:

With the exception of Prussia, Bremen and Hamburg, versions of the 20-gulden and 24-gulden standards spread right throughout Germany. However, the situation in individual

⁸⁸ “The period between the death of the Emperor Charles VI and the outbreak of the French Revolution was dominated by Frederick the Great. He was largely responsible for the drastic change that occurred in the balance of power in Europe after 1740. (...) His personality and achievements left their Mark on Prussia, on Germany and on the Continent.” (HENDERSON, 2006, p. 9)

⁸⁹ “Until 1821, the thaler was subdivided in Brandenburg into 24 Groschen, each of 12 Pfennige. In Prussia proper, it was subdivided into 3 Polish Gulden = FL = Zloty, each of 30 Groschen (each Groschen = 18 Pfennige) or 90 Schilling.” (Marteau Platform of Research in Economic History)

territories could be extremely complicated. This was illustrated by conditions in Frankfurt, for example, where different standards, the 20-gulden standard and the 24 gulden standard, were admissible for different payments. (2006, p. 100)

As paridades acordadas em Viena não se mantiveram por muito tempo, apesar de proporcionar um período de estabilidade monetária na Áustria (HOLTFRERICH, 1990, p. 100). Segundo Vieira: “(...) à época das Guerras Napoleônicas, estes câmbios já haviam flutuado largamente.” (2006, p. 54).

A situação geral ainda era, bastante confusa e assim se manteria por muito tempo. Willis resume a situação em fins do século XVIII: “*At the closing of the eighteenth century the condition of monetary affairs in Germany, although slightly more satisfactory than in earlier days, amounted almost to chaos*” (1896, p. 188).

2.2.5 – As finanças e os agentes financeiros

Holtfrerich faz uma análise da história financeira de Frankfurt que permite extrair algumas informações sobre os desenvolvimentos financeiros do território germânico, bem como, de seus principais agentes.

Segundo o autor, a vasta maioria das transações financeiras nas cidades comerciais mais importantes era realizada por mercadores que dispunham de grande quantidade de capital:

In the three decades between 1520 and 1550, few mercantile houses in Germany did not also become involved in granting loans, making advance payments, and performing other financial transactions. Balance sheet comparisons have shown that capital invested in money and credit transactions earned approximately twice as much profit as capital used for trade purposes pure and simple. (HOLTFRERICH, 1999, p. 68)

Vê-se, portanto, que a atividade financeira concentrava-se nas mãos de um pequeno grupo de casas mercantis. O autor afirma, ainda, que no final da Idade Média e início da Idade Moderna, a principal atividade financeira advinha das transações monetárias, notadamente para o caso de Frankfurt, pois as feiras realizadas na cidade envolviam negociantes de diversas nacionalidades, que tinham que operar no sistema monetário vigente na cidade. Como apenas um pequeno número, dentre as diversas moedas existentes, eram admitidas para transações em Frankfurt os visitantes da feira tinham que fazer o câmbio de seu

dinheiro (Ibid., p. 68).⁹⁰ No século XV, atividade de câmbio em Frankfurt já era majoritariamente controlada pela população de origem judaica.

Além disso, Frankfurt se tornou o centro de negociação de letras de câmbio, que antes eram majoritariamente realizadas em Champagne, até o século XIV, depois por Lyon, no século XV⁹¹.

Frankfurt permanece como centro financeiro alemão, mas passa a rivalizar com unidades político-territoriais que se fortalecem no período pós-Vestfália, na medida em que passam por um processo semelhante ao da formação dos Estados no “longo século XVI” de Braudel. O caso notório é a ascensão da Prússia. Enquanto os financistas de Frankfurt se especializaram em títulos dos governos, a Prússia passou a lidar com ações de companhias coloniais e outras empresas prussianas.⁹²

Depois de um século de fortalecimento e expansão territorial da Prússia, o período que segue à sua reforma monetária (1750) é marcado por importantes inovações financeiras, desenvolvidas, sobretudo, durante e após a Guerra dos Sete Anos. A guerra teve como consequência interrupções na indústria e no comércio, mas estimulou outras atividades:

A new class of financiers arose to meet the requirements of the king, the nobles, the merchants, and the manufacturers for cash in this era of currency devaluation and high prices. It is significant that in these years the Jewish financiers and manufacturers rose to a position of real importance in Berlin. It is equally significant that – on the initiative of the silk merchant Platzmann – the activities of the Berlin Stock Exchange should have been considerably expanded and that the financial links between Berlin, Amsterdam and Hamburg should have been greatly strengthened. (HERDERSON, 2006, p. 45)

Assim, considera-se que o início da segunda metade do século XVIII tenha assistido ao início da ascensão de Berlim à posição de centro financeiro. Houve, inclusive, uma séria

⁹⁰ Sobre a passagem da atividade de câmbio para o controle da cidade: “Under an imperial charter of 1346, in Frankfurt this [atividade de câmbio] could only be done with money changers licenced by the city, and it often incurred a substantial extra charge (agio), representing a lost of exchange value for the foreign currency. As Frankfurt’s financial difficulties increased, the city decided to profit from money changing itself and at the 1402 autumn fair set up its own exchange bank, the Frankfurt ‘Wessil’, banning all money-changing operations outside that institution.” (HOLTFRERICH, 1999, p. 68)

⁹¹ “By the beginning of the seventeenth century this function had already passed to Frankfurt fairs. Bills of exchange arising out of trade with Venice, Antwerp, Lille, Cologne, Lübeck, Augsburg, Nuremberg, and Basle were payable at Frankfurt Messe.” (Ibid., p. 73)

⁹² “As early as 1756 Berlin quotations lists contained shares in two Prussian colonial companies, and in 1786 these were joined by other shares in Prussian enterprises.” (Ibid., p. 167)

crise em 1763⁹³, em decorrência da forte atividade especulativa que ocorria no novo centro financeiro europeu: “(...) *the speculation in both commodities and currencies were factors which contributed to the commercial crisis of 1763.*” (HENDERSON, 2006, p. 45). Henderson aponta para a natureza comercial da crise, mas um aspecto notório que se pode levantar é a coincidência da crise com o final da Guerra dos Sete Anos.

* * *

Neste capítulo, pretendeu-se associar os processos de acumulação e centralização de poder no Estado prussiano – no contexto do Sacro Império, notadamente, a partir de 1648 – e a reforma monetária prussiana de 1750. A data da Paz de Vestfália foi escolhida por ser considerada pela historiografia como um “ponto de partida” do processo de fortalecimento do Estado Hohenzollern, que levou à ascensão da Prússia a uma posição de destaque no contexto germânico.

Considera-se esta data de 1750 como fundamental na análise aqui proposta, pois a partir dela, a Prússia passa a definir individualmente o valor de sua moeda, que se torna uma unidade de conta importante em toda a Alemanha do norte. Até 1750, a unidade de conta mais relevante era o *Reichsthaler* emitido em nome do imperador e não do representante Dinástico Hohenzollern da Prússia.

Pode-se associar esta mudança aos processos paralelos de declínio do poder do imperador Habsburgo no Sacro Império, sobretudo após a Guerra dos Trinta Anos e a Guerra de Sucessão Austríaca,⁹⁴ e de ascensão da Prússia à posição de potência e de centro financeiro europeu, notadamente após a Guerra dos Sete Anos.

O fato de que as principais unidades de conta estivessem referenciadas nas moedas das duas principais potências, formando “zonas de influência”, e que também as moedas das importantes cidades fossem importantes, como referência nas transações denota uma associação entre poder político e econômico e hierarquização monetária no território

⁹³ Para Henderson (2006), a crise teria se iniciado na Holanda, que controlava o trânsito de grão no continente, era o principal centro financeiro do continente, era mercado importante de transação de ouro e prata e negociação de letras de câmbio: “*The international transactions of the great private banking houses – Deutz, Clifford, the Smith and Hope – were settled in bills valued in units of ‘bank money’ of the Bank of Amsterdam.*” (HENDERSON, 2006, p. 46). Para um tratamento detalhado da crise comercial de Berlim de 1763, ver Henderson (1962)

⁹⁴ Considera-se que a partir destas guerras, a Áustria começa a perder espaço no contexto alemão e os imperadores Habsburgos direcionam atenção mais aos assuntos internos da Áustria.

germânico, já em inícios do século XVIII. No próximo capítulo, o objetivo é compreender a dinâmica monetária já no século XIX, quando se aprofunda o processo de formação do Estado-economia nacional alemão.

CAPÍTULO 3

PODER E MOEDA NA CONFEDERAÇÃO GERMÂNICA

O presente capítulo foca o período da Confederação Germânica e as formas pelas quais a moeda prussiana pôde gerar “refluxo” sobre si mesma, no plano das relações entre as unidades político-territoriais. Serão considerados os eventos-chave da história política da região no século XIX: a constituição da Confederação Germânica⁹⁵ em 1815 – cujas medidas, em relação ao território alemão, deram-se dentro do espírito do Congresso de Viena, de contenção daquele território por meio da manutenção de sua fragmentação e de contenção da França, com a formação de uma barreira baseada na Prússia contra os franceses⁹⁶ – e a implementação da união aduaneira em 1834, largamente debatida na historiografia alemã.

Será dada atenção especial aos acordos econômicos estabelecidos, sobretudo, à formação da união aduaneira e às convenções monetárias acordadas. Aqui, será testada a hipótese de que a moeda prussiana teria passado por um processo de “internacionalização” no sentido de se tornar uma moeda de referência nas relações econômicas com todas as demais unidades políticas no território alemão. Dito de outra forma, a moeda amplia sua capacidade de gerar “refluxos” sobre si mesma, por meio de tarifas, dívida pública, comércio, e com isso criar obrigações que são denominadas em sua própria moeda.⁹⁷

Parte-se da idéia de que, no período da Confederação Germânica, a principal manifestação dos conflitos entre as unidades políticas se dá na arena das negociações de acordos comerciais e alfandegários. Não se pode dizer que se trata de uma arena puramente econômica, uma vez que se tratou de um processo que envolveu e revelou capacidades, seja de submeter outras unidades, seja de resistir às pressões impostas.

⁹⁵ A Confederação Germânica correspondeu à diminuição do número de unidades políticas de 234 no Sacro Império para 38 estados dinásticos soberanos e 4 cidades livres (Frankfurt, Hamburgo, Bremen e Lübeck) na nova organização. Ainda, a Revolução Francesa e as Guerras napoleônicas trouxeram mudanças profundas, sobretudo no que se refere à secularização dos territórios eclesiásticos e incorporação de unidades menores.

⁹⁶ Barraclough (1946) trata da relação entre as mudanças territoriais implementadas pelo Congresso de Viena e a ascensão da Prússia. Segundo Hobsbawn, “A principal função internacional da Confederação era manter os Estados menores fora da órbita francesa, na qual eles tradicionalmente tendiam a gravitar.” (1977, p. 150)

⁹⁷ Segundo Metri: “Num espaço composto por diversas unidades políticas territoriais contíguas e circunscritas, o sucesso de uma única unidade de poder político em transformar sua moeda na de referência internacional está na sua capacidade de dominar os mais relevantes mercados internacionais. Historicamente, isto se deu, principalmente, mediante ameaça ou uso de fato de instrumentos de coerção e violência física.” (2009, p. 20)

Este capítulo está dividido em três seções. Na primeira é traçado o caminho que tomaram as negociações entre as unidades político-territoriais relevantes, desde a Tarifa Prussiana de 1818, até a consolidação da União Aduaneira, o *Zollverein*, e seus principais desenvolvimentos. Sem entrar em uma discussão mais específica sobre as motivações prussianas no processo que levou à unificação política em 1871, pretende-se destacar o aspecto político das negociações que levaram ao *Zollverein*, e as subseqüentes adesões. A segunda seção tem o objetivo de apresentar as principais convenções monetárias no período e verificar em que medida estas apresentam consistência com os acordos vigentes. A terceira seção retoma a questão da guerra, por meio da análise das três guerras de unificação e a associação com a questão monetária.

3.1 - A dinâmica comercial e tarifária na confederação – a “costura” dos espaço econômico pela Prússia.

Thirty-eight customs boundaries cripple inland commerce, and produce much the same effect as ligatures which prevent the free circulation of the blood.

Friedrich List

(Trecho de petição levada junto à Dieta da Confederação Germânica)

A presente seção pretende expor em detalhes a constituição da União Aduaneira e o caminho que levou à mesma. Acredita-se que tais desenvolvimentos fornecem uma pista importante sobre como a dinâmica comercial e tarifária, costurada por acordos entre os Estados, pode gerar “refluxos” sobre uma moeda principal, uma vez investigados os meios de pagamentos a que os fluxos se referenciavam.

Aqui há uma questão importante a ser ressaltada: apesar do fato de que os dados quanto à atividade comercial e à dinâmica tarifária serem mais acessíveis, por serem temas mais amplamente cobertos pela historiografia, em geral, a lógica que embasa a maior parte dos historiadores na análise da questão monetária está mais de acordo com a abordagem tradicional da moeda. Assume-se que com o aumento dos fluxos comerciais, devido a maior integração do território alemão, sobretudo após a instauração do *Zollverein*, teria havido a necessidade de redução dos custos de transação derivados da multiplicidade monetária e a associada necessidade de conversão para a realização das trocas.

Na perspectiva teórica aqui adotada o que se deve extrair da dinâmica comercial do território é capacidade de um Estado de gerar pagamentos na sua moeda, fazendo com que esta constitua uma unidade de conta relevante na hierarquia monetária “internacional”.

3.1.1 – A Confederação Germânica e a nova lógica expansionista da Prússia

Viu-se, no capítulo anterior, as principais características do processo de concentração de poder no Estado prussiano nos séculos XVII e XVIII. Dentro de sua pesquisa sobre o momento em que o “jogo das trocas” encontra as descritas “vontades políticas centralizadoras” para formar o Estado-economia nacional alemão, Vieira conclui que aquela primeira etapa de concentração de poder é “caracterizada sobretudo por uma lógica estritamente territorialista, e, portanto, sem conexões diretas com as ‘forças econômicas’ de seus territórios.” (VIEIRA, 2006, p. 119). Este encontro, segundo a autora, é um fenômeno original do século XIX, naquele espaço.

A nova configuração política, a Confederação, teria sido então, segundo a autora, a força que “empurrou a Prússia para outros *caminhos* no processo de concentração de poderes e fortalecimento de seu Estado.” (Ibid., p. 121). Estes “novos caminhos” estariam localizados, sobretudo, na arena econômica, o que pode ser observado na trajetória dos acordos que vão sendo estabelecidos e na evolução dos mesmos, sempre sob a liderança política da Prússia.

Ainda segundo Vieira, “Foi desta forma, portanto, que o ‘jogo das guerras’ articulou-se novamente, porém de forma original, ao ‘jogo das trocas’, para dar origem ao “Estado-economia nacional” alemão.” (Ibid., p. 122). Esta articulação original entre os dois tabuleiros está associada ao processo de “internalização” das principais áreas e rotas econômicas, que se encontravam sob controle de agentes não-germânicos.

Esse processo, deu-se, sobretudo, pelas disputas com a Áustria e pela *Zollvereinpolitik* liderada pela Prússia. Assim, o período de destaque tem início com o fim das Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena e atinge seu ponto culminante com as Guerras de Unificação.

A nova organização dos territórios alemães, a Confederação Germânica, correspondeu à transformação das aproximadamente 234 unidades políticas do Sacro Império em 38 Estados soberanos e quatro cidades livres (Bremen, Hamburgo, Lübeck e Frankfurt).

A estrutura política tinha a forma de associação bastante frouxa entre seus membros, que mantiveram praticamente todas as prerrogativas de Estados soberanos:

“All these states, from the largest to the smallest, controlled their own economic and social affairs. Custom and excise, communication, coinage, banking, guilds and so forth were regulated by the state and not by the Confederation.” (HENDERSON, 1975, p. 31) [Grifo meu]

Ao mesmo tempo, os documentos de fundação da Confederação não apresentavam uma definição positiva de uma ordem interna entre as unidades políticas signatárias (PORTILLO, 1994).⁹⁸

Assim, há certo consenso em torno da idéia de que o arranjo político da Confederação servia mais às questões geopolíticas no âmbito europeu do que à busca de uma unidade interna entre os confederados:

De fato, a opinião geral entre os historiadores é a de que a forma pela qual a Confederação foi articulada teria “respondido” a duas necessidades centrais da conjuntura política da Europa pós-napoleônica: por um lado, a de evitar a formação de um Estado soberano unificado no espaço da Europa Central; e, ao mesmo tempo, a de assegurar a existência de uma entidade com uma articulação política suficiente para inibir a expansão de outros Estados sobre aquele espaço. (VIEIRA, 2006, p. 78)⁹⁹

Ainda, sobre os interesses europeus na região, resume Kitchen (2006):

Germany was an important diplomatic arena in which most of the powers had a direct interest: Russia was a guarantor of the Vienna settlement; Britain because of the personal

⁹⁸ Shieu (2005) resume: “Constitutionally, the German Confederation was a union of sovereign states in which joint action depended upon unanimity, and states sought to retain their independent status. Thus, even though the German Confederation had a parliament based in Frankfurt, its members would vote according to instructions from their respective governments.” (p. 5)

⁹⁹ “In the interest of European peace the princes would have to relinquish the right to wage war on each other and agree to live together in a loose association or confederation of states. At the same time the fact that the princes would remain rulers of virtually sovereign states was the best possible insurance against the creation of a united Germany. Thus before the Congress of Vienna assembled in the autumn of 1814 the Great Powers had already decided upon the creation of a German Confederation.” (CARR, 1979 citado em VIEIRA, 2006, p. 79)

union with Hanover; Holland and Denmark because of their stake in the Confederation. From time to time, France would cast a greedy eye on the Rhine frontier. (p. 62)

Em relação à distribuição de poderes na Confederação, a Áustria – mesmo que sua presença no sul da Alemanha estivesse minimizada nesse período – e a Prússia, com quase metade da população da Confederação, eram centrais, seguidas dos chamados “Estados do Meio”¹⁰⁰, que se localizavam entre aquelas duas.¹⁰¹

Assim, tem-se a configuração geopolítica europeia em forma de pentarquia entre as grandes potências (Inglaterra, França, Rússia, Áustria e Prússia), sendo que, entre as unidades confederadas, o compromisso entre a Áustria e a Prússia tinha importância fundamental, pois a maior parte dos conflitos naquele território associava-se aos embates entre as duas. Deve-se, portanto, ao arranjo político da Confederação o fato de não ter havido guerras, durante todo o seu período de existência, entre os Estados-membros. Assim, “o ‘jogo das guerras’ foi ‘congelado’ durante 50 anos ou passou a ser travado em outras esferas que não diretamente através de conflitos bélicos.” (VIEIRA, 2006, p. 79).

A constituição do *Zollverein* em 1834 pode ser vista como parte dos esforços de negociação de tratados comerciais e alfandegários que envolveram a quase totalidade dos Estados da Confederação. O primeiro momento marcante em sua direção foi a Lei Aduaneira Prussiana de 1818. A lei foi promulgada num contexto de déficit orçamentário na Prússia¹⁰², cuja economia já se encontrava abalada, em consequência do período das guerras napoleônicas.¹⁰³

¹⁰⁰ “Os Estados do Meio eram: Oldenburgo, Hanover, Holstein, Mecklenburgo-Sterlitz, Mecklenburgo-Schweis, Baden, Württemberg, Bavária e Saxônia. O termo não se refere apenas à localização geográfica destas unidades, mas também à potencialidade que elas tinham de dificultar os planos expansionistas das duas potências.” (VIEIRA, 2006)

¹⁰¹ “*In practice Austria and Prussia were the two states that inevitably played a role on the European stage, while the others tried to prevent either one of them from gaining a dominant position or (...) the two together establishing a joint hegemony*” (BLACKBOURN, 1998, citado em VIEIRA, 2006, p. 78)

¹⁰² “*The budget deficit for 1818 was estimated at 9,000,000 Thalers. Moreover too much money was in circulation. Prussia was on the verge of bankruptcy and there was a real danger that the government would be unable to pay either the troops or the civil service*” (HENDERSON, 1968, citado em VIEIRA, 2006, p. 85)

¹⁰³ Segundo Henderson: “*The Napoleonic wars had seriously disorganized the German economy. (...) Overseas trade had been drastically curtailed, while internal commerce had been forced into unaccustomed channels. (...) The flood of imports of manufactured goods (particularly textiles and hardware) from England when the German ports were opened on the collapse of the Continental System seriously hampered the efforts of German industrialists and merchants to increase their sales in the home market.*” (1967, citado em VIEIRA, 2006, p. 81)

Os efeitos da Guerra prolongaram-se pelo período posterior: *“For at least a decade after the Napoleonic Wars Prussian agriculture, industry and trade were in a depressed condition”* (HENDERSON, 1968, p 119).

Somado a isso, na nova configuração política, a Prússia encontrava-se dividida em duas partes, oriental e ocidental¹⁰⁴, que eram economicamente complementares, o que gerava mais problemas de arrecadação. Somada às necessidades de salvar Estado de uma falência financeira e articular seus dois blocos territoriais, havia, naquele momento, um ambiente protecionista generalizado na Europa, o que pressionava a Prússia neste sentido também. Havia também uma discussão incipiente sobre a formação de blocos comerciais e alfandegários entre os confederados, visto que, as demandas levadas junto ao órgão central da Confederação, a Dieta, não haviam gerado nenhum resultado.

À época do Congresso de Viena, a área que constituía o “espaço econômico alemão” era bastante segregada, sobretudo, devido à estrutura de tarifas, pedágios, impostos e alfândegas, a partir dos quais os “Príncipes” extraíam o essencial de sua receita. O território alemão, organizado sob a Confederação Germânica contava com diferentes sistemas alfandegários, em cada um dos Estados-membro.¹⁰⁵ Mesmo no maior dos Estados da Confederação, a Prússia, a situação alfandegária era caótica. Segundo Ashley (1904):

In that kingdom there were nearly sixty different local tariffs with a total of nearly two thousand eight hundred classes of goods... The multiplicity of customs barriers made administration costly and inefficient, and there was pretty much smuggling. (p. 4).

Assim, fazia-se necessária uma reorganização das finanças públicas, que ficou a cargo do então ministro das finanças Von Bülow.

A Lei Tarifária Prussiana, de 1818, modernizou o sistema tarifário prussiano, no sentido de deslocar as cobranças alfandegárias para as suas fronteiras territoriais, eliminando as aduanas internas. Sobre seus resultados: *“La ley prusiana de aduanas de 1818 indicó el*

¹⁰⁴ *“Prussia was divided into two groups of provinces separated by Hanover and Brunswick.”* (HENDERSON, 1975, p. 31)

¹⁰⁵ Sobre os custos do comércio, no período anterior ao Zollverein, Shiue (2005) exemplifica: *“A shipper on the Main and Rhine rivers from Bamberg to Mainz (187 kilometers as the crow flies), or from Strassbourg to the Dutch frontier, had to pay more than thirty tolls. Fourteen tolls were charged between Magdeburg and Hamburg on the Elbe.”* (p. 124)

camino futuro: se eliminaron todas las aduanas interiores y se estableció un sistema de aduanas exteriores para el Estado prusiano.” (PIERENKEMPER, 2001, p. 89). Ainda sobre esta: *“The efficiency and impressive fiscal results put pressure on neighbouring states to follow the Prussian example.”* (Ibid., p. 32).

Segundo Henderson (2006) e Vieira (2006), a consequência mais importante da tarifa de 1818 não foi o alívio financeiro da Prússia (o que só começaria a ocorrer alguns anos mais tarde), mas o efeito que aquela teria gerado em termos de política econômica dos demais membros da Confederação. Estados menores e localizados entre as duas porções do território prussiano, os enclaves¹⁰⁶, encontravam-se em situação complicada após o estabelecimento da tarifa. Por isso, a tarifa de 1818 é vista pela historiografia como o desencadeador da formação das uniões aduaneiras nos anos que se seguiram.

3.1.2 – Os efeitos da tarifa de 1818, a Zollvereinpolitik e as principais conclusões acerca da formação do Estado-economia nacional alemão.

A princípio, os enclaves e Estados menores tentaram manter seus sistemas alfandegários próprios, mas a nova tarifa, juntamente com sistema administrativo reformado e rígido da Prússia, geravam conflitos entre aqueles e esta. Assim, uma resistência prolongada mostrava-se cada vez mais inviável e, em 1819, o pequeno principado de Schwarzburg-Sonderhausen aceitou a oferta prussiana e delegou-lhe a administração de suas alfândegas. Em troca, recebeu o direito de comercializar com a Prússia sem qualquer restrição e, ainda, uma parte das receitas totais advindas do novo sistema alfandegário conjunto.

A grande parte dos outros enclaves tentou resistir por mais tempo: *“But the particularist sentiment ruling in most of the German states was in general strongly hostile to such a course, and it was only very slowly that the other enclaves followed the example; in fact the next instance was not till 1822.”* (ASHLEY, 1904, p. 7).

Assim, os anos que seguem à tarifa de 1818, são marcados pelos acordos que a Prússia consegue estabelecer com os enclaves. Entre 1819 e 1830, a Prússia realizou arranjos similares com todos os demais enclaves. (HENDERSON, 1975, p. 34).

¹⁰⁶ Os “enclaves” eram pequenos Estados ou porção de Estados rodeados por territórios prussianos.

A Prússia se utilizava da pressão econômica que podia exercer, em função de seu extenso território e poder militar e financeiro, de forma a que todos os enclaves adotassem seu sistema tarifário. Um foco de resistência marcante foram os Ducados de Anhalt, devido a sua intensa utilização do rio Elba como canal comercial com os Estados do sul.

Os Ducados de Anhalt, apoiavam-se no princípio da livre navegação fluvial, que havia sido estabelecido pelos acordos do Congresso de Viena, mas ainda não estava ratificado. Assim, sobretudo em sua linha de comércio com a Saxônia, o Ducado de Anhalt-Köyhen passou a concentrar seu tráfico nesta rota fluvial, invocando o princípio da livre navegação. Em 1820, teve início uma querela diplomática quando um mercador de Köyhen negou-se a pagar a tarifa prussiana ao passar por este território, em direção ao porto de Ressa. O navio foi detido e a questão levada junto à Dieta da Confederação, que levou à assinatura do Ato de Navegação do Elba, em 1821.¹⁰⁷

A Prússia endossa o Ato, mas permanece exercendo pressão contra entrada de produtos em seu território através de Köyhen. Simultaneamente negocia com outros Ducados a adesão ao sistema fiscal e tarifário prussiano. As resistências restantes são suprimidas com argumentos de força, sobretudo devido à política de ameaças aos ducados, conduzida por Von Motz. Em maio de 1826, o último foco de resistência de Anhalt-Bernburg aderiu ao sistema.

Assim estava sendo trilhado o caminho que levaria à instituição da União Alfandegária do Norte. Outra frente de negociações que contou com iniciativas de Von Motz foi relativa à aproximação com outros Estados como Hesse-Darmstadt, que estava em negociação com os Estados do Sul, que, por sua vez, estavam discutindo alguma forma de acordo para fazer frente à união que se formava no norte, encabeçada pela Prússia.

Hesse-Darmstadt tinha sua economia baseada essencialmente na agricultura e a tarifa prussiana havia trazido grandes dificuldades para a importação de manufaturados. Sem obter resultados nas negociações com os Estados sulinos, Hesse-Darmstadt decide por

¹⁰⁷ “A questão trazida pelo Duque apressou a assinatura do Ato de Navegação do Elba (em junho de 1821, ratificado em dezembro), através do qual foram estabelecidas as 15 casas alfandegárias oficiais com permissão para cobrar tarifas e os valores daquelas. Todos os monopólios e privilégios de navegação de cidades e guildas com portos ao longo do Rio foram abolidos.” (VIEIRA, 2006, p. 90)

reformular internamente seu sistema de impostos e transfere suas tarifas para as fronteiras. Simultaneamente, aproxima-se da Prússia, por meio de um acordo alfandegário.¹⁰⁸

Assim, a União Alfandegária no Norte é formalmente estabelecida, em 1828, imediatamente após a adoção do sistema tarifário da Prússia por Hesse-Darmstadt, embora mantendo seu sistema de impostos interno. Um mês antes, em janeiro do mesmo ano, também entrou em vigor a União Alfandegária do Sul:

The southern states set to work to attain the desired end by treaties among themselves; it was absolutely necessary for them to do something, since they were hassered in the north by the growing Prussian Union and in the south by Austria¹⁰⁹ – both with their transit duties. So there began a series of conferences in Darmstadt during the years 1820 to 1823 on schemes to resist Prússia, and to combine on a common tariff policy... (ASHLEY, 1904, p. 9)

As conferências fracassaram e deram lugar a uma “guerra tarifária” entre os Estados do sul, fazendo urgente que alguma medida fosse tomada. Württemberg convocou uma nova rodada de conferências em Stuttgart (1823-1825), que também não gerou grandes resultados. No início de 1825, Württemberg e Bavária acordaram uma união alfandegária sob administração conjunta. O passo seguinte seria incorporar os demais territórios sulinos, sobretudo os Estados do Reno: Baden, Hesse-Darmstadt e Nassau. No entanto, a negociação com estes últimos dava sinais de inviabilidade, sobretudo devido aos diferentes objetivos entre eles: os Estados do Reno, favoráveis à um acordo comercial, e o bloco Württemberg-Bavária, que defendia uma união aduaneira.

A formação de uma união aduaneira só começa a ter sinais de sucesso em abril de 1827, com um acordo provisório, que em janeiro de 1828 é completado e confirmado. Assim, estabelece-se a União Aduaneira do Sul, formada por Württemberg, Bavária Hohenzollern-Hechingen e Hohenzollern-Sigmaringen. A União do sul operava, em geral, com tarifas inferiores às tarifas do norte.

¹⁰⁸ Segundo Vieira, a respeito do caráter político deste acordo: “Este é mais um dos exemplos citados pela historiografia no qual as motivações prussianas nas negociações estiveram mais relacionadas a aspectos políticos do que propriamente econômicos. Pois as vantagens puramente econômicas advindas de um tratado alfandegário com Hesse-Darmstadt eram menores do que as prometidas por um tratado apenas comercial.” (Ibid., p. 92). Ainda segundo a autora, a escolha de Von Motz, ministro das finanças, deu-se, sobretudo, pelos efeitos políticos esperados: “o de, por um lado, aumentar a influência da Prússia sobre o espaço da Alemanha no norte; e, por outro, o de neutralizar parcialmente os esforços de formação de outras Uniões no centro e no sul.” (p. 91)

¹⁰⁹ Cabe também salientar que a Áustria se recusava a conduzir qualquer acordo comercial no âmbito da Confederação Germânica, dificultando ainda mais a situação dos Estados do Sul.

Com a formação das duas uniões, os Estados que não faziam parte das mesmas passaram a enfrentar problemas. Tem início, assim, um movimento de articulação de alguns destes Estados, sobretudo, sob liderança da Saxônia. Os interesses desta estavam ligados à atividade manufatureira que desenvolvia, temendo, por isso, “restrições às suas exportações por parte dos ‘blocos’ comerciais e alfandegários que se formavam” (Vieira, 2006: 93). Além da Saxônia, outros Estados enfrentavam problemas:

Têm início, então, as negociações entre estes Estados que deram origem à União da Alemanha do Meio¹¹⁰ (*Mitteldeutscher*). Seus principais objetivos eram evitar o fortalecimento excessivo das outras duas uniões formadas no espaço alemão e, associadamente, preservar sua autonomia enquanto portas de entrada de produtos estrangeiros, sobretudo ingleses, mantendo livres os acessos, notadamente os canais que ligavam os portos do Mar do Norte aos importantes centros comerciais de Frankfurt e Leipzig, passando pelas cidades hanseáticas Hamburgo e Bremen.

A União do Meio não era alfandegária, como as outras duas, tendo apenas caráter comercial¹¹¹. Sua formação foi também estimulada pelas demais potências europeias, pelo efeito que teria em limitar o avanço prussiano no território germânico¹¹². Assim, em 1828, havia três uniões distintas no território, conforme mostra a figura 2.

¹¹⁰ Os membros da União do Meio eram: Hanover, Saxônia, Hesse-Cassel, Nassau, Brunswick, Oldenburgo, Frankfurt, Bremen, os Ducados Saxônicos, as Principidades Reuss, Hesse-Homburg, Schwarzburg-Rudolstadt e o Alto Reino de Schwarzburg-Sonderhausen.

¹¹¹ Segundo Vieira: “Pelo acordo, seus membros se comprometiam a não ingressar em qualquer União Alfandegária antes do fim de 1834 (quando o tratado entre a Prússia e Hesse-Darmstadt expirava); a manter as estradas existentes em bom estado e construir algumas outras; e a não cobrar impostos de trânsito sobre bens de ou para outros membros, com a condição de serem para consumo ‘interno.’” (2006, p. 94)

¹¹² “The British Government also supported the central German states in the fear that a Germany dominated by the Prussian custom system might one day challenge the economic might of Britain, and in the short run would probably place higher tariffs on British goods.” (KITCHEN, 1978, p. 39)

“The British representative at Frankfurt-am-Main cheerfully observed that the Middle German Commercial Union ‘would afford immense facilities for carrying the contraband trade in the dominions of Prussia, Bavaria, Württemberg and [Hesse-]Darmstadt.’” (HENDERSON, 1975, p. 35)

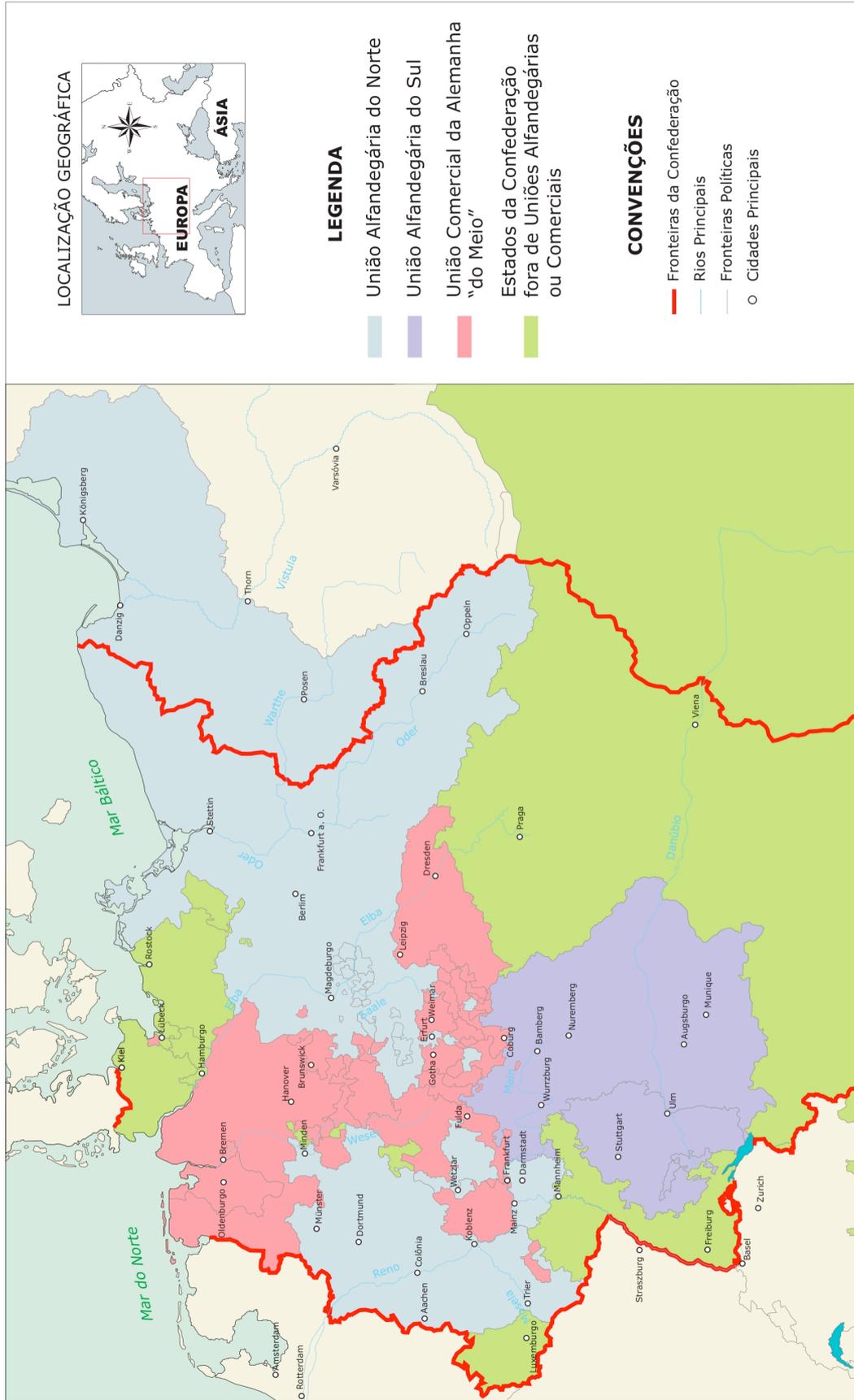


FIGURA 2 - Uniãos Alfandegárias na Confederação Germânica (1828)

Fonte: VIEIRA (2006)

Nos anos seguintes, entretanto, foi ficando claro que a *Mitteldeutscher* não apresentava uma proposta real de união, mas apenas servia de resistência contra o avanço da Prússia e dos Estados do sul. No entanto, ela interferia nos interesses prussianos, pois continha em seu território o principal corredor do “jogo das trocas” do território alemão, que era importante também no comércio em nível europeu, ao conectar a Inglaterra, França e Províncias Unidas com o todo e leste Europeu, notadamente com a Rússia, e também com o Oriente, passando pela Itália.

Este quadro explica o interesse da Prússia em desarticular a União do Meio e os anos que se seguem são marcados por “uma cuidadosa ‘costura’ política por parte da Prússia” (VIEIRA, 2006, p. 96), com esta finalidade. A referida costura deve-se, sobretudo, às iniciativas do ministro das finanças Von Motz, que, habilmente, identificou a fragilidade dos laços que ligavam os Estados da União do Meio. Segundo Henderson, Von Motz teria procedido a uma mudança de tática” *“He now approached the problem of securing the economic unification in a new way. He tried to improve commercial relations between Prussia and the southern states.”* (1968, p. 92).

Ainda sobre a estratégia de Motz, Kitchen adiciona: *“Motz’s vision went far beyond the purely economic. He believed that the smaller German states were doomed to backwardness and that Germany therefore had to be unified.”* (2006, p. 61).

Assim, primeiramente, ocorre a aproximação entre as uniões do Norte e do Sul. O primeiro movimento neste sentido é a oferta prussiana aos dois Estados Turingianos de melhorias nas estradas que passavam por eles.¹¹³ A idéia de Von Motz era desviar as rotas comerciais que se concentravam nos Estados do meio, investindo em rotas alternativas. Tal política se concentrou nas negociações relativas à abertura no Reno e à construção de estradas que servissem os territórios prussianos.

Em meados 1829, é assinado um tratado comercial, que visava ser o primeiro passo para a formação de uma união aduaneira única entre as Uniões do Norte e do Sul. Em 1830, a

¹¹³ A estratégia de construção e melhoria das estradas: *“Berlin outflanked and destroyed the Middle Union by concluding commercial and road-building agreements with neighbours states. Without toll-free access to seaports, the small states found themselves checkmated. By 1840 Saxony was prepared to negotiate entry into the Prussian customs union.”* (Bazillon, 1990: 197)

estratégia de Motz obtém um primeiro marco de sucesso: “(...) Hesse-Cassel, ‘violando’ a cláusula dos acordos da União de não ingressar em nenhuma outra alfândega até 1834, entra, em agosto de 1831, no sistema alfandegário da Prússia, em termos semelhantes a Hesse-Darmstadt.” (VIEIRA, 2006, p. 99).

Este acordo teve consequências políticas importantes no que se refere à estratégia prussiana, pois este Estado logrou unir, em termos comerciais e alfandegários, suas duas porções territoriais, e separou a União da Alemanha “do Meio”, uma vez que Hanover não possuiria mais uma ligação comercial direta com os importantes zonas econômicas como os Estados Turingianos e a Saxônia.

Os Estados “do Meio”, liderados por Hanover, iniciaram uma série de protestos, sobretudo contra a violação cometida por Hesse-Cassel. Chegaram a levar a questão formalmente junto à Dieta, mas não obtiveram sucesso. Enquanto os Estados “do Meio” protestavam, a Prússia seguia em seus propósitos, e negociava com a Saxônia – que dependia de matérias primas e trigo importadas da Prússia – e com outros Estados do sul e com os Ducados Saxônicos.

Os governos da Bavária e Württemberg acabaram por concluir que as vantagens econômicas de formar uma união aduaneira com os Estados do norte eram superiores aos riscos.

Quanto à Saxônia, foram garantidas as mesmas concessões tarifárias às feiras de Leipzig que as que operavam nos principais centros comerciais prussianos, compromisso que agradou os principais interesses mercantis da região e persuadiu seu governo a ingressar na União. (BAZILLON, 1990).

Assim, em janeiro de 1834, entra em vigor o *Zollverein*, formado inicialmente por 22 Estados¹¹⁴. A figura 3 mostra os Estados ingressantes no *Zollverein*, em 1834.

¹¹⁴ Os 22 membros iniciais eram: “a Prússia, os três Ducados de Anhalt, Waldeck, Hesse-Darmstadt, Hesse-Cassel, Bavária, Württemberg, Saxônia, os quatro Estados Saxônicos da Turingia, as quatro Principidades Reuss, Schwazburg- Rudolstadt, Schwazburg-Sonderhausen, Hohenzollern-Hechingen e Hohenzollern-Sigmarien” (VIEIRA, 2006, p. 100)

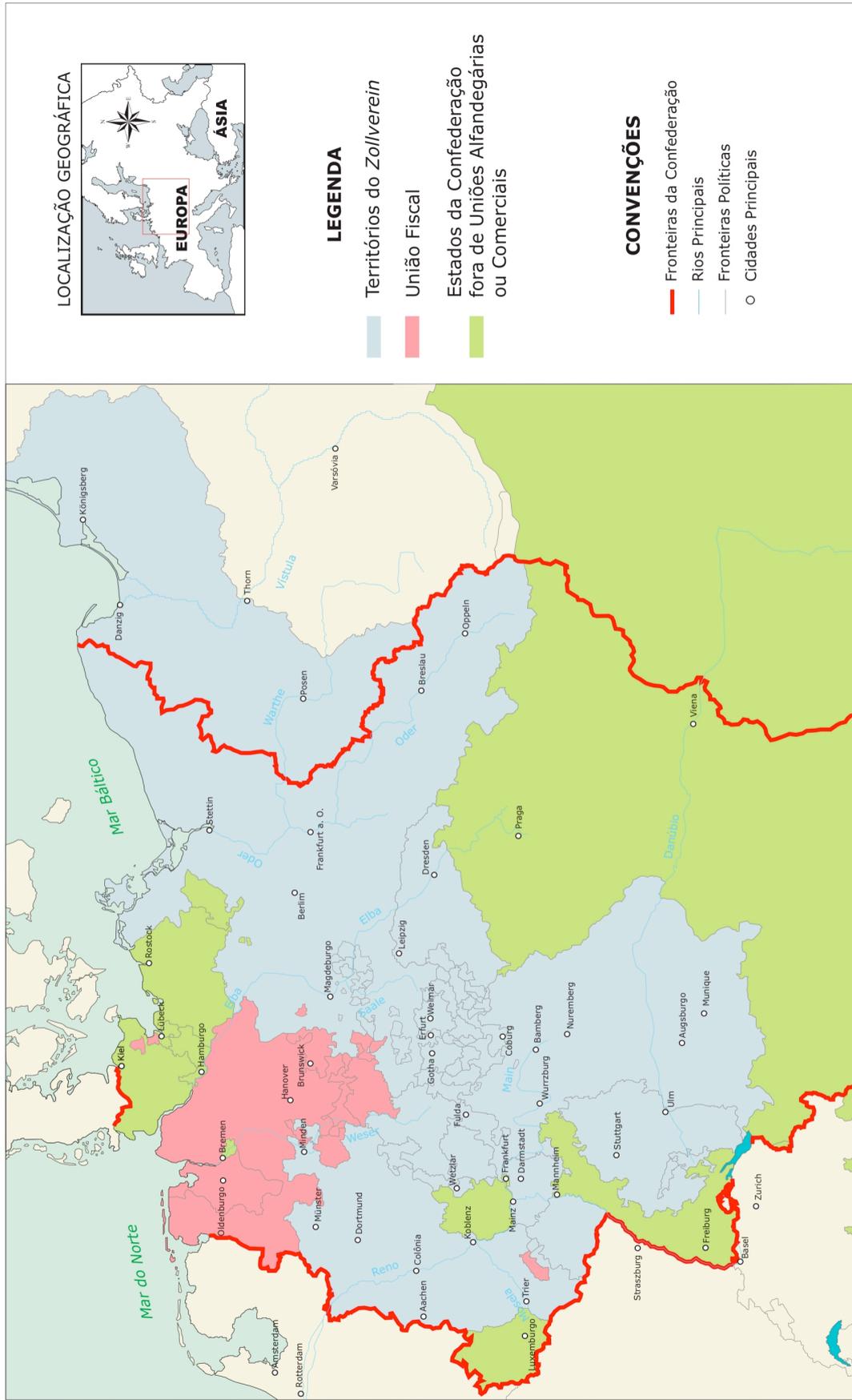


FIGURA 3 - Zollverein (1834)

Fonte: VIEIRA (2006)

Sobre os interesses dos Estados na formação da União Aduaneira: “*The States concerned fought for their own narrow interests and many of them joined the Zollverein only when economic depression and empty exchequers made further resistance to Prussia impossible*” (HENDERSON, 1968, p. 95). Henderson rejeita, portanto, a idéia de que por trás da formação do *Zollverein* houvesse um interesse nacionalista ou o crescimento de uma consciência nacional alemã.

A receita do *Zollverein* era dividida entre os Estados-membros com base em cálculo *per capita* e “ (...) *proved to be an essential source of revenue.*” (KITCHEN, 1978, p. 41). Segundo Holtfrerich, que também atenta ao peso da Prússia no “convencimento” dos demais Estados a ingressarem na união aduaneira:

Prussia, which dominated the Union with 60 per cent of the population and the same proportion of the area it covered, had managed to persuade the smaller royal territories to give up their costume sovereignty partly by granting them a disproportionate share of joint customs revenue, which like seigniorage was also exemp from the rights of budgetary control enjoyed by the supervisory bodies to which the nineteenth century constitutional movements gave rise. (1999, p. 136).

Apesar de não constituir um mercado comum, pode-se dizer que as operações no sentido da política tarifária comum levaram à cooperação em outros campos:

*In 1838, for example, the collection of custom duties in the Zollverein was facilitated by **fixing a permanent ratio between the coinages of Prussia and the southern German states.** In 1847 agreements were reached on a code governing bills of exchange and on the establishment of the Association of German Railway Administration. In 1850 a German postal convention made it possible for prepaid letters to be sent to all parts of Germany and Austria by the shortest route.* (HENDERSON, 1975, p. 38) [Grifo meu].

A Prússia permaneceu em posição de destaque, controlando quase integralmente a União. Era a Prússia que decidia as questões mais relevantes, como tarifas e acordos com outros países. Segundo Henderson, ainda que a Áustria dominasse a Confederação, a Prússia exercia a liderança no *Zollverein*. (1975, p. 37)¹¹⁵.

¹¹⁵ Sobre as percepções austríacas em relação ao papel da Prússia no *Zollverein*: “*In December of 1833 on the eve of the founding of the Custom Union, the Austrian delegate to the Diet of the Confederation wrote: ‘The Zollverein is one of the chief nails in the coffin of German Confederation... Prussia is now taking over the actual leadership of German’s policy, Austria’s leadership being merely formal’. Prussia’s leading position was recognized since the readquarters of the organization were in Berlin and Prussia was responsible for negotiations on behalf of the Zollverein.*” (HENDERSON, 1975, p. 37)

A situação, no entanto, permanece permeada de conflitos e pressões tanto internas quanto externas. A Prússia prosseguiu utilizando-se de seu poder na região, refletido em suas capacidades financeira e militar. A Prússia tentava atrair a entrada dos Estados remanescentes, utilizando diversos instrumentos, num “misto de pressão, necessidade e ‘sedução’ prussianas, sobretudo pela concessão de vantagens comerciais e financeiras.” (VIEIRA, 2006, p. 103).

Havia diversas frentes de pressão com as quais a Prússia tinha que lidar. No plano interno, havia duas frentes principais de pressão contra a união aduaneira, que exerciam resistência contra a mesma. Os Estados do norte e centro, onde as atividades comerciais e financeiras mais floresciam, tinham interesse em manter abertas as rotas comerciais nórdicas, para continuarem exercendo seu papel tradicional de escoadouro de importações inglesas e holandesas. Havia, nesses territórios, uma forte atividade de agentes estrangeiros, especializados na atividade de importação e câmbio monetário.

A segunda frente de resistência era constituída pelos estados do sul, desejosos de proteção de seu setor manufatureiro incipiente.¹¹⁶

Além disso, havia o conjunto das pressões externas, sobretudo da Inglaterra, Holanda, Bélgica, e França. No contexto da Europa Central, a Prússia enfrentava pressões, que refletiam o temor da emergência de uma potência econômica unificada no centro Europa. As manifestações destas pressões eram mais notórias no âmbito das negociações comerciais e de tratados envolvendo o *Zollverein*. Segundo Vieira:

A Inglaterra, como já comentado, articulava estas pressões tanto diretamente, através de sua ligação dinástica com Hanover, como através de suas intensas conexões comerciais com Frankfurt e Hamburgo. (...) Para a Holanda, também uma grande fornecedora de manufaturas e bens coloniais (especialmente do café do Brasil e da Jamaica) para o Continente, eram igualmente alarmantes as possibilidades de restrições comerciais, por um lado, e do desenvolvimento da produção de manufaturas, por outro, em seu caso sobretudo na região Renana, já que o escoamento de seu comércio utilizava notadamente a rota do Reno, partindo de Amsterdam ou Rotterdam. (...) No caso da França, dado seu posicionamento geopolítico, as preocupações econômicas aliavam-se mais diretamente às conseqüências políticas que o surgimento de uma “potência” econômica unificada poderia gerar. Ao mesmo tempo, suas exportações de vinho e seda para o território poderiam ser

¹¹⁶ Assim, os Estados confederados mais fortes: Bavária, Württemberg, Hesse-Darmstadt, Cassel, Hanover, Oldenburgo, Brunswick, Saxônia e as cidades Hanseáticas, tentavam, de alguma forma, resistir ao que se via como expansionismo prussiano.

igualmente ameaçadas. (Ibid., pp. 106, 107)

A estratégia prussiana, neste contexto, foi de aproximação da Bélgica para escapar das pressões holandesas, o que culminou com a assinatura de um tratado comercial entre a Bélgica e o *Zollverein*, 1844. A Holanda terminou por aceitar o livre comércio e a livre navegação no Reno, o que colocou fim ao monopólio que exercia no comércio na foz do rio. A França, por sua vez decidiu pela assinatura de tratados comerciais com Estados confederados que ainda não haviam aderido à União aduaneira.

O *Zollverein* manteve seu caráter alfandegário durante seu período de vigência, aumentando gradativamente o número de Estados-membros. Entre meados de 1835 e 1836, ingressaram Baden, Nassau e a cidade livre de Frankfurt.¹¹⁷ A entrada de Baden foi importante, pois significou a adesão de toda a área da Bavária. Já a entrada de Frankfurt significou que o importante comércio entre produtos manufaturados desta cidade e os grãos do norte da Bavária, pelo rio Main, realizar-se-iam sem pagamento de tarifas alfandegárias.

Em 1841, Brunswick adere; em 1842, Luxemburgo; em 1851, Hanover¹¹⁸; em 1854, Oldenburg e Lunenburg; em 1865, o Schleswig-Holstein; e Mecklenburg adere em 1867. Ingressaram na União Aduaneira apenas após a unificação política, as cidades livres de Lübeck, em 1887, e Bremen e Hamburgo¹¹⁹, que assinaram a adesão em 1888. A Áustria-Hungria nunca ingressou no *Zollverein*, como se verá adiante.

Sobre as influências e interesses estrangeiros na adesão dos Estados germânicos ao *Zollverein*, Henderson comenta que a França falhou em evitar o ingresso de Nassau, enquanto a Inglaterra foi incapaz de prevenir que Frankfurt aderisse (1975, p. 39).

¹¹⁷ “Frankfurt showed some initial reluctance to join because, like Hamburg and Bremen, it was concerned for its independence. But another concern (for the future of its Messe and trade business) jolted it out of isolationist stance and prompted it to sign up to the Union, together with Nassau and Baden, on 1 January 1836.” (HOLTFREICH, 1999, p. 136)

¹¹⁸ Brunswick e Hanover haviam formado, em 1834, uma união rival, chamada União Fiscal. Oldenburg e Lippe-Scaumburg também aderiram à União Fiscal. Sobre esta: “It lasted for 20 years, though Brunswick’s scattered territories were absorbed in the Zollverein between 1837 and 1844.” (HENDERSON, 1975, p. 39). Para mais detalhes sobre a anexação conflituosa de Hanover e Hesse-Nassau ver Schmit (1985)

¹¹⁹ A adesão tardia de Hanover, Hamburgo e Bremen deixou o Zollverein sem acesso direto ao Mar do Norte: “The growing overseas trade of the Zollverein was in the hands of independent ports over which Prussia and her partners had no control.” (Ibid., p. 39)

No entanto, apesar da pressão das potências ocidentais, o principal conflito “internacional” que permeou os anos do *Zollverein*, deu-se entre a Prússia e a Áustria, sobretudo na arena das negociações de acordos comerciais e alfandegários ou de ingresso ou não na União Aduaneira.

Nos acordos anteriores ao *Zollverein*, a Áustria manteve-se relativamente afastada, evitando acordos que interferissem em sua autonomia fiscal e tarifária. A partir da década de 1840, no entanto, a Áustria passa a demonstrar mais interesse e, em 1841, procede a uma tentativa de reforma de seu sistema interno de tarifas, que era condição de entrada no *Zollverein*. No entanto, a reforma não é bem sucedida.

A Prússia, por sua vez, mudou de atitude em relação ao ingresso da Áustria na União ao longo dos anos. Inicialmente mostrava-se favorável, mas passa ao desinteresse e até a ações no sentido de evitar a adesão da vizinha.

Em 1850, a Áustria leva junto à Dieta da Confederação¹²⁰ a proposta de “substituição do *Zollverein* por uma União Econômica que incluísse todos os Estados da Confederação”, o que constituía uma “demonstração nítida de que a Áustria, doravante, adotaria uma postura mais ativa nos assuntos da Confederação e do *Zollverein*, o que, por sua vez, poderia ameaçar a posição prussiana.” (VIEIRA, 2006, p. 108).

No ano de 1852, a Áustria viabiliza sua reforma tarifária interna, visando o nono congresso tarifário geral do *Zollverein*, que aconteceria em 1853. Henderson (1968) resume as duas propostas em jogo: “*Austria favored the creation of an Austro-German customs union. Prussia offered no more than an Austro-Zollverein commercial treaty.*” (p. 209).

A Prússia responde ao avanço austríaco e ao temor de que os Estado do sul se aproximassem da Áustria, com a negociação da entrada de Hanover e da União Fiscal no *Zollverein*. O acordo previa a junção do *Zollverein* e da União Fiscal, bem como a concessão de vantagens financeiras e comerciais à Hanover.

¹²⁰ As negociações acerca da entrada da Áustria, começam a ser debatidas no âmbito da Confederação em 1849, após o episódio conhecido como humilhação de Ölmütz, que corresponde às tentativas da Prússia de dissolver a Confederação e substituí-la por um Estado unificado, excluindo a Áustria.

A questão austro-prussiana¹²¹ chega a um resultado, em 1853, com a assinatura de um tratado comercial entre as duas potências, que contou com a intervenção do Czar russo. O tratado é tido como símbolo do sucesso prussiano¹²² e deu um espaço de tempo – até a renovação do *Zollverein* em 1860 – para que a Prússia fortalecesse “*the free trade and anti-Austria elements in the Zollverein.*” (Ibid., p. 223).

Kitchen comenta este embate da década de 1850 da seguinte forma: “*In the 1850s the Zollverein and custom policy were at the center of the struggle between Austria and Prussia for hegemony in central Europe.*” (1978, p. 101). Ainda, segundo este autor, a década de 1850 assiste ao enfraquecimento relativo da Áustria vis-à-vis a Prússia, sobretudo após a Guerra da Criméia (1854-1856)¹²³.

Em 1860, no contexto de um acordo comercial entre França e Inglaterra, há um movimento de queda nas tarifas internacionais que acaba favorecendo a Prússia em afastar a Áustria:

The Prussian government resisted overtures from Paris for almost two years before deciding to join the movement toward lower tariffs. Berlin eventually decided that a commercial agreement with France promised greater advantage than did a defensive alliance with Austria; and Vienna, in any event, would never endanger its undeveloped domestic industry by encouraging foreign competition. Conversion of the Zollverein to free trade would exclude Austria from the organization forever, a consequence that displeased even those middle states, such as Saxony, that stood to gain from easier access to the French market. (BAZILLON, 1990, p. 209)

A questão austro-prussiana não estava, portanto, resolvida. Com a subida de Bismarck, as negociações tomaram caráter mais decisivo, a partir do anúncio de que os Estados que não estivessem dispostos a aceitar os termos do tratado com a França estariam livres para abandonar a União. O acordo foi aceito¹²⁴ e o *Zollverein*, sem perder qualquer membro, foi

¹²¹ “Os anos de 1851 e 1852 assistiram, portanto, a uma verdadeira ‘queda de braços’ entre a Áustria e a Prússia no que se refere à questão alfandegária e comercial. O Congresso Geral do *Zollverein*, em 1852, chegou mesmo a ficar ‘emperrado’ por meses, já que a Prússia insistia em negociar a renovação da União antes de discutir os planos austríacos.” (VIEIRA, 2006, p. 109)

¹²² “*Austria, having failed to win the German states away from Prussia, agreed to direct negotiations for a trade agreement with Prussia without talking about an immediate customs union. (...) Prussia made a vague promise of a customs union and agreed to consider the Zollverein and Austria as one customs union area – a meaningless formula as there was still a customs barrier between the two.*” (KITCHEN, 1978, p. 104)

¹²³ “*Austria’s position was further weakened by her inept handling of the Crimean crisis. In an atmosphere of economic uncertainty and with the disruption of her markets in the Balkans, Austria was no longer a valuable trading partner.*” (1978, p. 104)

¹²⁴ Os Estado do sul e do meio protestavam contra este acordo, pois significava diminuição das tarifas, o que deixava sua indústria manufatureira desprotegida. No entanto, estes acabaram sucumbindo às pressões prussianas: “*In spite of the protest notes from Bavaria, Württemberg, Hanover and Saxony (though not from*

renovado por mais quinze anos. Assim: “(...) a Prússia saía vitoriosa de uma ‘guerra’ comercial e, em grande medida, econômica, que já a acompanhava por aproximadamente 30 anos.” (VIEIRA, 2006, p. 110)¹²⁵.

Assim, revela-se a principal “arma” da Prússia para enfrentar situações desta natureza: ameaçar não renovar os acordos do *Zollverein*. Segundo Kitchen, a ameaça era bastante crível, visto que os demais Estados lucravam com o *Zollverein*. Além disso, o peso financeiro da Prússia era também decisivo: “*Prussia thus had a powerful financial hold over the member states, and was always prepared to make financial concessions in order to retain political control over the Zollverein.*” (KITCHEN, 1978, p. 42).

A política de Bismarck consistiu, num primeiro momento, em fazer com que os Estados mais favoráveis à política prussiana aceitassem o acordo com a França. O primeiro acordo foi acertado com a Saxônia, em maio de 1864. Nos meses seguintes, acordos similares foram estabelecidos com a Turíngia, Brunswick, Frankfurt, Baden, e, após um ultimato mais brusco, com Hesse. Em outubro, os Estados do Sul também aceitaram as condições do “*North German Zollverein*”. Estes não dispunham de alternativas, pois a Áustria não podia oferecer uma aliança viável, devido a sua situação interna e aos laços que havia estabelecido com a Prússia, no contexto da Guerra contra a Dinamarca.

Assim, em fins de 1864: “*Prussia had thus reformed the tariff, secured the trade agreement with France, placated economic liberals, excluded Austria and satisfied part of the liberal nationalist demands by the annexation with Austria of Schleswig and Holstein.*” (Ibid., p. 115).

Baden) the south German states were not prepared to go all the way with Austria, but preferred to use Austria as a weapon against Prussian excesses.” (KITCHEN, 1978, p. 112)

¹²⁵ “*When Bismarck decided, after 1862, to solve the “German question” by force, he found that thirty years of Prussian Zollvereinpolitik, combined with Austrian reluctance to challenge the intra-German status quo, had smoothed his way both politically and psychologically. Not only had the custom Union taken hostage the economic fortunes of its members, but it had also inspired among the bourgeoisie the very nationalistic sentiments that Metternich and his successors had tried to suppress.* (BAZILLON, 1990, p. 196). Ainda sobre a atitude de Bismarck em relação à Áustria, comenta Kitchen: “*The diplomatic and economic weakness of Austria encouraged Bismarck to demand an all-out-assault on Austria’s position in Central Europe with the aid of foreign powers.*” (1978, p. 104). Segundo Böhme: “*(...) Bismarck very consciously made Prussia’s tariff system a lever of Prussian foreign policy. Prussian foreign policy and Prussian commercial policy were inextricably interwoven in the struggle for supremacy in central Europe. Hence, the free trade system in the Zollverein meant the establishment of Prussia’s supremacy in Germany and of Prussia as a great power.*” (1968, p. 118)

Para Bismarck, ainda era necessário completar o processo de exclusão da Áustria da Confederação Germânica e desfazer as relações ainda existentes entre aquela e o *Zollverein*. Para tanto, em abril de 1865, a Prússia assina, individualmente, um acordo com a Áustria, contendo não mais que a garantia de tratamento de “nação mais favorecida”. (ASHLEY, 1904, p. 76).

Assim, os acordos do *Zollverein* são renovados e a Áustria, excluída, recebe o mesmo tratamento de outros países: “(...) *treaties similar to the one with Austria were made with Belgium, Great Britain (including her colonial possessions), and Italy, and the treaty with France, so long under discussion, at least came into force.*” (Ibid., p. 77).

Seguindo as conclusões de Vieira sobre a formação do Estado-economia nacional alemão, vê-se que: (i) o conflito austro-prussiano foi fundamental para a afirmação da “Alemanha sem a Áustria”, sendo que a autora considera o Estado alemão, unificado em 1871, como “sub-produto” desta disputa¹²⁶; (ii) A “coerência interna”¹²⁷ do espaço alemão, em termos braudelianos, está associada à cuidadosa “costura política”, por parte da Prússia, durante o período da Confederação, que tem seu auge na formação do *Zollverein*.¹²⁸

3.2 – As Convenções Monetárias e as moedas

But it was also the century of consolidation, and to some extent standardization of currency conditions.

Carl Ludwig Holtfrerich
(Frankfurt as a Financial Center)

¹²⁶ “Foi desta forma, portanto, como uma espécie de sub-produto da disputa entre a Áustria e a Prússia, que se delimitou um espaço interno “economicamente coerente” na Europa Central, já relativamente estabelecido em 1866.” (VIEIRA, 2006, p. 111)

¹²⁷ Assim, às vésperas das guerras de unificação, identifica-se o seguinte cenário: “De qualquer forma, a ‘divisão de trabalho’ tradicional em espaços ‘economicamente coerentes’, que consiste na troca livre entre regiões manufatureiras e agrícolas, e que necessita que ambas acompanhem o ritmo de desenvolvimento econômico, foi gerada, no território do *Zollverein*, como sub-produto da política comercial da Prússia. Sua “resposta” à disputa política no interior da Confederação acabou levando à “internalização” de espaços que podiam estabelecer aquele tipo de sinergia. (Ibid., p. 112)

¹²⁸ “A ‘coerência interna’ foi, portanto, ‘forçada’ ou ‘costurada’ por esta política, na medida em que, por um lado, as regiões tradicionalmente manufatureiras podiam se servir livremente do mercado ‘interno’ como consumidor de seus produtos relativamente ‘protegidas’ da concorrência externa; e, ao mesmo tempo, utilizar-se dos canais comerciais tradicionais do Continente como meio de exportação, especialmente para suas porções orientais; e que, por outro lado, as regiões tradicionalmente agrícolas podiam tanto ‘alimentar’ o setor manufatureiro com suas matérias primas ou bens primários em geral, como continuar lucrando com o comércio de exportação de grãos, ainda que gradativamente menos.” (Ibid., 111)

No período da Confederação Germânica, sobretudo após a entrada em vigor da União Aduaneira, a dinâmica monetária pode ser observada por meio das convenções que vão sendo acordadas ao longo dos anos. A idéia, aqui, é verificar em que medida estas convenções refletem o cenário político alemão, incluindo as relações políticas e monetárias com a Áustria.

3.2.1 – Dos acordos do Zollverein à Viena e as principais linhas da configuração político-monetária da Confederação

No arranjo político da Confederação, as unidades político-territoriais eram soberanas, detendo, portanto, o monopólio sobre a cunhagem da moeda. Segundo Vanssay:

Each state minted its own coins, with its own denominations, purity and weights. (...) This monopoly on coinage allowed states to charge a fee (“coinage fee” or seignorage) which represented an important share of their fiscal revenues. (1999, p. 13)

No entanto, as moedas na Confederação Germânica, como no período do Sacro Império, apresentavam-se sob grande variedade e confusão. Havia moedas emitidas por diferentes Estados-membros, com diferentes denominações (*thaler*, florim, *kreutzer*, *shilling*, ducado), e, mesmo sob o mesmo nome, circulavam moedas com valores nominais diferentes. Ainda, havia moedas estrangeiras circulando, como as moedas francesa, britânica, russa e dinamarquesa.

As tentativas de regulação monetária do período se dão por meio de acordos e convenções. O primeiro documento que versava sobre moeda foi um dos artigos dos acordos originais do *Zollverein*. Estava previsto no artigo 14 dos acordos, que os membros da União Aduaneira deveriam tomar medidas, em futuro próximo, no sentido de padronizar seus sistemas monetários: *“The Customs Union treaties included a declaration of intent to the effect that member-states would work towards an uniform system of coinage.”* (HOLTFRERICH, 1999, p. 136).

Segundo Kitchen (1978), na entrada em vigor da União Aduaneira: *“The Zollverein countries agreed on fixed exchange rates for their currencies, and a new south German florin was created”* (p. 43). As obrigações financeiras deveriam ser pagas em *thalers* prussianos ou nos novos florins, ambas as moedas denominadas em prata. Nesta negociação, o florim austríaco ficou fora do sistema. Ainda segundo Kitchen, a rivalidade

monetária entre o *thaler* e o florim, teria início apenas algum tempo depois, sendo inclusive um importante fator nas guerras de unificação.

A figura 4 mostra, de forma esquemática, as principais regiões monetárias da Confederação, à época da formação do *Zollverein*. O mapa foi elaborado com base no mapa anterior (figura 3), sobrepondo a este uma delimitação representativa dos principais sistemas monetários e suas zonas de validade, imediatamente após a formação da União Aduaneira. Nota-se que o norte compreende o sistema do *thaler*, enquanto no sul há dois sistemas-florim, o florim do sul e o florim austríaco.

Na região da “União Fiscal”, sobretudo Hanover, havia grande penetração de moedas estrangeiras, sobretudo inglesa, devido às relações políticas que ambos guardavam, e pelo fato desta região constituir tanto a porta de entrada para exportações inglesas e holandesas, ou seja, era um região de grande interesse para os ingleses e flamengos; como deter as grandes praças financeiras internacionais do território alemão. Já a região oeste, estendendo-se até Frankfurt, tinha laços importantes com a França, havendo forte penetração da moeda francesa, sobretudo Luxemburgo, que se encontrava, inclusive fora dos principais sistemas monetários vigentes.

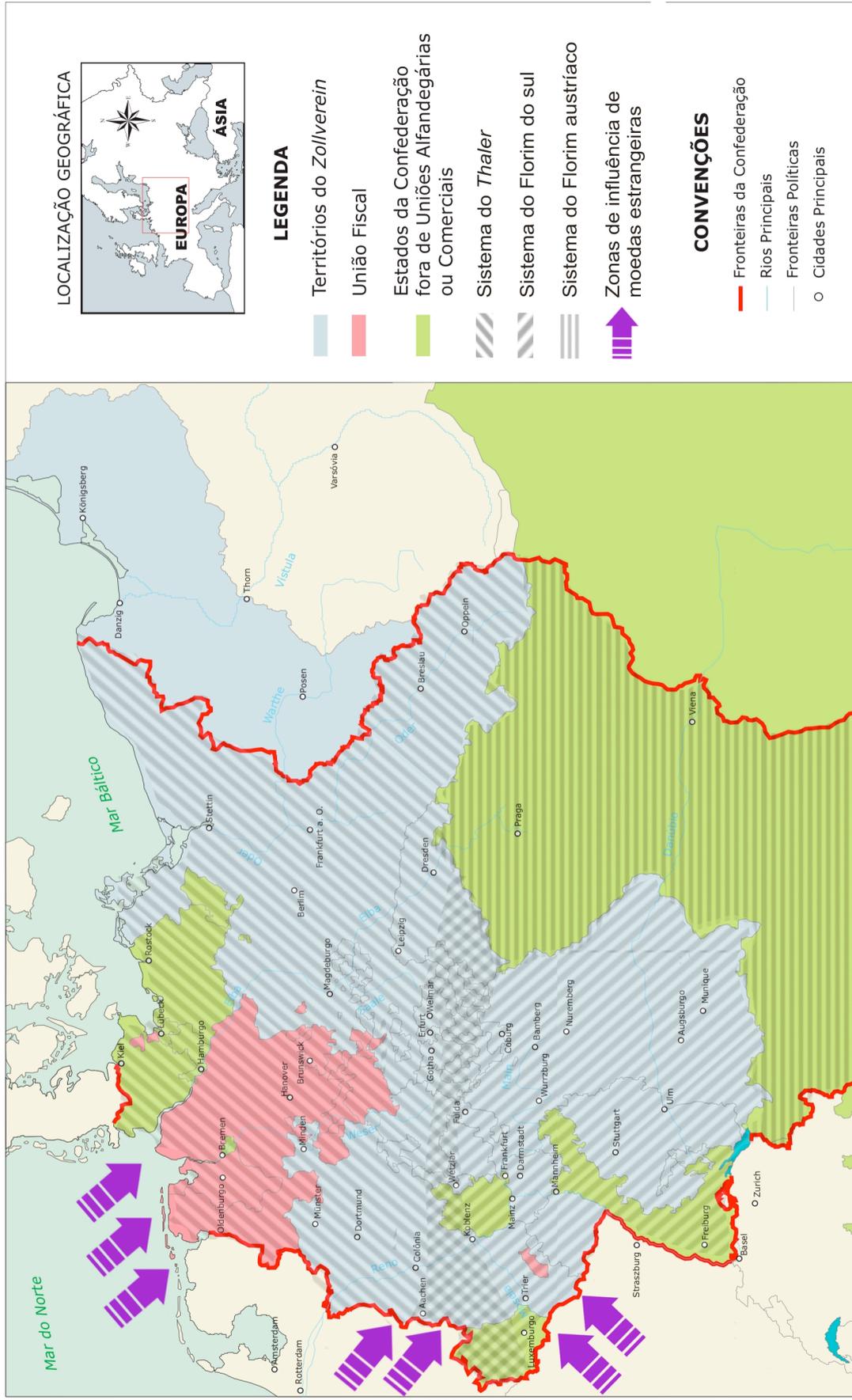


FIGURA 4 - Principais sistemas monetários da Confederação Germânica (1815-1866)

Fonte: elaboração própria com base em VIEIRA (2006)

O território alemão vivia uma situação de caos monetário e bancário. Em 1838, no Segundo Congresso Geral do *Zollverein*, teve lugar a Convenção Monetária de Dresden que tentou lançar bases para a simplificação da cunhagem, estabelecendo uma relação entre os três principais padrões monetários da Confederação. Os Estados signatários¹²⁹ adotaram *thaler* prussiano (cunhado a 1/14 do marco de Colônia) ou o florim (1/21 do marco de Colônia). A partir desta convenção, o *thaler* e o florim tornaram-se sistemas rivais, pois foram definidas áreas de curso forçado para as duas moedas.

The Dresden Convention in effect established permanently fixed exchange rates between the two currencies areas of the Zollverein and specified rules for the money supply in subjecting each participating state to the mechanism of the silver standard. (HOLTFRERICH, 1989, p. 222)

A partir de primeiro de janeiro de 1841, as áreas em que cada moeda teria curso forçado foram definidas e as regras deveriam começar a valer:

From 1st January, 1841, the taler above defined was to be the sole legal-tender money of the Prussian States, Saxe-Royal, Electoral Hesse, Saxony, Saxe Altenburg, Duchy of Saxe-Coburg and Gotha, Schwartzburg-Rudolstadt, Schwartzburg-Sonderhausen and the Reuss States. The florin was to be the sole full legal tender money of Bavária, Wurtemberg, Baden, Ducal Hesse, Saxe-Meiningen, Ducal Saxe-Coburg and Gotha, Nassau, Principality of Schwartzburg-Rudolstadt, and Frankfort. (DEL MAR, 2000, p. 359)

Em 1841, esta convenção foi ratificada pelo Tratado de Berlim: “*The coinage laws above established were ratified by the Treaty of Berlin, on March 8th, 1841. Coins fabricated agreeably to these provisions were declared legal-tenders of the Union.*” (Ibid., p. 360).

Em 1842, houve uma tentativa de estabelecimento de uma moeda única para o *Zollverein*, o *Vereinmünze*, que fracassou: “*(...) a new coin of 2 thalers or 3,5 florins, was to be strucked, 7 to the mark fine, which should be legal in all the States of the Zollverein.*” (DEL MAR, 2000, p. 360). Assim, em meados do século XIX, a situação monetária havia avançado, mas ainda estava muito longe da unificação:

Not only did the two currency areas exist within the Zollverein, in wich one Zollverein state, namely Luxemburg, did not participate. But there were also a number of city and

¹²⁹ “*Bavaria, Saxony, Hanover, Wurtemberg, Baden, Electoral Hesse, Ducal Hesse, Ducal Saxony, Oldenburg, Saxe-Meiningen, Saxe-Coburg Gotha, Saxe-Anhalt-Bemburg, Schwartzburg-Sondenhausen, Schwartzburg-Rudolstadt, Waldeck, Pymont, the Reusses, the Lippes, Landgraviate Hesse and the City of Frankfurt.*” (DEL MAR, 1895, citado em CHOWN, 1996, p. 83).

territorial states within the German Federation, but outside Zollverein, like Hamburg, Bremen, Lübeck and Schleswig-Holstein in the Northern part of Germany and Austria and Liechtenstein in the Southern part. Whereas Bremen was on the gold standard, four other silver coin systems existed in Germany around 1850 besides the two that were regulated by the Dresden Convention. This diversity was multiplied by the fact that each coinage system was subdivided into small-change coins in up to five different ways. (HOLTFRERICH, 1989, p. 222)

A Convenção Monetária de Viena¹³⁰, de 1857, reuniu os sistemas rivais da Prússia e da Áustria: “*The Convention thaler was made equal to 1.5 florins Austrian or 1.75 florins (gulden) South German.*” (CHOWN, 1996, p. 83).

A partir desta convenção, o *thaler* ganhou preeminência, com *status* legal no território do *Zollverein*, e uma nova moeda foi definida, o *Vereinsthaler*, ou *thaler* da União.¹³¹ A primazia da prata como base monetária da União foi confirmada, rejeitando a sugestão da Áustria de mudança para o padrão ouro, especialmente em função da grande desvalorização do florim austríaco em relação ao *thaler*:

The Vienna Convention conferred the right of coinage as to full legal tender silver, and as to gold coins to private individuals — gold coins were forbidden to be made legal tender in any of the states. The silver coins were to be legal tender coins in all the states in the appropriate ratios. Austria could continue to strike ducats until the end of 1865. (Ibid., p. 83)

Assim, nesta convenção, a Áustria foi incluída. Na verdade, a convenção refletiu o interesse da Áustria de integrar o *Zollverein*, o que de fato nunca aconteceu. O acordo estabelecido ficou conhecido como *Deutsche Münzverein*.

Não houve, no entanto, consenso quanto à adoção de uma moeda única no interior da Confederação e apenas uma nova padronização monetária¹³² foi acordada. Mas a convenção pode ser vista como um avanço em relação ao sistema de Dresden.¹³³

¹³⁰ Os Estados que não foram signatários da Convenção de Viena foram Mecklenburg-Schwerin e as cidades livres de Bremen, Hamburgo e Lübeck. (Willis 1896)

¹³¹ No artigo 8º da Convenção Monetária de Viena, tem-se: “*To this coins of the Union shall be accorded an unqualified legal-tender currency, just as to the native coin of each country, at their established value, throughout the entire territory of the contracting states, at all state, municipal and other public treasuries, as well in private business, and especially also in international trade.*” (p. 272)

¹³² Segundo Vieira (2006), sobre as reformas implementadas: “As três principais moedas circulantes no território deveriam ser padronizadas, doravante, pelo *pound* métrico (*Zollpfund*), com peso de 500 gramas, em substituição ao *marco* de Colônia. Um *pound* métrico de prata seria convertível a 30 *thalers*, ou 52,5 *florins*, ou 45 *florins* austríacos. Duas novas moedas de prata (o *Vereinsthaler* e o *Vereinsthaler* duplo) e duas novas de ouro (o *krone* e o meio *krone*) deveriam ser emitidas tanto no interior do *Zollverein* e nos domínios

A questão da cunhagem não estava, portanto, solucionada. O uso de notas bancárias cresceu com o boom econômico a partir da metade do século e estas eram emitidas por bancos privados por meio de licenças obtidas pelos Estados germânicos. Havia uma grande e crescente quantidade de papel-moeda circulando paralelamente. Em 1851, havia nove bancos emissores, em 1857 já havia 29 e no início de 1871, havia 33 bancos, emitindo um montante em torno de 1,3 bilhões de marcos, o que representava aproximadamente 8% do produto interno bruto.

O projeto de criação do *Vereinsthaler* nunca evoluiu. A Áustria, por sua vez, enfrentaria uma grave crise financeira em 1858, especialmente agravada pela Guerra da Itália, em 1859.

Em junho de 1867, após a derrota na Guerra Austro-prussiana, Áustria foi forçada a abandonar a Convenção, desvalorizou sua moeda e adotou o padrão ouro. Algumas moedas emitidas pela Áustria, no entanto, continuaram tendo validade no território alemão¹³⁴.

* * *

Desta breve descrição das convenções monetárias, no âmbito da Confederação, podem ser apreendidas algumas informações importantes, no sentido de se buscar um certo paralelismo entre o cenário político e o movimento das moedas.

Em primeiro lugar, vêem-se as sucessivas falências em se adotar uma moeda única para todos os membros confederados. Primeiramente, os acordos originais do *Zollverein* previam uma padronização entre os sistemas monetários. A Convenção de Dresden buscou simplificar a cunhagem, especificando áreas de circulação mais precisa para os principais

Habsburgo. As demais moedas deveriam ser retiradas de circulação. Foram estabelecidos, finalmente, limites superiores de emissão monetária para cada região envolvida no acordo. (p. 115)

¹³³ “*The Viena Coinage Treaty not only linked Austria to the coinage systems of the Zollverein, but modernized and advanced the coinage system of Dresden Convention. (...) This [the new system] implied a slight depreciation (0.22%) of the two basic monetary units of the Zollverein, but left their exchange rate unchanged.*” (HOLTFREERICH, 1989, p. 223)

¹³⁴ “*The Thaler Vereinsmünze which Austria was allowed to mint until the end of 1867 retained its legal-tender status in Germany even beyond 1893, the year when it lost this status in Austria. Austrian silver Gulden were allowed to continue to circulate in Germany until 1874...*” (Ibid., p. 226)

sistemas monetários. O *Vereinthal*er foi a tentativa de criação de uma moeda única para a União Monetária Austro-germânica, acordada em 1857. O resultado foi apenas mais uma tentativa de padronização entre os sistemas, a moeda única não entrou em vigor.

Dentro da perspectiva teórica aqui adotada, o insucesso da implementação de uma moeda única no território fragmentado da Alemanha faz bastante sentido. Sem o respaldo de um poder central, prevalecem as capacidades políticas de cada unidade, notadamente, a capacidade de cunhar sua própria moeda. É este o cenário que se observa até a unificação política, e, como se verá, mesmo após a instauração do Segundo Reich, em 1871, algumas regiões importantes continuam emitindo suas próprias moedas, o que sinaliza o poder destas dentro do espaço da Alemanha.

Outro dado importante se refere à ampliação do escopo de atuação do *thaler* prussiano como moeda de referência. Na entrada em vigor da União Aduaneira, os escopos de atuação do *thaler*, do florim dos Estados do Sul e do florim austríaco estão relativamente definidos. Na Convenção de Dresden, busca-se uma melhor regulação entre os três sistemas. Já na Convenção de Viena, a Prússia sobrepõe-se à Áustria, em termos monetários, de duas maneiras: pelo ganho de preeminência do *thaler*, e pela rejeição da proposta austríaca de mudança para o padrão-ouro, com a associada afirmação do padrão-prata. Na tentativa fracassada criação de uma moeda comum¹³⁵ ao *Zollverein*, o *thaler* também acabou ampliando sua circulação:

Instead, the Prussian one-Thaler piece penetrated the coin circulation all over Germany and even gained acceptance in the Gulden states in the Southern Germany. The Prussian Thaler became the common coin for all practical purposes: the Zollverein coin [Vereinsmünze] functioned mainly as the symbol for efforts at interstate monetary unification. (HOLTFRERICH, 1989, p. 221)

Ainda: *“The ‘Union Coin’ possessed a certain symbolic significance for standardisation of the currency. (...) Instead, the ‘common coin’ that won general acceptance for everyday purposes was the Prussian taler. Sobre o impacto monetário na cidade de Frankfurt, que até o início do século XIX operava, majoritariamente, sob o padrão-florim: “In monetary terms, Berlin, as the capital city of Prussia thus assumed a position of total dominance*

over Frankfurt long before the city on the Main was incorporated into Prussia territorially in 1866.” (Ibid., p. 138).

De forma associada, tem-se a perda de força do florim dos Estados do sul e do florim austríaco, cujo evento mais marcante está na saída da Áustria da União Monetária, em 1867. Tal processo é condizente com o acirramento da rivalidade entre Áustria e Prússia e o movimento desta última em afastar a principal rival dos assuntos do *Zollverein*, notadamente, a partir do episódio da Humilhação de Ölmütz.

3.2.2 – O *Zollverein* e a acumulação de riqueza na Prússia

Apesar de a Prússia não ter logrado o estabelecimento de uma moeda única, em todo o território alemão, antes da unificação política, pode-se observar um movimento financeiro, associado às receitas do *Zollverein*, que elevou este Estado a uma posição central na dinâmica financeira do espaço alemão. Pode-se, inclusive, falar na formação de uma “dívida pública” que envolvia os membros da União Aduaneira, cuja administração centrava-se na Prússia.

Seguindo uma das principais conclusões de Vieira (2006), o século XIX marca uma nova dinâmica no espaço germânico. Tem-se, em inícios do século XIX, o “jogo das trocas” no território alemão sob controle, sobretudo, de estrangeiros como holandeses, franceses e ingleses. Dessa forma, tal jogo não apresentava correspondência com as unidades político-territoriais que haviam sido “recortadas” na região. Sobre estes “jogadores”:

Se estes possuíam alguma “origem”, no sentido de representação política, esta era antes inglesa, francesa e holandesa, e se possuíam um “domicílio”, este em geral era Hamburgo. Em outras palavras, o “jogo das trocas” não era desconhecido no continente, mas estava fortemente descolado das unidades de poder que então se desenvolviam. (VIEIRA, 2006, p. 68).

A “internalização” do “jogo das trocas” no espaço alemão, novidade do século XIX, fez com que as relações mercantis se aprofundassem entre as unidades confederadas. No entanto, devido às características do *Zollverein*, a Prússia acabou exercendo grande controle sobre esta “integração”, controle este, que tem uma notável contrapartida monetária e financeira. Isto porque, a partir de então, todos os Estados-membro deveriam pagar os tributos, operar na moeda e receber financiamentos do Estado Prussiano.

Assim, a Prússia dispunha de um importante volume financeiro, advindo das receitas do *Zollverein*. Como as receitas eram recolhidas e distribuídas diferencialmente, os Estados podiam estabelecer relações de empréstimo entre si. Uma vez que a Prússia era o Estado mais poderoso e populoso, exercia papel central dentro desse fluxo financeiro “interno, circular e permanente”:

Ao “abrir mão” da parcela de receitas que seria a ela destinada em função de sua relativa preponderância populacional na União, a Prússia criava, na prática, uma espécie de “dívida pública” de seu Estado com relação aos demais membros da União. (Ibid., p. 113)

Esta capacidade de “criar uma dívida” dos outros Estados, gerou conseqüência importantes em termos monetários. A moeda prussiana passou a ser demandada por todos os outros Estados, como contrapartida dos empréstimos que eram realizados. Assim, além de expandir seu espaço de tributação e ampliar o escopo de seu *thaler* por meio dos acordos comerciais, a Prússia ainda garantiu a geração de mais “refluxos” sobre sua moeda, por meio desse fluxo financeiro, transformando-se, gradativamente, no principal agente financeiro do *Zollverein*.

A associação das dinâmicas monetárias advindas de tributação, acordos comerciais e “dívida pública”, dotaram a moeda prussiana de grande poder no interior da Confederação, o que está em direta associação à evolução do quadro político da mesma.

Outro processo ligado à criação da dívida pública, de caráter mais financeiro, é a questão da “nacionalização” das finanças. Esta questão relaciona-se à mudança dos principais agentes que operavam as finanças dos Estados, no âmbito do *Zollverein*, que está inserida num processo mais amplo, a já mencionada “internalização” do “jogo das trocas”:

Em 1818, quando a Prússia inicia o expediente de multiplicação de sua dívida pública, são os Rothschild, estabelecidos em Frankfurt, que agenciam o empréstimo, levantado no mercado de Londres. A partir da década de 1840, porém, serão os bancos criados sob a tutela do setor “público” que passarão a agir como intermediários daqueles negócios. Em uma palavra, as finanças do território do *Zollverein* foram “nacionalizadas”. (Ibid., p. 114)

Um grande avanço, neste sentido, foi a fundação, em 1846 do Banco da Prússia, a partir da transformação do Banco Real de Berlim. Foi criado como instituição semi-privada, sob controle público, para emissão de moeda. É um passo importante no que Braga chama de “centralização pró-capitalismo” (1999, p.197). Em 1856, este banco passou por uma

reorganização, quando foram abolidas todas as limitações de emissão de moeda e proibido o uso de moedas bancárias estrangeiras no território prussiano.

Neste processo de “nacionalização financeira”, Berlim consolida-se como centro financeiro do território, sobretudo, após a anexação de Frankfurt pelas tropas prussianas em 1866, inclusive com imposição à cidade de uma indenização por ter-se colocado ao lado da Áustria durante a Guerra Austro-Prussiana. Àquela altura, no entanto, segundo Stürmer (2001), Frankfurt já havia ficado para trás no novo mundo dos grandes negócios, com as companhias e bancos no formato de *joint-stocks*¹³⁶.

O primeiro desses bancos foi o *Darmstädter Bank*, fundado por um consórcio internacional, em 1853, liderado por Sal Oppenheim Jr & Cia de Colônia. Stürmer comenta o deslocamento desse banco, e outros, para Berlim, à sombra do poder prussiano: “*It soon gravitated to Berlin, to be close to the seat of power and industry, as did the Disconto Gesellschaft, the Dresdner Bank, the Commerzbank, and many others, while the Deutsche Bank began there.*” (2001, p. 48).¹³⁷

3.3 – As Guerras de Unificação e a nova moeda do Segundo Império

*And the moral of that is – The more there is
of mine, the less there is of yours.*

Lewis Carroll
(Alice’s Aventures in Wonderland)

Nesta seção, serão tratadas as Guerras de Unificação da Alemanha, buscando levantar seus aspectos e conseqüências em termos monetários e as principais medidas tomadas após a fundação do Segundo Reich, no sentido da criação e sustentação da moeda única.

¹³⁶ Henderson (1975) localiza a formação de bancos no formato de *joint-stocks* no quadro de uma “Revolução Bancária”, que tem início com a reorganização do *Schaaffhausen Bank*, de Colônia, em 1848. A Revolução se refere à instalação de um novo tipo de organização bancária que tinha como prioridade créditos de longo prazo para a indústria. O autor identifica que esse tipo de organização bancária tem origem na França, com as atividades do *Crédit Immobilier*, sendo que, um dos acionistas do banco francês era Abraham Oppenheim (filho de Salomon Oppenheim, da Sal Oppenheim & Companhia de Colônia), que viria a fundar o *Darmstädter Bank*, em 1853.

¹³⁷ Ressalta-se que a literatura marxista imperialista tratou desse processo de financeirização, mas com base na idéia de um novo tipo de capitalismo, o financeiro. Na nova fase o capital financeiro seria fruto de um amálgama entre capital industrial e capital bancário. Ver Hilferding (1970).

O período de 1815 a 1914 é conhecido pela quase ausência de guerras entre as grandes potências, em território europeu, sendo conhecido por *Pax Britânica*. O cenário europeu começa a mudar a partir de 1853, com a Guerra da Criméia, sinalizando o esgotamento do “equilíbrio” europeu. Dois novos Estados emergem da conturbada década de 1860, a Alemanha e a Itália. Os dois Estados considerados, no cenário europeu, como tardiamente unificados.

3.3.1 – Dinamarca, Áustria e França

Na década de 1860, sobretudo após a assinatura do tratado com a França, de 1862, era notório o papel da Prússia no contexto das grandes potências européias. A economia prussiana estava em plena expansão, após rápida recuperação de uma crise econômica que atingira diversos países europeus entre 1858 e 1861. Nas palavras de Kitchen: “*Prussia was now making a bid to become a great economic power that would stand beside England and France.*” (1978, p. 113). O mesmo autor afirma que: “*The consciousness that Prussia had reached a turning-point in its economic development is part of the reason for the extraordinary virulence and aggressiveness of Bismarck’s policy.*” (Ibid., p. 113).¹³⁸

Em 1864, tem início a Guerra da Dinamarca¹³⁹, considerada a primeira das Guerras de Unificação da Alemanha. A questão dinamarquesa referia-se, sobretudo, ao território de Schleswig-Holstein, que constituíam dois ducados, sob domínio do rei da Dinamarca. A guerra foi travada em 1864, entre a Dinamarca e o Reino da Prússia, aliado ao Império Austríaco. A Prússia e Áustria coligadas conquistaram os ducados, dividindo o domínio dos mesmos.

O Schleswig era um ducado soberano, cuja maioria da população era dinamarquesa, O ducado era vinculado à coroa da Dinamarca por união pessoal e também por laços feudais. O Holstein era um ducado soberano, de maioria alemã, que integrara o Sacro Império e a Confederação Germânica, mas era ligado à Dinamarca por uma união pessoal desde o século XV. Dessa forma, o rei da Dinamarca era o duque do Schleswig e do Holstein, e os

¹³⁸ Kitchen ainda cita Georg Von Siemens, que viria a ser o diretor do *Deutsch Bank*, para ilustrar essa “conscientização” de que a Prússia havia atingido um ponto decisivo: “*Prussia would only be able to stand beside the industrial giants of the Zollverein and Prussia were to become one, and if Prussia were to annex the Schleswig-Holstein. Otherwise Prussia would only sink to the level of a colony, like Portugal, Turkey or Jamaica.*” (1978, p. 113)

¹³⁹ Também conhecida como Guerra dos Ducados do Elba.

territórios eram governados pelos dinamarqueses. Os dois ducados não poderiam ser separados, devido a um tratado acordado em 1460.

Com a morte do rei Frederico VII, sem herdeiros, em 1863, foi criado, para os dinamarqueses, o problema de como manter o seu controle sobre o Schleswig-Holstein, que era cobiçado pelos alemães.

Em 1852, as grandes potências européias, com vistas a conter a Prússia, pressionaram-na a aceitar os termos de uma convenção acordada, em 1850, pela qual Reino Unido, França, Rússia e Noruega-Suécia afirmavam a integridade da Dinamarca, que recebia de volta o Schleswig-Holstein. Ainda, por um protocolo adicional de 1852 a Dinamarca comprometia-se a não criar com o Schleswig laços mais estreitos do que os deste com o Holstein. No entanto, o rei dinamarquês Cristiano XI assinou, em novembro de 1853, uma nova constituição conjunta com o Schleswig. Tal constituição contrariava o disposto no mencionado protocolo de 1852 e tornou-se o pretexto a guerra contra a Dinamarca.

Os dinamarqueses, incapazes de defender a fronteira dos ducados, recuaram. As tropas austro-prussianas continuaram avançando até a capitulação dinamarquesa. A Prússia assumiu a administração Schleswig e a Áustria do Holstein.

A importância deste território está associada, sobretudo, à saída para os Mares Báltico e do Norte e aos interesses de investimento na região: *“The de facto annexation of Schleswig and Holstein offered an attractive field for investment and expansion, and served to bring a number of industrialists and bankers over to Bismarck’s side.”* (Ibid., p. 115). Kitchen comenta, ainda, sobre os interesses nos mares, que alguns banqueiros formaram um comitê *“to urge the construction of a canal from the North Sea to the Baltic and the development of Kiel as a naval base.”* (Ibid., p. 115).

A associação com a Áustria, nesta guerra, justificava-se pelos interesses da Prússia em mantê-la como aliada em outras frentes de conflito no contexto europeu. Assim mesmo travando uma batalha no campo comercial-alfandegário, houve cooperação entre as duas potências:

Bismarck thus determined to continue along the traditional lines of Prussian trade policy of excluding Austria from the Zollverein, but at the same time offering to co-operate politically with Austria against the dangers of Revolution in Poland, upheaval in Schleswig, and even against the challenges to the social order at home. (Ibid., p. 114)

A escalada de tensões, no entanto, não cessou e levou à Guerra Austro-Prussiana de 1866, da qual a Prússia saiu vitoriosa. A maioria dos Estados alemães uniu-se à Áustria, contra a Prússia. Dentre estes estavam a Saxônia, Bavária, Baden, Württemberg, Hanover, Hesse-Kassel, Hesse-Darmstadt e Nassau. Houve também Estados setentrionais que se juntaram à Prússia, particularmente Oldenburg, Mecklenburg-Schwerin, Mecklenburg-Strelitz, e Brunswick. A Itália também se aliou à Prússia, por seus interesses na região do Vêneto.

Em agosto de 1866 foi assinado o Tratado de Praga, que determinou a dissolução da Confederação Germânica, a anexação de Schleswig-Holstein, Hanover, Hesse-Kassel, Nassau e Frankfurt¹⁴⁰ à Prússia e a exclusão da Áustria dos assuntos alemães. Após a vitória, a Prússia estabeleceu a Confederação da Alemanha do Norte, no formato de um Estado Federativo. Outra consequência importante é a exclusão da Áustria da União de Cunhagem.

Sobre a nova configuração territorial, afirma Kitchen: *“The reorganisation of northern Germany after the defeat of Austria enabled Prussia to have continuous territory from the Memel to the Rhine.”* (Ibid., p. 118). Sobre o significado político da constituição da Conferência da Alemanha do Norte, adiciona: *“...with the creation of a federal state, the North German Confederation, which gave Prussia control of all Germany North of the river Main.”* (Ibid., 118).

Ainda, os Estados do Sul estavam ligados à Prússia por meio de alianças militares e econômicas e o arranjo da nova organização política fora pensado com o objetivo de atrair os Estados do sul, o que, de fato, ocorreu: *“One by one, the southern German states, out of a mixture of economic, military and political motives, began negotiations with Prussia.”* (Ibid., p. 118).

Com estes novos acordos, o governo prussiano viu uma oportunidade de revisar os acordos do *Zollverein* no sentido da criação de um parlamento alfandegário (*Zollparlament*), que

¹⁴⁰ Para um tratamento detalhado da anexação de Frankfurt, em 1866, ver Sterne (1958).

seria responsável por todas as questões alfandegárias e de tratados comerciais. O órgão seria eleito por sufrágio universal, mas contando com mecanismos que assegurassem seu controle à Prússia.¹⁴¹

O sucesso dos acordos militares com os Estados do sul fez com que a França visse com mais reservas a formação do *Zollparlament*: “*France did not wanted to see a united ‘small’ Germany, and knew full well that the tariff policy was a mean that Bismarck was using to achieve this aim.*” (Ibid., p. 119). Em junho de 1867, os Estados do sul cedem à proposta prussiana e o *Zollparlament* é formado. Este deveria ser eleito por sufrágio universal e sua presidência caberia à Prússia.

As eleições em 1868, no entanto, não saíram de acordo com os planos prussianos. A maioria eleita para o *Zollparlament* era anti-prussiana. Assim, as eleições, sobretudo no sul, mostraram o quão forte era a oposição¹⁴² aos planos de Bismarck, apesar da grande força econômica da Prússia. Dessa forma, vê-se que, já em 1868, o destino alemão ainda não estava completamente selado.¹⁴³

Mesmo nesse contexto político, os principais acordos comerciais, com a Áustria e com a França, e outros no além-mar, foram aprovados no *Zollparlament*. No entanto, apesar destas conquistas no âmbito econômico, “*political unity seemed as far away as ever*” (Ibid., p. 121).¹⁴⁴

A partir de então, os eventos desenrolaram-se rapidamente e foram habilmente manipulados por Bismarck. O caminho rumo à guerra contra a França tem início com uma questão sucessória. A Espanha estava sem rei desde 1868 e ofereceu a coroa ao príncipe

¹⁴¹ “*A Prussian president and the right of veto would ensure that the new Zollparlament would be compliant to Prussia’s wishes, and would, hopefully, be the stage towards the creation of an all-German Parliament, also under Prussian domination, that would complet the task of the unification of Germany, excluding Austria.*” (KITCHEN, 1978, p. 118)

¹⁴² “*Anti-Prussianism in the south was political rather than economic. Catholic clericals, particularists, pro-Austrian ‘Great Germans’ and democrats who called for a boycott of the elections proved to have far great popular support than the businessmen and industrialists who supported any move towards the creation of an economic united Germany.*” (Ibid., p. 120)

¹⁴³ Kitchen resume a situação: “*The economic strenght of Prussia and the attractions of the Zollverein did not lead automatically to German unity, even though this factors were of considerable importance in helping Bismarck to achieve the foundation of the Reich.*” (Ibid., p. 121)

¹⁴⁴ Kitchen completa: “*Economic interest and political passion seemed to be puling in opposite directions, and Bismarck’s hope that political would follow meekly behind the economic proved to be illusory. Indeed, the anti-Prussians turned the economic weapons of the Zollparlamet against Prussia.*” (Ibid., p. 121)

Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, parente do rei da Prússia. A oferta foi vista como inaceitável pela Europa, temerosa da expansão prussiana, especialmente pra a França. Sobre tal episódio, comenta Kitchen: *“The story is familiar how the crisis over the Hohenzollern candidature for the Spanish crown was used by Bismarck to provoke France into declaring war and to make Prussia seem an innocent victim.”* (Ibid., p. 122).

A França impunha obstáculos à integração dos Estados do sul da Alemanha, na formação de um novo país dominado pela Prússia. Bismarck sabia também que, em caso de um ataque francês, teria o apoio dos estados alemães do sul.

A questão da sucessão espanhola é, então, resolvida. Napoleão III, temendo a expansão prussiana, protestou e exigiu do rei da Prússia a renúncia do príncipe Leopoldo, que desistiu de disputar o trono espanhol. No entanto, Napoleão III ainda exigiu novas garantias de que jamais um membro da família Hohenzollern ocuparia o trono espanhol. Assim, tem início a escalada de tensões que leva ao conflito armado em 1870: *“Blood and iron was at least to achieve what resolutions and majority votes on tariffs and trade governments could never do.”* (Ibid., p. 122).

Com a guerra e a rápida vitória da Prússia, esta consegue finalmente dismantelar o que restava de focos de resistência dos Estados do Sul. O Segundo Reich alemão é proclamado em janeiro de 1871. A guerra tem fim com a assinatura do Tratado de Frankfurt, em maio do mesmo ano.

Pelo tratado, a província francesa da Alsácia, e também parte da Lorena, passariam para o domínio do Império Alemão. Ainda, a França foi obrigada a pagar uma indenização de guerra e a financiar os custos da ocupação das províncias do norte pelas tropas alemãs.¹⁴⁵ Guilherme I da Prússia foi proclamado imperador da Alemanha em Versalhes, o antigo palácio dos reis da França, o que representou a grande vitória dos planos de Bismarck. Kitchen comenta este triunfo final do conflito armado sobre os anos de diplomacia e negociação de tratados:

¹⁴⁵ Kindleberger comenta o resultado da guerra: *“With the victory of Prussia over France in 1871 the unification of Germany – ex Austria which had been a challenger of Prussia for leadership in the greater Germany until its 1866 defeat by Prussia – was complete, even enlarged by the acquisition of Alsace and Lorraine.”* (1996, p. 151)

The economic interest that had played such an important part in preparing the ground for unification of Germany now seemed to be eclipsed by the military and the conservatives. Almost half of the members of the German Reichstag were aristocrats. (Ibid., p. 122)

Este é o famoso processo que tantos “apelidos”¹⁴⁶ recebeu, por autores de diversas linhas, na tentativa de elucidar a peculiaridade germânica em promover a unificação sobre as bases da aristocracia feudal e conservadora¹⁴⁷, os Junkers da porção “polonesa” da Prússia. Ao fim, o que chama a atenção é a solução final centrada na Prússia, em detrimento de outras regiões mais dinâmicas ou mesmo de uma solução que refletisse a integração a partir do *Zollverein*.

3.3.2 – O Deutsche Mark e o Reichsbank

Segundo James (1999), entre 1860 e 1870: “(...) *discussion of German monetary reform took place in the context of the drive to political union; but also in a broader setting of a new level of integration in a global economy.*” (1999, p. 3).

Um marco importante, neste sentido, foi a formação da Confederação da Alemanha do Norte (1867) que resultou no deslocamento da soberania monetária dos Estados-membro para a Confederação (PIERENKEMPER & TILLY, 2004, p. 37). Com a nova Confederação, a emissão de moedas bancárias era agora responsabilidade e exclusividade do Banco da Prússia. (VIEIRA, 2006, p. 115).

Entre as anexações promovidas pela Prússia – conforme se desenrolavam os resultados das guerras – e a unificação, os Estados e cidades livres buscaram autonomia monetária frente à Prússia, sobretudo no sentido de resguardar as instituições monetárias e financeiras próprias. Holtfrerich comenta o caso de Frankfurt, que foi anexada pela Prússia em 1866: “*For example, Frankfurt was allowed to keep its gulden-based accounting procedures and was not required to switch to accounting in taler, the Prussian currency.*” (1999, p.185).

¹⁴⁶ Para citar alguns exemplos, tem-se: “via prussiana”, “revolução pelo alto”, “aliança entre o centeio e o ferro”. Tais denominações buscam ilustrar a modalidade de transformação operada na Alemanha, sobretudo após o episódio da tentativa de unificação política, a partir do Parlamento de Frankfurt (1848), que caracterizou a tentativa de modernização pelas mãos das regiões e das classes consideradas mais progressistas. O fracasso do Parlamento abriu os “*Conservative Fifties*” (Hamerow, 1966), sob comando da Prússia e da nova Constituição prussiana de 1850. Segundo Namier: “*The year of 1848 proved in Germany that union could not be achieved through discussion and by agreement, that it could only be achieved by force; that there were not sufficient revolutionary forces in Germany to impose it from below; and that therefore, if it was to be, it had to be imposed by the Prussian army.*” (1968, p. 86)

¹⁴⁷ Ver Gerschenkron (1989).

Helleiner atenta para o fato de que a unificação monetária não era um consenso mesmo entre as elites, pois algumas autoridades “subnacionais” extraíam ganhos da heterogeneidade monetária.

In Germany, considerable opposition to the centralization of the coinage and note issue in the 1870s steemed from the old feudal elite and subnational authorities who often relied heavily on seigniorage revenue. Not all subnational authorities even shared the desire to standardize the national currency as a means of increasing the efficiency of governments operations. (2003a, p. 99)

Havia ainda, partidários de que a unificação monetária se desse em detrimento de qualquer moeda já existente. Walter Bagehot, um inglês e proeminente especialista em moeda afirmava: “*Germany has a currency to choose; none of her many currencies which have descended from her divided states are fit to be her exclusive currency, now that she is one.*” (citado em JAMES, 1999, p. 5).

A moeda do império unificado foi criada a partir do *thaler* prussiano: “*The Prussian taler, renamed the mark, was made the empire's monetary unit of account.*” (KINDLEBERGER, 1996, 151). Vieira também afirma, sobre o novo sistema monetário imperial, “o *thaler* tornou-se sua moeda oficial, com o nome de *marco*.” (2006, p. 117).

O sistema de cunhagem adotado em 1871 foi, portanto, centrado na Prússia:

The coinage system adopted after 1871 was a Prussian-centered reform which corresponded better to the actual distribution of political power in the new Prusso-centric Empire. (JAMES, 1999: 5)

Holtfrerich também identifica a solução prussiana quanto à definição da questão monetária, à despeito de que um ícone da unificação como Friedrich List defendesse uma via baseada no *Zollverein*, ainda que centrada em Berlim:

Friedrich List promoted the idea of a central-issuing bank for the Zollverein with headquarters in Berlin in his journal Zollvereinsblatt in 1845. The Prussian government reacted to strong pressure from business circles and from out-of-state competition in note-bank creation and opted for the particularist state-oriented solution instead of for a centralized Zollverein solution. (HOLTFRERICH, 1989, p. 216)

Ainda de acordo com James, duas legislações importantes foram a Proclamação de 4 de dezembro de 1871 (“*Statute governing the minting of imperial gold coins*”), sobre a

cunhagem das moedas de ouro do Império, que introduziu o marco com subdivisões decimais; e o Ato de Cunhagem de julho de 1873, que avançou o processo de reforma, estipulando que a moeda imperial deveria substituir as moedas locais.¹⁴⁸ Sobre a unidade de conta básica, o marco:

The basic unit of account would be the Mark, worth one tenth of the “Reich Gold Coin”, and valued as M 1,395 for a pound of gold. The Thaler of the Prussian North was given a conveniently round figure of M 3, while the southern Gulden was valued at the arithmetically complicated level of M 1,71. (JAMES, 1999, p. 6)

Os *thaler* em prata continuaram sendo emitidos até 1907: “(...) *the old silver 1-taler piece had finally been stripped of their legal-tender status on 1 October 1907 and withdrawn by national and state treasuries, leaving the silver coins in circulation only as low-value change.*” (HOLTFRERICH, 1999, p. 184).

Com a fundação do Império, as regras foram estendidas aos estados do sul. Segundo Helleiner, “*In Germany (...), political unification in 1871 was followed quickly by the consolidation of a single monetary standard and coinage.*” (2004, p. 32). A Alemanha unificada havia submetido os Estados do sul e, ao mesmo tempo, despontava como potência européia, segundo Braga, em acordo com Helleiner, “A essa aceleração do crescimento do poderio político alemão segue-se a consolidação econômica nacional no plano monetário.” (1999, p. 198).

As reformas monetárias ditadas a partir da Prússia não foram recebidas sem reação, sobretudo pelos banqueiros situados em Frankfurt, Hamburgo, Bremen e Hanover, que viriam a perder por terem sua autonomia monetário-financeira minada. Alguns banqueiros bastante influentes como Heinrich Phillip Petsch-Goll e Baron von Rothschild encaminharam à Câmara de Comércio de Frankfurt documentos que expressavam seu descontentamento em relação às propostas do norte. Salienta-se, ainda, que a Câmara de Comércio de Frankfurt defendia a unificação monetária baseada no franco, notadamente à

¹⁴⁸ Seguindo as diretrizes desta lei, moedas dos estados individuais foram banidas da circulação por decretos outorgados entre 1873 e 1876. No lugar daquelas foi introduzida a moeda nacional unificada.

moeda de prata de 5 francos, que era amplamente aceita para transações internacionais na Europa.¹⁴⁹

O órgão central da unificação monetária, o *Reichsbank*, foi criado em 1875, como banco privado sob administração pública¹⁵⁰, e entrou em funcionamento em 1876. O “Banco Imperial” foi criado a partir do já existente Banco da Prússia: “*Against the initial resistance of Prussia, the Reichsbank was established in 1875, taking over the Preußische Bank.*” (POHL & FREITAG, 1994, p. 329).

Seu papel como banco central, no entanto, era incompleto, pois outros bancos regionais como os bancos da Bavária, Saxônia e Württemberg continuaram emitindo moedas próprias. Ainda assim, há autores que defendem que o *Reichsbank* exercia papel de Banco Central no Império: “*Although it had no monopoly of banknote issue, the Reichsbank de facto became the central German bank of issue.*” (Ibid., p. 329).

A monopolização do direito de emissão *pelo Reichsbank* e a unificação completa da moeda sob o marco, ocorrem apenas às vésperas da Primeira Guerra Mundial. São justamente as unidades mais fortes da Confederação que, mesmo após a unificação, conseguem manter a capacidade de cunhagem de moedas próprias, sendo que, algumas eram em prata, em desacordo com o padrão ouro adotado pelo Segundo Reich. Os bancos emissores que resistiram até a monopolização total eram os bancos regionais da Saxônia, Baden, Bavária e Württemberg.

Goodhart cita um trecho de um panfleto de 1900, intitulado *The Reichsbank*, publicado no aniversário de 25 anos da instituição:

*The newly established German Empire found in the organisation of the coinage, paper money and bank-note systems, an urgent and difficult task. **Probably in no department in the entire national economic system were the disadvantages of the political desunion of Germany so clearly defined as in this; in no economic department were greater the advantages to be expected from a political union. Although the customs union***

¹⁴⁹ “*This desire to retain a link with the French franc also stemmed from the deeply traditional cosmopolitanism of Frankfurt merchants and bankers. Their vision reached beyond a standard of currency for Germany towards an international standardization of the coinage system.*” (HOLTFREICH, 1999, p. 186).

¹⁵⁰ “*The Reichsbank was privately owned, but under government management. The Chancellor of the Reich was the ‘head’ of the bank, and under his direction a directorate of civil servants headed by a president conducted the day-to-day business.*” (POHL & FREITAG, 1994, p. 329).

(Zollverein) had happily united the greater parts of Germany in a commercial union, similar attempts in monetary affairs had met but modest success, and were absolutely fruitless in banking. The inconvenience most complained of was the multiplicity and variety of the different coinage systems (seven in all) in different states, also the want of an adequate, regulated circulation of coins. (Reichsbank, 1900, citado em GOODHART, 1998, p. 423) [Grifo meu]

O trecho explicita a como a fragmentação política tem reflexos diretos na fragmentação monetária, fazendo com que esta fosse a tarefa que se colocava tanto mais difícil quanto urgente, nos primeiros anos do Segundo Império.

3.3.3 – A adesão ao padrão libra-ouro

A Alemanha aderiu ao padrão ouro-libra já em 1871. A trajetória política que culminou em tal evento não foi linear. A frase proferida por Bagehot, supracitada, continua da seguinte forma: *“If things remain as now, she is sure to adopt the French currency; already there is a proposal in the Federal Parliament that she should take this.”* (citado em JAMES, 1999, p. 5).

O fato de um especialista contemporâneo acreditar que o cenário mais provável, já em 1869, fosse a adoção da moeda francesa pela Alemanha unificada, e conseqüentemente, a adoção do bimetalismo como padrão, mostra que as tendências ainda não eram claras.

Como visto alguns círculos apoiavam a aproximação ao padrão francês. Isto refletia o ambiente monetário europeu, em que rivalizavam a Inglaterra no padrão ouro e a França no padrão bimetálico: *“France, acting in concert with Belgium, Italy and Switzerland, had achieved this [a possibilidade de formar um padrão monetário internacional bimetálico com base no franco], by creating the Latin Coinage Union in 1865...”* (HOLFRERICH, 1999, p. 186).¹⁵¹

Como se sabe, o padrão adotado não foi o *“ (...) franc-based internationalist version recommended by Soetbeer and the Trade Assembly.”* (JAMES, 1999, p. 5), mas um padrão monetário baseado na moeda prussiana e, como padrão internacional, a Alemanha adota o padrão libra-ouro.

¹⁵¹ Para mais detalhes sobre o projeto monetário francês ver Flandreau (1996) e Chown (1996).

Os círculos internos que defendiam a adoção do padrão libra-ouro estavam interessados em manter relações monetárias estáveis com a nação que detinha a principal moeda de base para negociações internacionais, bem como, o maior mercado de *commodities*. Um dos maiores defensores do padrão ouro da Alemanha, diria após a adoção do mesmo: “*We chose gold, not because gold is gold, but because Britain is Britain.*” (citado em EYERN, 1928, p. 3). Uma voz contrária ao padrão ouro era Bleichroder, banqueiro e conselheiro financeiro de Bismarck, que afirmava que a adesão ao padrão libra-ouro “*would make Germany dependent on the British gold market, which the British defended by raising rates.*” (STERN, 1977, citado em CHOWN, 1996, p.190).

A entrada da Alemanha no padrão ouro foi o passo decisivo para que este se tornasse o padrão monetário internacional. Sobre tal evento, virtualmente coincidente com a unificação política, diz Feldman (1997): “*Germany was the first of the major nations to join England in accepting the ‘rules of the game’ of that monetary order.*” (p. 28). Em seguida apresenta uma idéia bastante condizente com a abordagem teórica aqui adotada no que se refere a sistemas monetários internacionais:

In practice, it was England preeminent position as the financial and trading center of the world which was fundamental to make the gold standard work. The Bank of England which functioned as a lender of last resort for the international trading community, was able to exercise a decisive influence on credit conditions by changing the discount rate. (Ibid., p. 28)

Assim, o fundamental na análise de padrões monetários internacionais é a sua associação com o contexto político internacional e a consequente hierarquia que se estabelece entre os Estados. A posição a Inglaterra à época da unificação Alemã era hegemônica¹⁵², dominando as principais zonas de comércio e finanças do mundo.

O sistema monetário internacional baseado na moeda inglesa não foi objeto de nenhum tipo de acordo ou regime monetário pactuado entre as grandes potências. Ao contrário, foi um sistema que nasceu da adesão progressiva dos demais Estados/economias europeus, obrigados a utilizar a libra nas suas novas investidas comerciais e imperiais sobre um mundo que já era ‘território econômico’ inglês.” (FIORI, 2005, p. 70)

¹⁵² Sobre a questão da hegemonia inglesa: “Assim, só se pode falar de uma verdadeira hegemonia mundial em dois momentos da história do sistema moderno: entre 1870 e 1900 e entre 1945 e 1973. E foi só nesses momentos de convergência e harmonia de interesses que eventualmente existiram “regimes internacionais” e instituições multilaterais eficazes.” (FIORI, 2005, p. 70)

Dessa forma, vê-se que, apesar de constituir um padrão internacional, ao qual os países deviam se adequar, o padrão libra-ouro não foi fruto de acordo entre os países. A adesão dos Estados baseava-se no domínio global que a Inglaterra exercia e na obrigação de transacionar em moeda inglesa nos principais centros comerciais e financeiros do mundo. Assim o padrão assentava-se na força da libra, seu lastro era o poder britânico e sua regulação estava a cargo do Banco da Inglaterra:

The functioning of the gold standard, therefore, was inextricably connected with the regulative activities of the Bank of England, and these were effective because of certain presumptions concerning the soundness of the Pound sterling. (Ibid., p. 29)

Os demais bancos centrais tinham papel, neste sistema, de cooperar com o Banco da Inglaterra: “E a própria estabilidade da libra sempre dependeu dos superávits obtidos pela economia colonial da Índia e da cooperação dos bancos centrais da França e Alemanha.” (FIORI, 2005, p. 70).¹⁵³

A maior parte das leituras historiográficas associam a adesão alemã ao padrão libra-ouro à dois eventos principais: a desvalorização da prata, que vinham ocorrendo no continente¹⁵⁴; e, principalmente, à entrada de um montante considerável de ouro na Alemanha, a partir das indenizações de guerra recebidas da França¹⁵⁵. Aqui, vê-se a abordagem tradicional da moeda aplicada à análise do caso de definição de um padrão monetário, associando a

¹⁵³ Em um estudo sobre quem de fato obedecia as “regras do jogo” do padrão libra-ouro, Giovannini comprova que: “*In the case of the Reichsbank, the hypothesis that international gold flows were optimally targeted is not rejected at the 5 per level. Thus the data suggest that the Reichsbank was following the ‘rules of the game’, whereas the Bank of England was not.*” (1986, p. 2). A tese de Barry Eichengreen, no entanto, sustenta que todos os bancos centrais se afastavam das regras e que isso era possível graças a grande credibilidade de que gozava o padrão libra-ouro. Uma análise centrada na assimetria de que gozava a Inglaterra por ser detentora da moeda internacional encontra-se em Serrano (2002): “O motivo para essa assimetria era o fato de que o padrão ouro era, na realidade, um padrão ouro-libra, onde a moeda internacional era, na prática, a libra esterlina. O ritmo de expansão do comércio e da liquidez internacional, portanto, não era determinado pelo crescimento das disponibilidades de ouro, e sim pela expansão da economia inglesa e do sistema financeiro internacional baseado na libra”. (p. 244)

¹⁵⁴ Segundo Flandreau: “*The fundamentals theory emphasizes the importance of rising silver production in the late 1860s and 1870s. This would have led to silver depreciation and thus forced nations to abandon the metal.*” (1996, p. 863)

¹⁵⁵ Sobre o papel da indenização de guerra: “*The role of the war indemnity following the Franco-Prussian war remains something of a puzzle. It is now well understood that the amount of factual gold coin that passed between France and Germany was insignificant; however the indemnity could have been important in one of two ways. First, it may have represented a significant transfer of wealth to Germany, who thus may have been able to afford an expensive change in monetary regime. In that case, we need to have a better a quantitative understanding of the cost of the regime change. A slightly different view would be that while the actual wealth transfer was small, liquidity constrains and limits on taxing power meant that it represented a significant increase in the funds available for transition.*” (REDISH, 1996, p. 143)

decisão de ingresso, primordialmente, à quantidade disponível e ao valor intrínseco do metal:

The indemnity received in 1871-3 as a victor in the Franco Prussian War provided resources needed to carry out a currency reform. Germany established a golden currency unit, the mark, and used her indemnity to purchase about half of the gold needed for circulation. (EICHENGREEN & FLANDREAU, 1997, p. 6)

Não se desconsidera aqui a importância de tais eventos, apenas se questiona se estes constituíram a razão principal de ingresso em um padrão monetário atrelado à uma moeda nacional, a libra. Na verdade, o problema se coloca quando o foco na dinâmica dos metais obscurece uma análise mais ampla dos fatos. Acredita-se que as questões que envolvem as hierarquias políticas internacionais exercem um papel mais determinante.

* * *

Alguns pontos importantes podem ser levantados a partir do que foi exposto neste terceiro capítulo. Em primeiro lugar, viu-se a associação entre a *Zollvereinpolitik*, liderada pela Prússia e o correspondente ganho de poder do *thaler* prussiano no espaço germânico. Este desenvolvimento deu-se por duas vias principais, que estão articuladas: (i) pelos acordos comerciais e alfandegários, que iam incorporando os membros da Confederação Germânica num espaço econômico e, sobretudo tarifário, gerido pela Prússia; (ii) pela gestão prussiana das receitas do *Zollverein*, que devido ao seu caráter de distribuição *per capita*, dotava a Prússia de grande capacidade financeira dentro da União Alfandegária, o que levou à que os empréstimos prussianos aos demais Estados tomassem forma de uma “dívida pública”.

Ambas as formas de aumento do espaço de validade do *thaler* prussiano, como unidade de conta podem ser analisados à luz da teoria exposta no primeiro capítulo, sobretudo no que se refere às formas de “internacionalização” da moeda, levantadas por Metri (2009), Tymoigne (2005) e Crespo & Cardoso (2009). Por “internacionalização” entende-se o processo pelo qual uma moeda, no caso, o *thaler* prussiano, vai se tornando a principal unidade de referência nas relações econômicas entre unidades políticas de um espaço político-econômico.

A análise que prima pelo paralelismo entre a *Zollvereinpolitik* prussiana e o crescimento do espaço de validade do *thaler* como principal unidade de conta da Confederação Germânica – sobrepondo-se, inclusive no sul, ao florim dos Estados do sul e ao florim austríaco, onde eram historicamente as unidades de conta mais importantes – ressalta o caráter político intrínseco ao expediente monetário.

Se, por um lado, escolheu-se detalhar a dinâmica dos acordos comerciais e alfandegários entre os membros da Confederação, por outro, não se está focando no papel da moeda como facilitadora do comércio, pois, como visto, a “costura” de tais acordos pela Prússia foi um processo marcadamente político.

Neste contexto, viu-se como a moeda prussiana foi acompanhando o movimento político deste Estado no espaço germânico. No norte, onde a Prússia já era o Estado mais forte desde o processo de concentração de poder do Estado Hohenzollern, no século XVIII, a moeda prussiana, que começa a ser cunhada com valor próprio em 1750, já era a principal unidade de conta. No entanto, é no século XIX que o *thaler* disputa a primazia na hierarquia monetária com os florins e com as moedas das cidades livres em todo território germânico.

Ao final, com a unificação, a moeda única válida em todo território é derivada do *thaler* prussiano, e o Banco do Império é formado a partir do Banco da Prússia, o que só vem a confirmar a idéia do paralelismo entre crescimento do poder da Prússia, em sua fase expansiva, e a ampliação do escopo de sua moeda.

A “dívida pública”, que se forma a partir da distribuição desigual das receitas do *Zollverein* também contribuiu para este processo de ampliação do espaço de validade da moeda prussiana como a principal na hierarquia monetária. O grande poder financeiro que a Prússia adquire é mais um componente que direciona o *thaler* no sentido de tornar-se a principal unidade de referência em toda a Confederação, mesmo nos Estados do sul, que, em inícios do século XIX, ainda se referiam no florim do sul ou no florim austríaco.

Em segundo lugar, observa-se que as chamadas Guerras de Unificação tiveram importantes impactos na definição do padrão monetário adotado na Alemanha imperial. O conflito armado com a Áustria selou as pretensões dos advogados da *Kleindeutschland* (pequena

Alemanha), de acordo com o projeto político de Bismarck, que defendiam a unificação dos Estados alemães, excluindo a Áustria. Com o fim do conflito e a vitória da Prússia, a Áustria foi excluída da União de Copenhague, adotada em 1857, e também dos assuntos relativos ao *Zollverein*. Outra consequência importante foi a anexação de importantes zonas financeiras: “*With the liquidation of the “gulden Center” (Frankfurt) the taler conquered the gulden.*” (BÖHME, 1968, p. 118).

A formação da Confederação da Alemanha do Norte, que se seguiu à Guerra Austro-prussiana, também marcou uma mudança importante, ao conceder à Prússia a responsabilidade e exclusividade de emissão de moedas bancárias, marcando um real movimento da “soberania monetária” dos Estados-membros para o âmbito da Confederação.

Finalmente, como visto, a Guerra Franco-prussiana, em 1870, muda drasticamente o cenário previsto no que se referia à unificação monetária da Alemanha e ao padrão monetário internacional em que esta ingressaria. Até o acirramento das tensões, alguns políticos e especialistas acreditavam que o mais provável era que a Alemanha, uma vez unificada, adotasse o padrão bimetalico, atrelado ao franco. Os fatos levaram a uma direção completamente distinta, porém bastante condizente com a distribuição de poder tanto interna quanto externa.

Internamente, a moeda prussiana ocupava lugar de destaque na hierarquia monetária. Esta proeminência em relação às demais moedas importantes, o florim dos Estados do sul, o florim austríaco e o marco das cidades livres, foi conquistada, sobretudo, no século XIX, por meio da “costura” dos acordos comerciais e alfandegários. Já no plano internacional, a Alemanha, como Estado unificado, surge num contexto de poder incontestado da Inglaterra, já posicionada estrategicamente em todas as partes do planeta. O resultado em termos de padrão monetário internacional não poderia ser diferente, já em 1871, a Alemanha adota o padrão libra-ouro como seu padrão de referência externo, marcando o início do primeiro padrão monetário internacional que se estende até a Primeira Guerra Mundial.

A nova configuração monetária do Império não foi fruto de uma unanimidade interna, ao contrário, mesmo após sua implementação, importantes regiões, sobretudo do ponto de vista financeiro protestaram e, entre estas, houve algumas que lograram manter suas

instituições em funcionamento, ao menos até a Primeira Guerra Mundial. Viu-se como a unificação monetária foi estabelecida, muitas vezes, por meio da submissão de áreas, que antes eram soberanas, às diretrizes prussianas. Viu-se, também, que algumas partes da Alemanha perdiam com a unificação monetária e com adesão ao padrão libra-ouro. Estes elementos permitem refutar os argumentos que sustentam a Teoria da Área Monetária Ótima, que pressupõe que a solução de unificar uma moeda em determinado espaço, corresponda aos ganhos econômicos advindos da moeda única.

O espaço alemão vinha caminhando na direção da articulação econômica interna, desde o fim das Guerras Napoleônicas, e recebe grande impulso após a fundação do *Zollverein*. No entanto, a unificação monetária não responde automaticamente a esse processo, ao contrário, só foi selada após a submissão, pela via da força, das áreas que ainda resistiam ao avanço prussiano na liderança da unificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo mostrar que se pode depreender, da literatura histórica visitada, indícios de que existe uma associação entre as dimensões política e monetária da história alemã.

O exercício consistiu na análise da literatura de história monetária, mas por meio de um desprendimento da leitura tradicional do papel da moeda, que focaliza os aspectos mais ligados aos fluxos de metais, por conceder importância ao metal por seu valor intrínseco, e pela visão da moeda como fenômeno estritamente econômico, derivado das trocas. Diferentemente, o foco direcionou-se para a capacidade da autoridade monetária de “anunciar” o valor, conforme ensina a teoria estatal da moeda, que forneceu o norte desta pesquisa. O trecho abaixo exemplifica a leitura tradicional, ao associar a desordem monetária exclusivamente ao aumento do influxo de metal, no século XVI, e não à própria fragmentação política:

In Germany, as in the Netherlands, France, and England, the influence of the Discovery of America only begins to express itself about 1520, and in the usual way – influx, movements and disorders in the currency and ratio, and general complaints. (SHAW, 1894, p. 96)

Viu-se que, no primeiro período tratado, o processo de concentração e centralização de poder dentro da Prússia pós-Vestfália mostrou-se fundamental para o fortalecimento interno deste Estado e para sua expansão externa, levando a que a Prússia emergisse como potência europeia na segunda metade do século XVIII. Não coincidentemente, em 1750, a Prússia realiza uma reforma monetária autônoma, após várias tentativas de regulação por parte do imperador ou em conjunto com outros Estados. Com tal reforma, a Prússia determina o valor de referência do *Reichsthaler*, a principal unidade de conta a que se referenciavam as moedas dos Estados do norte.

O sistema do *Reichsthaler* não era dominante em todo o território. Havia outros sistemas monetários, dos quais se destacam o do florim, subdividido nos sistemas do florim dos Estados do sul e do florim austríaco, a partir de 1754, e o do *shilling*, importante moeda das cidades livres. Assim, fica claro que a divisão entre os principais sistemas monetários tinha reflexos na hierarquia política entre as unidades político-territoriais.

No segundo período tratado, o *Reichsthaler* prussiano, já gozando de notável importância no norte, expande seu escopo de atuação, como padrão de referência, conjuntamente com a maior integração do território alemão, sobretudo após a instituição da União Aduaneira. O trabalho mostrou que a lógica do aumento do escopo de atuação da moeda prussiana não adveio, primordialmente, dos ganhos de mercado que este processo podia gerar, por meio da redução dos custos de transação, mas sim, da projeção de poder prussiano sobre a região.

Outra questão interessante no período, sobretudo no século XIX, é como o principal eixo de disputa intra-germânico, o conflito austro-prussiano, também tem reflexos no campo monetário. Os dois sistemas passam a rivalizar a partir da Convenção de Dresden (1838), e as negociações no âmbito do *Zollverein* são acompanhadas por decisões em termos da regulação entre os sistemas monetários principais.

A Prússia logra excluir a Áustria do projeto de unificação nacional, afirmando-se como liderança do processo, e passa a direcionar o processo de “internalização financeira”. No momento culminante, a unificação política encerrada em 1871, o novo sistema monetário, agora nacional, era baseado no sistema monetário prussiano, e o Banco Imperial (Banco Central) era derivado do Banco da Prússia, que havia sido criado em 1846:

(...) a unificação monetária, com a “expulsão” do *florim* dos mercados do *Zollverein* e a consolidação do *thaler* como sua moeda oficial; finalmente, a “nacionalização” das finanças e a multiplicação da dívida pública, que dariam origem ao que se costuma denominar “capital financeiro”. (VIEIRA, 2006, p. 122)

A Alemanha se unifica em meio ao contexto político internacional de afirmação do poder britânico. A adesão alemã ao padrão ouro, virtualmente coincidente com a unificação, o transforma no primeiro padrão monetário internacional da história.

Quanto às hipóteses iniciais, tem-se que, para a análise da formação histórica da sistemas monetários nacionais, em linha com a própria formação do sistema interestatal europeu, a abordagem cartalista da moeda, bem como sua extensão à idéia de “internacionalização monetária”, podem oferecer um “guia” para a pesquisa muito mais satisfatório do que as abordagens tradicionais, vinculadas aos ganhos de mercado.

Quanto à questão da fragmentação territorial, Goodhart, cuja perspectiva teórica foi apresentada no primeiro capítulo, mostra, no trecho abaixo, como sua visão se aplica ao caso de territórios fragmentados:

Perhaps the clearest indication of the relative predictive and explanatory power of the C-form theory [teoria cartalista] comes on the occasion of the break-up of existing federations into separate States, as in the case of USSR, Czechoslovakia and Yugoslavia in the 1990's, and Austro-Hungary after World War I, or on the other hand, of the unification of smaller States into a larger Federal State, e.g., the USA, Germany, Italy, on their foundation. The C-form theory predicts that the fragmentation of the sovereignty will lead to a fragmentation into separate currencies and, per contra, that unification into a an effective federal state will lead to the unification of previously separate currencies. (GOODHART, 1998, p. 423) [Grifo meu]

Como se viu, no entanto, a visão de Goodhart acaba incorrendo no sentido de causalidade que vai do fortalecimento interno dos Estados, para a aceitação de sua moeda, ou seja, pela confiabilidade de que a moeda goza relativamente ao público. Viu-se os limites de tal visão para a idéia que se quis demonstrar aqui. No entanto, ainda que Goodhart atente para a questão da aceitabilidade, o autor percebe a relação entre fragmentação territorial e fragmentação monetária, que é o eixo da pesquisa histórica aqui apresentada.

Uma das premissas teóricas centrais do trabalho refere-se à questão da precedência lógico-histórica entre poder político de um lado, e construção de mercados e definição de padrões abstratos de valor, de outro. Um dos principais historiadores econômicos, cujas idéias e evidências se utilizou ao longo do trabalho, foi Holtfrerich. O autor apresenta uma rica base de dados para a pesquisa, mas acaba apresentando uma linha metalista (importância ao conteúdo intrínseco do metal)¹⁵⁶, como aceitando a idéia de que a unificação monetária está associada à prévia formação de um mercado e aos ganhos em termos de custos de transação que se pode conseguir com a moeda única.

¹⁵⁶ Holtfrerich trabalha com a Gresham's Law para explicar os fluxos de metal no território germânico: *"The proposition known as "Gresham's Law" is often stated baldly as "bad money drives good money out of circulation." Ancient and medieval references to this tendency were informed by circumstances in which lightened, debased, or worn coins had assigned to them the same official value as coins containing greater quantities of precious metal. In this context the tendency, which had yet to be elevated to the status of an economic "law" was one in which "bad" coins alone, that is, coins possessing a relatively low metallic content ("intrinsic value"), continued to be offered in routine payments, while "good" coins were withdrawn into hoards, exported, or reduced through clipping or "sweating" (that is, purposeful erosion by chemical or mechanical means) to an intrinsic value no greater than that possessed by their "bad" counterparts."* (SELGIN, 2003)

Um exemplo da abordagem metalista adotada por Holtfrerich está na passagem abaixo, que conecta a utilização de algumas moedas estrangeiras ao seu conteúdo metálico: “*There were also foreign coins in circulation, e.g. French, British, Russian and Danish, which were accepted because of their full precious-metal content.*” (1999, p. 133). Já ao comparar a unificação monetária alemã com a moeda única européia, o autor afirma:

There are few similarities in the discussion of the central bank question in the European Community, on one hand, and in Germany during her unification process in the 19th century, on the other. With economic unification coming before political unification in both cases – the creation of the Zollverein in 1834 and of the European Economic Community in 1957 – one similarity is that the reduction of exchange rate risks and of transaction costs by means of agreements on common monetary standards was aimed at in both cases as part of the creation of an internal market without custom barriers. (HOLTFRERICH, 1989, p. 216)

Assim, tem-se que o autor identifica a semelhança entre os dois processos na questão da precedência da unificação econômica sobre a unificação política. Em se tratando do caso alemão – como o estamos situando historicamente no quadro da formação dos Estados-nacionais, em sentido braudeliano – essa precedência apontada por Holtfrerich da dimensão econômica sobre a política não parece tão evidente. Além disso, o autor ressalta a questão da diminuição dos custos de transação por meio dos acordos monetários. Não se quer, aqui, negar que a redução dos custos de transação esteja associada ao processo de padronização monetária, salienta-se, contudo, que a percepção desta redução não constitui o motor de tal processo.

Dentro de uma concepção de que os mercados nacionais são criados a partir da vontade política, a construção destes corresponderia, segundo Braudel, a uma transformação, operada sobre certo espaço territorial definido politicamente, de suas relações econômicas de forma a que estas atingissem uma “certa” coerência interna.¹⁵⁷ Segundo Vieira: (...) tudo indica que “a construção de uma unidade política centralizada precedeu temporalmente o processo de unificação econômica no espaço da Europa ‘alemã’.” (2006, p. 118).

¹⁵⁷ Dessa forma, a força necessária a esta transformação é eminentemente política: “O mercado nacional, finalmente, é uma rede de malhas irregulares, freqüentemente construídas a despeito de tudo: a despeito das cidades demasiado poderosas que têm sua política própria, das províncias que recusam a centralização, das intervenções estrangeiras que acarretam rupturas e brechas, sem contar interesses divergentes da produção e das trocas (...) A despeito também dos enclaves de auto-suficiência que ninguém controla. Não é de estranhar que tenha havido necessariamente na origem do mercado nacional uma vontade política centralizadora: fiscal, administrativa, militar ou mercantilista.” (BRAUDEL, 1996, p. 265)

Ainda segundo a autora, os passos decisivos para a integração econômica do território alemão foram direcionados pela projeção do poder prussiano: “Esses levariam, entre outras coisas, à tarifa de 1818, ao *Zollverein* de 1834, ao acordo com Hanover de 1853, ao acordo com a França de 1862, ou seja, às datas fundamentais para a consolidação do ‘mercado nacional’, ou de um ‘espaço econômico coerente’.” (p. 121).

A dinâmica monetária esteve estreitamente conectada a esses desenvolvimentos políticos, que foram analisados em termos de formação do Estado alemão, com base na análise de Vieira, que, por sua vez, parte dos conceitos de Braudel (1985, 1996) e do modelo de Fiori (2004), centrado na categoria analítica dos Estados-economias nacionais.

A perspectiva cartalista articula-se teoricamente com o modelo de formação dos Estados-economias nacionais. Essa pesquisa buscou traçar essa articulação no plano histórico para o caso alemão. Concluiu-se que esta articulação proveu um quadro analítico mais satisfatório para a apreensão da formação do sistema monetário nacional alemão, tal qual é criado em 1871, do que o modelo de Helleiner, baseado no conceito de “moedas territoriais”. As conclusões encontradas corroboram as idéias de McNamara a respeito da relação entre moeda, guerras, construção do Estado e sistemas fiscais, sendo todos estes elementos constitutivos e indissociáveis no quadro do sistema interestatal capitalista.

Referências bibliográficas

- AGGIO, G. O., ROCHA, M. A. (2009), “Dois Momentos para a Teoria Cartalista da Moeda - De Knapp A Goodhart”, in *Economia*, Brasília (DF), v. 10, n. 1, p. 153–168, jan/abr 2009.
- ANDERSON, P. (1989), *Linhagens do estado absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ASHLEY, P. (1904), *Modern Tariff History: Germany, United States and France*, London: Murray, 1904.
- AUED, I. M.; CAMPANA, S. (2006), “Concepção de História em Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein: uma Análise Marxiana”, *Revista eletrônica Cadernos de História*, Ano I, n.º 2, setembro de 2006. Disponível em: www.ichs.ufop.br/.../CadernosDeHistoria-01-02-Livre.pdf, Acesso em 14/06/2010.
- BARRACLOUGH, G. (1946), *The Origins of Modern Germany*. Oxford: Basil Blackwell. Diego/CA, 2003.
- BAZILLON, R. J. (1900), “Economic integration and political sovereignty: Saxony and the Zollverein, 1834-1877”, *Canadian Journal of History*, vol. XXV, 1990. pp. 189-213.
- BELL, S. (2001). “The Role of the State and the Hierarchy of Money”, *Cambridge Journal of Economics*, n. 25, 2001. pp. 149-163.
- BELL, S., HENRY, J. F. (2001), “Hospitality versus Exchange: The Limits of Monetary Economies”, *Review of Social Economy*, 2001. vol 59.
- BLACKBOURN, D. (1998), *The long nineteenth century. A history of Germany, 1780-1918*. Oxford & New York: Oxford University Press, 1998.
- BÖMHE, H. (1968), “Free Trade, 1865: Prussia’s Success Due to Economic Strength”. In: PFANZE, Otto (org). *The Unification of Germany (1848-1871)*. Hinsdale, Illinois: The Dryden Press, 1968.
- BRAGA, J. C. S. (1999), “Alemanha: império, barbárie e capitalismo avançado”. In: FIORI, J. L., *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BRAUDEL, F. (1985), *Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV – XVIII: O Jogo das Trocas*. Lisboa – Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1985.
- _____ (1996), *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII. Volume III: O tempo do mundo*. Martins Fontes: São Paulo, 1996.
- BRUNHOFF, S. (1978), *A moeda em Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARR, W. (1979), *A history of Germany, 1815-1945*. Oxford: Palgrave Macmillan, 1979.

CHOWN, J. (1996), *A History of Money from AD 800*. London and New York: Routledge, 1996.

COHEN, B. (1998), *The Geography of Money*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

CRESPO, E.; CARDOSO, (2010), “Teoria Estatal da Moeda no Contexto Internacional”, artigo apresentado no XV Encontro Nacional de Economia Política, São Luís/MA, 2010.

DEL MAR, A. (2000) [1896], *History of Monetary Systems*. Honolulu, Hawaii: University Press of the Pacific, 2000.

EICHENGREEN, B. (2000), *A Globalização do Capital: uma História do Sistema Monetário Internacional*. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2000.

EICHENGREEN, B.; FLANDREAU, M. (1997) *The Gold Standard in Theory and History*. London: Routledge, 1997.

ELIAS, Norbert (1993), *O Processo Civilizador*, Vol. 02: Formação do Estado Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

EYERN, G, V. (1928), *Die Reichsbank. Die Probleme des deutschen Zentralnoteninstituts in geschichtlicher Darstellung*. Jena, 1928.

FAY, S. B. (1964), *The rise of Brandenburg-Prussia to 1786*. New York: Holt, Rinehart and Wiston, 1964.

FEBRERO, E. (2009), “Three Difficulties with neo-Chartalism”, *Journal of Post Keynesian Economics*, Spring 2009, Vol. 31, No. 3 523

FELDMAN, G. D. (1997) *The Great Disorder: Politics, Economics, and Society in the German Inflation 1914 – 1924*. New York: Oxford University Press, 1999.

FIORI, J. L. da C. (1999), “Estados, Moedas e Desenvolvimento”. In FIORI, J. L. da C (org) *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. (2001), “Depois da Retomada da Hegemonia”. In: FIORI, J. L. da C. & MEDEIROS, C. (org.) *Polarização Mundial e Crescimento*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. (2004), “Formação, Expansão e Limites do Poder Global”. In: FIORI, José L. da C. (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. (2005), “Novos estudos sobre o poder global”, *CEBRAP* [online]. 2005, n.73, pp. 61-72. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000300005, Acesso em 19/07/10.

_____. (2008), “A moeda, o Crédito e o Capital Financeiro”. In: *Jornal Valor Econômico*, 10 de setembro de 2008.

FLANDREAU, M. (1996), "The French Crime of 1873: An Essay on the Emergence of the International Gold Standard, 1870-1880", *The Journal of Economic History*, Vol. 56, No. 4, Dec., 1996, pp. 862-897.

GAGLIARDO, J. G. (1991), *Germany under the old regime, 1600-1790*. London: Pearson, 1991.

GARDINER, G. W. (2004), "The Primacy of Trade Debts in the Development of Money". In: WRAY, Randall. (ed.), *Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004

GERSCHENKRON, A. (1962), *Economic Backwardness in Historical Perspective. A Book of Essays*. Cambridge MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1962.

_____. (1989), *Bread and Democracy in Germany*. Cornell University Press: Ithaca, 1989.

GILBERT, E., HELLEINER, E. (1999), "Introduction: Nation-States and Money: Historical Contexts, Interdisciplinary Perspectives". In: (ed.) GILBERT, E.; HELLEINER, E. *Nation-States and Money: The Past, Present and Future of National Currencies*. London and New York: Routledge, 1999.

GIOVANNINI, A. (1986), "Rules of the Game during the International Gold Standard: England and Germany", *Journal of International Money and Finance* 5, 1986. pp. 467-83.

GOODHART, C. A. E. (1998) The two concepts of money: implications for the analysis of optimal currency areas, *European Journal of Political Economy*, vol 24, 1998. pp. 407-432.

GOOCH, G. P. (1948), *Studies in German history*. London: Longmans, 1948.

GRIERSON, P. (1975), *Numismatics*. Oxford: Oxford University Press, 1975.

HAFFNER, S. (1998), *The rise and fall of Prussia*. London: Phoenix, 1998. (Paperback Edition).

HAMEROW, T.S. (1966), *Restoration, revolution, reaction: economics and politics in Germany, 1815-1871*. Princeton: Princeton University Press, 1966.

HELLEINER, E. (1999), "Historicizing territorial currencies: monetary space and the nation-state", *North America Political Geography*, Volume 18, Issue 3, March 1999, pp. 309-339.

_____. (2003a), *The Making of National Money: Territorial Currencies in Historical Perspective*. London: Cornell University Press, 2003.

_____. (2003b), "Some limitations of the Chartalist perspective: A comment on 'The two conceptions of Money'". In: BELL, S.; NELL, H. *The State, the Market, and the Euro: Chartalism versus Metallism in the Theory of Money*. UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2003.

HENDERSON, W. O. (1962), "The Berlin Commercial Crisis of 1763", *The Economic History Review*, New Series, Vol. 15, No. 1, 1962, pp. 89-102.

_____. (1967), *The industrial revolution on the continent. Germany, France, Russia. 1800-1914*. Second Edition. London: Frank Cass & Co. Ltd., 1967.

_____. (1968), *The Zollverein*. London: Frank Cass, 1968.

_____. (1975), *The rise of German industrial power, 1834-1914*. Los Angeles: University of California Press, 1975.

_____. (2006) *Studies in the Economic Policy of Frederick the Great*. London: Routledge, 2006.

HENRY, J. F., (2004), "The Social Origins of Money: The case of Egypt". In: WRAY, Randall. (ed.), *Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

HILFERDING, R. (1970), *Le Capital Financier*. Paris: Les Editions de Minuit, 1970.

HOBBSBAWN, E. J. (1977), *A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 21ª Ed.

_____. (1988), *A Era do Capital: 1848 – 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOLTFRERICH, C. L. (1989), "The Monetary Unification Process in Nineteenth Century Germany: Relevance and Lessons for Europe Today". In DE CECCO, M., GIOVANNINI, A., *An European Central Bank? Perspectives on Monetary Unification after Ten Years of the EMS*. Cambridge: 1989.

_____. (1999), *Frankfurt as a Financial Center: From Medieval Trade Fair to European Banking Center*. München: C.H.Beck'sche Verlagsbuchhandlung (Oscar Beck), 1999.

HUDSON, M. (2004). "The Archaeology of Money: Debt versus Barter Theories of Money Origins". In: WRAY, Randall. (ed.), *Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

INNES, A. M. (2004), "What is money?", *Banking Law Journal*, p. 377-408, may of 1913. In: WRAY, Randall (ed.), *Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

INGHAM, G. (2004), "The Emergence of Capitalist Credit Money". In: WRAY, Randall (ed.), *Credit and State Theories of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

JAMES H. (1999), "The Reichsbank: 1876 – 1945". In BALTENSBERGER, E. *Fifty Years of the Deutsche Mark: Central Bank and The Currency in Germany since 1948*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KELLER, W.; SHIEU, C. H. (2007), “Tariffs, Trains, and Trade: The Role of Institutions versus Technology in the Expansion of Markets”. Boulder: University of Colorado, October, 2007.

KEYNES, J. M. (1979), *A Treatise on Money*, vol. 1, CWJMK, vol. V. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

KITCHEN, M. (1978), *The Political Economy of Germany, 1815 – 1914*. London: Croom Helm, 1978.

_____. (2006), *A history of modern Germany, 1800-2000*. Oxford: Blackwell, 2006.

KINDLEBERGER, C. (1993), *A Financial History of Western Europe*, New York: Oxford University Press, 1993.

KNAPP, G. F. (2003), *The State Theory of Money*. San Diego/CA: Simon Publications, 2003

LERNER, A. (1947), “Money as a Creature of the State”, *American Economic Review*, v. 37, n.2, May 1947. pp. 312-317.

MCNAMARA, K. R. (2002), “The State Building, the Territorialization of Money and the Creation of the American Single Currency”. In ANDREWS, A. M., HENNING, C. R., PAULY, L. W., *Governing the World's Money*. Cornell University Press, 2002.

_____. (2004), “Making Money: Political Development, the Greenback, and the Euro”, Working Paper PEIF-15, School of Foreign Service Georgetown University Washington, February, 2004.

MENGER, C. (1892), “On The Origins of Money”, *Economic Journal*, volume 2, p. 239-55, 1892. Disponível em: <http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3113/menger/money.txt>. Acesso em: 15/02/2010.

METRI, M. M. (2007), “Poder Moeda e Riqueza na Europa Medieval”, Tese de Doutorado IE/UFRJ, 2007.

_____. (2009), “Das Armas à Moeda”. In: XIV Encontro Nacional de Economia Política Internacional, 2009, São Paulo. Anais do XIV Encontro Nacional de Economia Política.

_____. (2010), “Uma Economia Política da Moeda” (mimeo).

Monetary Treaty Between the German States of January 24, 1857 (Fonte Histórica), *The Journal of Political Economy*, Vol. 4, No. 2 (Mar., 1896), pp. 270-279. Chicago: The University of Chicago Press.

MUNDELL, R. (1961), “A Theory of Optimum Currency Areas”, *The American Economic Review*, Vol. 51, No. 4. (Sep., 1961), pp. 657-665.

MUNRO, J. H. (2005), “Money and Coinage in Late Medieval and Early Modern Europe”, Lecture Topic number 3, disponível em <http://www.economics.utoronto.ca/munro5/MONEYLEC.htm>
Acesso em 04/05/2010.

NAMIER, L. (1968), “Frankfurt. 1848: Start of Germany’s Bid for World Power”. In: PFANZE, Otto (org). *The Unification of Germany (1848-1871)*. Hinsdale, Illinois: The Dryden Press, 1968.

PIEREMKEMPER, T. (2001), *La Industrialización en el siglo XIX. Revoluciones a Debate*. Madrid: Siglo XXI de España Editore, 2001.

PIEREMKEMPER, T.; TILLY, R. (2004), *The German Economy Turing the Nineteenth Century*. Berghahn Books, 2004.

Pierre Marteau’s Publishing House, *Marteau Platform of Research in Economic History*. Disponível em: http://www.pierre-marteau.com/wiki/index.php?title=A_Platform_of_Research_in_Economic_History
Acesso em 16/04/2010.

POHL, M.; FREITAG, S. (1994), *Handbook on the History of European Banks*. England Edward Elgar, 1994.

POLANYI, K. (1980), *A Grande Transformação: as Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1980.

PORTER, Bruce C. (1994), *War and the Rise of the State: the Military Foundations of Modern Politics*. New York: Free Press, 1994.

REDISH, A. (1996), “Comment”. In MACEDO, J. B.; EINCHEGREEN, B.; REIS, J. *Currency convertibility: the Gold Standard and Beyond*. New Yoork: Routledge, 1996.

REICHSBANK (1900), “The Reichsbank, 1876-1900”, 25th anniversary pamphlet, Berlin, 1900.

SCHMITT, H. A. (1985), “The From Sovereign States to Prussian Provinces: Hanover and Hesse-Nassau”, 1866-1871, *Journal of Modern History*, Vol. 57, No. 1 (Mar., 1985), pp. 24-56

SELGIN, G.; WHITE, L. H. (1998), “An Evolutionary Fiscal Theory of Government Monopoly in Money”, Dept of Economics, Univ. of Georgia, Athens, GA, Draft, August, 1998.

SELGIN, G. (2003), “Gresham's Law”. EH.Net Encyclopedia, edited by Robert Whaples. June 9, 2003. Disponível em: <http://eh.net/encyclopedia/article/selgin.gresham.law>
Acesso em 06/07/10.

SERRANO, F. (2002), “Do Ouro Imóvel ao Dólar Flexível”, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 11, n. 2 (19), jul./dez. 2002. pp. 237-253.

SHAW, W. A. [1896] (2005), *The History of Currency, 1252-1894*. Boston: Elibron Classics, 2005.

SHIONOYA, Y. (2001), “Rational reconstruction of the German Historical School an Overview”, In SHIONOYA, Y., *The German Historical School: The Historical and Ethical Approach to Economics*, Routledge, 2001.

SHIUE, C. H. (2005), “From Political Fragmentation towards a Customs Union: Border Effects of the German Zollverein, 1815 to 1855”, Department of Economics, University of Texas, BRB 2.126, Austin, February, 2005.

SCHÖN, G. (2002), *Deutscher Münzkatalog. 18. Jahrhundert*, 3rd rev. ed., München: Battenberg, 2002.

STACKELBERG, R. (2002), *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

STERNE, M. (1958), “The End of the Free City of Frankfort”, *The Journal of Modern History*, Vol. 30, No. 3 (Sep., 1958), pp. 203-214

TILLY, C. (1996), *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

TYMOIGNE, E., WRAY, R. (2006), “Money: an Alternative History”. In ARESTIS, P., SAWYER, M., *A Handbook of Alternative Monetary Economics*. UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2006.

TCHERNEVA, P. (2006), “Chartalism and the Tax-Driven Approach to Money”. In: P. ARESTIS and M. SAWYER (eds.) *Handbook of Alternative Monetary Economics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2006.

VANSSAY, X. (1999), “Monetary Unions in Historical and Comparative Perspective”, York University, Department of Economics, Glendon College, 2275 Bayview avenue, M4N 3M6, Toronto, Ontario, 1999.

VAYNE, P. (2008), *Como se Escreve a História: Foucault Revolucionou a História*. Brasília: Editora da UnB, 2008.

VIEIRA, C. M. (2006), “A Formação Histórica do Estado e do Mercado Nacionais Alemães: uma Perspectiva Histórica”, Tese de Doutorado IE/UFRJ, 2006.

WHITE, J. D. (1996), *Karl Marx and the Intellectual Origins of Dialectical Materialism*. London: Macmillan, 1996.

WILLIS, H. P. (1896), “The Vienna Monetary Treaty of 1857”, *Journal of Political Economy*, 1896. pp. 87-207.

WRAY, R. (2000), “Modern Money”. In SMITHIN, J. N., *What is Money?* London: Routledge, 2000.

_____. (2003), *Trabalho e Moeda Hoje*. Rio de Janeiro Editora UFRJ & Editora Contraponto, 2003.

_____. (2004), "The Credit Money and State Money Approaches". In: WRAY, R. (ed.), *Credit and State Theory of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

WRAY, R.; BELL, S. (2004), Introduction to WRAY, R. (ed.), *Credit and State Theory of Money: the contributions of A. Mitchell Innes*. Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

ZELIZER, V. (1989), "The Social Meaning of Money: Special Monies", *American Journal of Sociology*, 1989. pp. 342-77.